SINDICATOS CONTESTAM MANOBRAS DE FIGUEIREDO

Ezalo Braum

Sindicatos de trabalhadores metalúrgicos aprovaram a idéia de criação de um partido dos trabalhadores para lutar pela «efetiva libertação da exploração». Foi no congresso de Lins, interior de São Paulo, onde o encontro ainda está se realizando. Eles contestaram as manobras de falsas «aberturas democráticas» do governo Figueiredo, pois «não representam nem de longe o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos» e «os ditadores tentarão novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos». (Pág. 3)

Este semanário está circulando desde dezembro todas as quintas-feiras em São Paulo. Nos demais Estados, vai para as bancas na sexta-feira.

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr$ 15,00 — ANO 2 — Nº 48 — DE 25 À 31 DE JANEIRO

Um balanço de dez anos de atrocidades e perseguições contra os católicos:

IGREJA NA MIRA DA REPRESSÃO POLÍTICA

Um dossiê de estarrecer: 7 assassinatos, 395 prisões, 12 seqüestros, 9 expulsões do País, 34 casos de tortura, 2 banidos, 75 intimados a depor, 29 bispos atingidos pela repressão, inúmeros processos, que na maioria resultaram em absolvição por falta de provas, censura a publicações e rádios, proibições diversas, falsificações, invasões de sedes, ataques difamatórios acusando religiosos como «comunistas, subversivos e agitadores». E a lista dos crimes do governo contra a igreja católica ainda está incompleta. Nas páginas 6 e 7 está o documento que acaba de ser divulgado, nos momentos que precederam a abertura do encontro de Puebla. A conferência dos bispos, na página. 8

Em primeira mão: a atriz Ruth Escobar chega da Europa e anuncia conferência pela anistia em Roma

(Pág. 12)

Governo brasileiro é páreo duro: «Até Pinochet fornece passaporte aos exilados».

O ex-deputado pernambucano Maurilio Ferreira Lima escreve da Argélia uma carta aberta ao Ministro Azeredo da Silveira.

(Pág. 11)

Jesus Carlos

Este é Teixeira, o pelego que a Oposição Sindical bancária de SP quer derrotar. Guerra nas urnas!

(Pág. 5)

Aureliano Chaves e Camilo Pena são os testas-de-ferro do imperialismo alemão no governo de Figueiredo.

(Pág. 4)

Esquadrão da morte ataca no Nordeste

Pág. 12

Movimento contra carestia vira samba no carnaval

Pág. 5

Motoristas param e levam a melhor em Natal

Cerca de 70 motoristas e táxi de Natal quebraram o jejum em que vive a cidade e fizeram a primeira greve de que se tem notícias por estes lados desde os idos de 1968. O motivo , claro, foi o bolso: o prefeito Vauban Faria protelou mais uma vez o pedido de aumento feito em 1978 e o Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Natal, Hermes Araújo, não moveu musculo para conseguir a majoração pedida pelos proprietários e motoristas de táxis, que não tinha índice definido.

A greve, que durou cerca de três horas, aconteceu na manhã do dia 12, logo após uma reunião na sede do Sindicato, quando os motoristas sairam à rua e, em frente à sede do Sindicato, decidiram entrar em greve. Em fila indiana, cerca de 70 motoristas de táxis dos 700 existentes na cidade, sairam buzinando pelas principais ruas da cidade. O ponto alto foi defronte ao gabinete do Prefeito, onde eles se demoraram por alguns minutos buzinando.

No calor da movimentação, os motoristas decidiram que fariam outra greve — e maior — na segunda-feira, se até lá não fosse concedido o aumento nas tarifas que eles esperam desde o ano passado.

A Prefeitura,, e o Sindicato preferiram não correr o risco. No dia 13, o Prefeito, os secretários de Finanças e Administração, o Diretor do DETRAN e o Presidente do Sindicato anunciaram a concessão do aumento, em torno de 50 por cento. A pressão com que o Prefeito concedeu o aumento foi denunciada quando, no anúncio do aumento, foi liberado o uso da bandeira 2 até que o decreto oficial corresse os trâmites normais.

Para os motoristas e proprietários de táxis, o saldo da greve foi substancial. Primeiro, ganharam o aumento desejado, fruto da pressão legítima que exerceram com simpatias, pelo menos, por parte da população; segundo: desmacararam finalmente o Presidente do seu sindicato.

O terceiro tento dos motoristas foi marcado diretamente contra o Presidente do Sindicato: solidificou-se uma nascente oposição que poderia, nas próximas eleições, derrubar Hermes Araújo, que se mantém na presidência há dois mandatos. Por fim, os condutores dos táxis natalenses descobriram que só mesmo com outro Presidente para mover o Sindicato: com o atual, nem assistência jurídica existe.

(Osair Vasconcelos, de Natal)

Favelados não querem mais ser roubados

As três mil pessoas que moram na favela da Maré, em Bonsucesso, Rio de Janeiro estão reclamando dos preços cobrados pela comissão de Luz do lugar. Os moradores em abaixo assinado denunciam o presidente e o tesoureiro da Comissão e exigem providências imediatas das autoridades.

João Távora Chaves é o atual presidente, eleito há mais de dez anos, enquanto o tesoureiro é Severino Barbosa.

Os moradores denunciam que embora não exista nenhum contrato entre eles e a Comissão, quem quizer ter luz elétrica em casa deve pagar uma taxa de Cr$ 750 para a instalação e mesmo assim eles têm que comprar o medidor e os fios de ligação entre os postes e as casas.

Os assinantes — mais de duzentos — reclamam dos exagerados preços cobrados por João Távora e Severino. Segundo eles, a média da conta de luz para uma casa de três bicos de luz e dois aparelhos elétricos (televisão e geladeira) é de Cr$ 650 mensais. Dizem os moradores que existem irregularidades no momento da leitura dos medidores, que é feita pelo presidente e pelo tesoureiro da Comissão.

Os moradores começaram a suspeitar de João Távora já á algum tempo. Eles contam que João Távora não tem emprego e, no entanto, tem dois carros, sendo um do ano.

João Távora mora numa casa de dois andares, depois que assumiu a presidência da Comissão de Luz da favela da Maré. Antes disso ele morava num barraco e vendia tempero e sandália na feira. Todos os funcionários da Comissão de Luz são parentes do presidente e do tesoureiro.

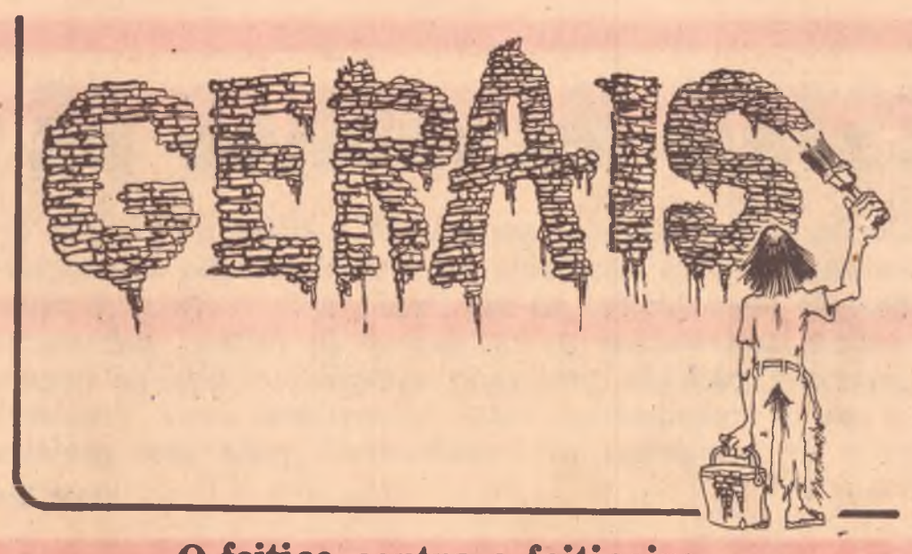
Os moradores estão dispostos a entrar com queixa-crime, denunciando as irregularidades cometidas pela Comissão.

Eles pedem às autoridades que a Light passe a controlar diretamente o fornecimento de luz, cobrando também diretamente a conta.

RETIFICAÇÃO

No nº 46, **Em Tempo** errou: na página 4, ao caracterizar o autor do artigo **Moderados, conciliação e Constituinte**, Jorge Fonseca, por um apelido («o Macarrão de movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia»), cometeu-se uma falha de informação. Na verdade, Jorge não participa do M.E. baiano há mais de um ano, e escreveu o artigo na qualidade de participante efetivo deste semanário, do qual é membro há quase dois anos.

(Flaminio Fantini — editor de nacional)



O feitiço contra o feiticeiro

«Se a direção da Beneficência nos convoca para greve a fim de receber do Inamps o que não lhe pertence, porque não é legal a gente fazer greve para receber o que é nosso?». Declarações como esta corriam à solta entre os funcionários da Beneficência Portuguesa, um dos hospitais mais antigos da capital gaúcha, durante a semana passada. A greve começou por iniciativa da direção do hospital, que acreditava ser esta a melhor forma de pressão para forçar o Inamps a pagar sua dívida. Esse, pelo menos, era o pensamento dos diretores, que nos primeiros dias do movimento grevista deram total abertura aos jornais e televisão, esperando uma grande repercussão.

A porta-voz da presidência da entidade, Valkiria Coutinho, chegou a percorrer todos os departamentos avisando que quem não participasse da greve seria demitido, uma vez que o movimento tinha a cobertura do presidente David Teixeira.

Mas no momento em que a r eivindicação não foi a atendida pelo Inamps e foi instalada uma auditoria de contas no hospital, a situação se inverteu. «O feitiço virou contra o feitiçeiro», auditoria constatou que era a Beneficência que devia ao Inamps e não o contrário.

Com isso, nem os cartazes «Inamps tenha piedade de nós» serviu para convencer os funcionários, que percebendo a manobra entraram com reclamatória na Justiça do Trabalho. São mais de 203 empregados exigindo o pagamento dos salários desde novembro e o 13º

De imediato, a direção começou a reprimir o movimento, demitindo sumariamente cerca de 18 funcionários, inclusive os que davam declarações aos repórteres da imprensa local. Enquanto isso, na 10ª Junta de Conciliação do Trabalho, o juiz obrigava a Beneficência a pagar Cr$ 187 mil para 45 empregados, restando 158 que aguardam o parecer judicial.

Descaracterizada a falsa crise financeira da entidade, os empregados retomam a greve cientes de que este será o único meio de receber em seus vencimentos.

Petroleiros autênticos ganham sindicato

Tomou posse no dia 12 de janeiro a nova diretoria do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais (SINDIPETRO-MG), eleita para o triênio 1979-81. A Chapa-1, bateu as chapas 2 e 3 nos dois turnos eleitorais, realizados nos dias 11 e 26 de dezembro, respectivamente.

O SINDIPETRO-MG tem 700 sócios e um dos objetivos prioritários da nova diretoria é a sindicalização de todos os petroleiros e a vinculação à categoria dos cem trabalhadores da usina de produção de álcool extraído da mandioca, uma subsidiária da Petrobrás, localizada em Curvelo, Minas Gerais.

A nova diretoia do SINDIPETRO-MG se considera alinhada ao grupo dos sindicalistas operários que têm lutado pelas liberdades democráticas, pela completa liberdade de organização sindical, por livre organização dos trabalhadores nas fábricas, através de comissões de fábrica e de delegados sindicais eleitos, pelo direito de greve e de organização intersindical nacional, e, inclusive, pela organização político-partidária da classe operária.

Treze dirigentes sindicais vieram de outros estados para dar força à direção empossada no SINDIPETRO-MG. «Foi a primeira posse em que o Delegado do Trabalho e o representante da direção de empresa não participam da mesa, ficando na platéia», comentou um sindicalista.

Em todo o Brasil a petrobrás emprega 52 mil trabalhadores, organizados em 13 SINDIPETROs, dos quais apenas cinco têm mantido uma linha de luta operária, contando-se entre estes o SINDIPETRO-MG que acaba de incluir o grupo dos SINDIPETROs combativos.

Conquistando aumento e acuando os pelegos

No último dia 19, num pequeno auditório, no centro de Belo Horizonte, 88 dos 150 professores votaram e aprovaram o acordo salarial firmado entre o Sindicato dos Professores e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais. Através do acordo serão beneficiados, além dos 15.000 mil associados (o maior sindicato da categoria no país), alguns milhares de não associados, os quais não tem direito a voto apesar de pagar pontualmente o imposto sindical. A partir de 1º de fevereiro os professores terão um aumento de 50% nos seus vencimentos e os salários aula-base aumentarão de 52 a 59%.

Durante a assembleia foram muitos os que se posicionaram contrários às manobras do Presidente do Sindicato, Everton Possas e inclusive denunciaram a diretoria do sindicato por não convocar os professores para discutir e participar da campanha salarial. Nos anos anteriores os professores que faziam frente a atual diretoria pelega não conseguiram falar (a mesa caçava a palavra). Neste ano a coisa foi diferente. A organização de alguns mais combativos - desde dezembro culminou com uma carta-aberta, assinada por 320 professores, propondo à diretoria que assumisse a convocação de uma outra assembléia para o dia 25 de janeiro data em que muitos já teriam retornado das férias. Aí discutiriam desde o índice salarial até a mudança do período da campanha para o ano letivo.

Tal solicitação, no entanto, não foi atendida e a diretoria do Sindicato continuou as negociações com os patrões. E como sempre, Possas veio bem preparado para a assembléia, sabendo conduzí-la de acordo com o seu propósito, que era a aprovação do acordo.

Se por um lado, ainda dessa vez, o presidente do sindicato saiu vencedor, por outro ele teve também que engolir um sapo, uma vez que foi forçado a aprovar a formação de comissões salariais, a funcionar a partir de março, com autonomia e liberdade de decisão, assessoradas pelo sindicato. E para mobilizar um número maior de pessoas que se dedicam ao magistério a primeira proposta tirada foi a de se batalhar por um abono de 20% a partir de agosto. Para esses professores, que estão se colocando à frente da luta as tarefas de engrossar as comissões e mobilização da categoria por um aumento salarial compatível com as suas reais necessidades são imediatas. «Venceremos, mesmo sendo professores e tendo uma diretoria como esta», parece ser a máxima dos professores mineiros.

(Haroldo Quintão)

Ponto de vista

Arejar para não embolorar

O presente e o futuro do jornal "Em Tempo".

Por Prado Jr. (Paéco)

Desde que surgiu a idéia de EM TEMPO, há quase dois anos , que tentamos fazer um jornal que atinja amplamente um público oposicionista, principalmente um grande contingente de trabalhadores. O fato é que até hoje não conseguimos. E mais ainda, apesar das intenções iniciais de se fazer um jornal bem humorado, leve, de fácil leitura, permanecemos um semanário maçante, em que pese a melhora dos dois últimos números.

A que se deve tudo isto?

Alguns fatores mais gerais contribuíram, como por exemplo o corte na tradição de imprensa popular (**Brasil Urgente, Novos Rumos, Última Hora**) de oposição imposto pelas restrições à liberdade de imprensa e as dificuldades infra-estruturais de um jornal da imprensa independente o que implica: falta de profissionais, de comunicações rápidas e funcionais e etc.

Mas certamente devemos buscar internamente as razões do porque não conseguimos até hoje colocar na prática aquela nossa vontade.

Aí vamos ter que passar pela nossa história. Quando EM TEMPO era ainda um projeto se pensava (corretamente aliás) que o nosso papel era «subsididar ao nível das idéias a articulação da oposição mais consequente». Naquele momento da conjuntura uma parcela da oposição precisava de um veículo para trocar experiências de trabalhos práticos, para se conhecer na troca de opiniões, no debate político e ideológico, ou na prática comum.

Pecado original

Entretanto, junto com este papel de EM TEMPO vem seu pecado original velho micróbio das elites oposicionistas: a mania de debater entre si e sem o parâmetro adequado: o povo e a conjuntura.

E EM TEMPO nunca deixou esta marca: um jornal de debate entre iniciados que aqui dentro eram conhecidos por nomes mais pomposos e variados: a parcela avançada da massa, a vanguarda social, a parcela mais consequente da oposição no movimentos de massas e por aí adiante. Mas esta verborragia não esconde nossa deficiência básica: falamos para um público restrito, praticamos uma política de seita, debatemos entre nós mesmos. Isto se manifesta:

Na linguagem: que é cifrada, cheia de siglas e termos que só os formados nos bancos da esquerda conhecem;

Na escolha de temas: privilegiamos o interesse daqueles que são ativos no movimento de massas, sem entender que eles precisam de um veículo que fale com a maioria do movimento. Exemplo: quando falamos do movimento estudantil queremos saber o que a vanguarda acha sobre a «baixa» do movimento estudantil fato que tem pouco interesse para a maioria dos estudantes e nenhum para o grande público.

Nesse sentido estamos ainda atrás de nosso projeto jornalístico onde apontávamos a necessidade de falar ao público atraves, basicamente, de reportagens.

Mas não devemos parar aí. EM TEMPO agrupou nos momentos idílicos de sua formação o maior contigente oposicionista desde Opinião. Mas a inabilidade, o pouco amadurecimento e as asperesas de se colocar tão próximo pessoas com passados e visões futuras tão diversas levaram aquele conjunto a desagregar-se. EM TEMPO não fez inimigos, é fato, mas terminou por deixar de compor amigos.

A base do jornal se estreita conforme o tempo passa. Muitos pagaram para ver e hoje são poucos os oposicionistas que saúdam o jornal e quase nenhum que se entusiasma com o projeto jornalístico. Enfim, a grande maioria dos oposicionistas «passa bem obrigado» com ou sem este jornal. E isto para um veículo como EM TEMPO é na prática perder a finalidade de sua existência.

Sem ditar regras

EM TEMPO precisaria abandonar o seu ar de ditador de regras (e aí as pessoas precisam aprender que um jornal é principalmente informação e não espaço para passar suas opiniões sobre a conjuntura, e nos casos desesperadores, sobre a estrutura da sociedade brasileira), precisa perder seu ar sisudo (e aí as pessoas precisam deixar de acreditar que seriedade é falta de humor), tem que entender que ter uma opinião forte que marque posições e venda jornais não é ter títulos e abertura de matérias chocantes e «esquerdistas» , tem que também compreender que só se contrói as materias do jornal a base de um trabalho demorado e paciente de coleta de informações e de sua exposição concisa, ponderada, leve e dirigida a um amplo público.

Creio que esta tarefa de remodelação do jornal é para todos nós, amigos, trabalhadores e ex-simpatizantes, o que de mais urgente temos a fazer. Recompor a base social do jornal, transformar em realidade o projeto jornalístico esquecido (e que, reconheça-se, foi colocada melhor em prática pelo nosso primo, o jornal **«Amanhã»**), retrabalhar as funções internas do jornal, profissionalizando dividindo o trabalho internamente, de acordo com os padrões «burgueses (conforme sempre apontou o companheiro Bernardo Kucinsky) criar editorias que possam acompanhar os assuntos de sua especialidade com informações novas e quentes ou com profundidade conforme o caso (hoje na prática temos apenas uma editoria única de nacional que congrega muita gente e que também por isso está longe de ser um padrão de eficiência), subsidiando aí de fato o conjunto dos oposicionistas.

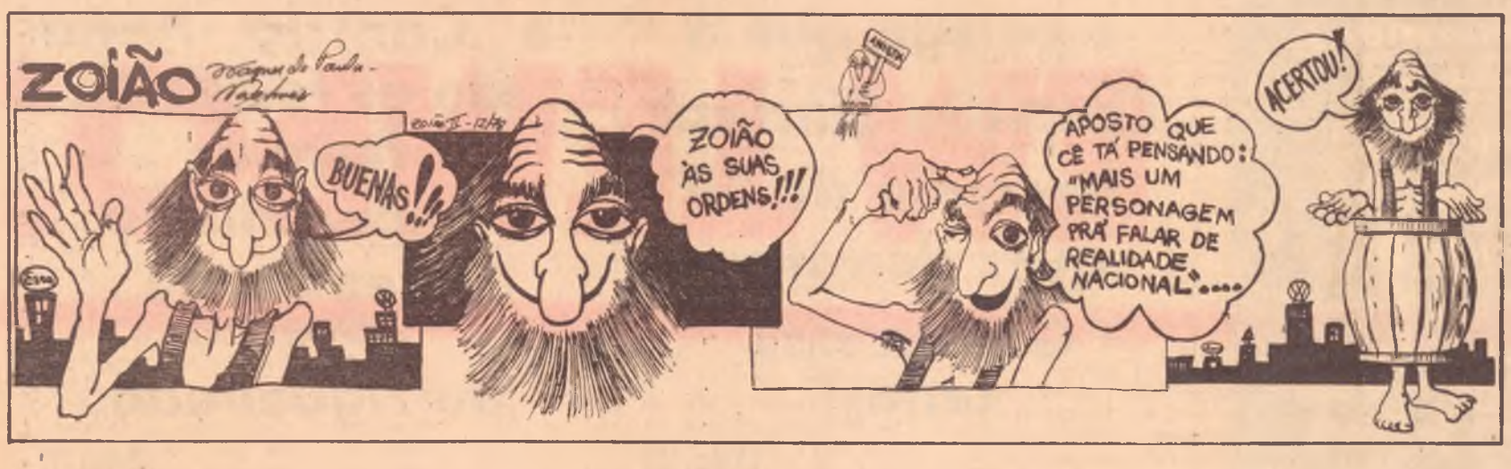
EM TEMPO precisa arejar, abrir, para não embolorar e fechar.

Novo tempero

Do ponto de vista político a mudança jornalística traz novo tempero no papel e no público do jornal. Na conjuntura da formação do jornal o papel era «subsidiar ao nível das idéias a articulação da oposição mais consequente», com um inevitável viés sobre o público que só poderia ser oposicionista.

Cabe hoje uma inflexão. Os oposicionistas precisam aglutinar o conjunto **da população numa frente para por fim ao regime autoritário cujos limites políticos e ideológicos são claros: a defesa dos interesses populares. Entre os obstáculos para a formação dessa frente destaque-se a inexistência de um instrumento capaz de servir àqueles que num determinado campo procuram exatamente congregar a população nesta perspectiva. Este é o papel de EM TEMPO. E mais é: precisa ser um veículo que sirva à unificação dessas lutas particulares na formação de um todo orgânico capaz de por fim ao regime autoritário, tirar disto um saldo positivo para o povo.**

Nesta perspectiva EM TEMPO muda politicamente porque centra sua luta contra o regime autoritário, subsidia a formação de um único movimento contra ele, e explode o seu conceito de leitor médio (o oposicionista) para pensar em ter como horizonte de sua comunicação o simples e comum leitor.



Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço .....
Bairro ..... Fone ..... Cidade .....
Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....
Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº .....
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães. 884. Lourdes. Belo Horizonte (MG) CEP 30.000.
Em São Paulo. Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo , (SP)
CEP 05415, fone 853-6680

Anual: Cr$ 600,00
Semestral: Cr$ 350,00

Exterior
Anual: US$ 90,00
Semestral: US$ 50,00

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).
Secretário de Redação: Luiz Nadai.
Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.
Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. **Internacional:** Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluísio José Monteiro, Altair Moreira, Cecilia Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virgínia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brauns Fº., Jesus Carlos, João Roberto Martins Fº, Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim
Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAIS:
Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 – loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luís Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife**: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação). Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Aliton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 290 - sala 408): Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Medes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador:** (Av. Sete de Setembro, 202 – sala 501), Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS:
Aracajú: (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros. **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinicio de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal** (RN), Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Lemos, Jesus Parela.
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luís Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).
Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A – Rua Bernardo de Guimarães, 1884 – Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros (São Paulo) – CEP. 05415 – Telefones: 280 4759 e 853-6680.

Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas.
Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua sete de Abril, 230, São Paulo, S.P.

EDITORIAL

O discurso de Figueiredo

Promessas, promessas, promessas...

João Bittar

Figueiredo prometeu mundos e fundos ao anunciar o seu «staff» ministerial. Num estilo que lhe é próprio, reduziu a democracia a uma questão de jura e foi mais além: pretende apagar o passado com uma esponja, como se estes quase 15 anos de tortura, de assassinatos políticos, de fechamento de sindicatos, de cassações, de censura e de supressão das liberdades públicas não tivessem existidos e pudessem ser apagados da memória de um povo cujas condições de vida foram extremamente agravadas por este mesmo regime. Mas deixemos a retórica presidencial de lado, pois como já dizia o prefeito de «Chico City» palavras são meramente palavras, nada mais do que palavras.

O projeto «democrático» de Figueiredo já pode ser vislumbrado na primeira mercadoria que ele está expondo à praça: um simulacro de anistia — eufemisticamente chamada de anistia parcial — onde não são garantidos os direitos plenos dos agraciados pela benevolência presidencial e onde só uma parcela dos oposicionistas,vítimas dos atos repressivos podem ser beneficiados. Isto é, uma anistia a la Dinarte Mariz, até bem pouco expressão da linha dura no parlamento, que, tal vez por humor negro, resolveu assumir a sua paternidade no Congresso. Mas não ficará apenas nisto, garantem os arautos da conversão da ditadura em uma democracia, que, a exemplo de Petrônio Portela, falam na extinção do senador biônico e na volta das eleições diretas para governador.

A magnanimidade é só aparente, pois no resto, tudo vai continuar na mesma. A convocação de Assembléia Constituinte com a garantia de todos os seus prérequesitos, a liberdade sindical e partidária, o direito de greve, a anistia ampla, geral e irrestrita, o desbaratamento de todos os aparelhos de repressão, com a consequente punição dos torturadores, não fazem parte dos planos de Figueiredo e seria de estranhar que o fizessem, pois seria acreditar que o lobo se transformou em cordeiro.

Ainda que suas «concessões» políticas sejam em parte decorrentes da profunda insatisfação popular — pois já não é possível mais fazer ouvido de mercador aos reclamos populares de uma anistia ampla e irrestrita e ignorar que há um profundo repúdio ao processo de eleição indireta — não é, principalmente, o povo que Figueiredo pretende conquistar com as suas dádivas. A sua proposta de «conciliação» volta-se, sobretudo, para aqueles que, no exercício de sua pusilanimidade, pedem agora um voto de confiança para o herdeiro de Geisel. Ou seja, busca Figueiredo arrebanhar as ovelhas desgarradas que abandonaram o regime militar mas que se mostram sensíveis a uma nova adesão, desde que haja um mínimo de concessão.

Para as camadas populares, a política continuará sendo a mesma: pau nas costas delas e aí está a repressão à greve dos motoristas no Rio de Janeiro que não deixa margem para ilusão. As greve continuarão sendo consideradas ilegais e se necessário for, até o Exército irá às ruas para reprimí-las. Se isto não resolver, decreta-se a situação de emergência, fecha-se sindicatos, prende-se as lideranças sindicais e apela-se para os organismos de repressão e torturas que estarão aptos a sairem da regra três. Isto é, para as camadas populares, o governo de Figueiredo será apenas o prolongamento da ditadura sob novas condições.

No plano social o discurso presidencial também deixa claro o que vem por aí. É como explicitou o futuro Ministro da Fazenda: a política é a de apertar os cintos, ou seja, será através do arrocho salarial que se tentará conseguir a meta do controle da inflação. Não há menor expectativa de se vencer o desemprego e não haverá o menor esforço para se resolver graves problemas das camadas populares, como a questão da moradia, de transportes e de saúde. Para os trabalhadores, Figueiredo repete a velha cantilena de que é necessário sacrifícios e mais sacrifícios.

Em troca, ele muda a música para os empresários e acena com uma guloseima: promete privatizar algumas empresas estatais,absorvendo assim reivindicações de empresários desgarrados e tentando com isto obter uma vitória política no alastramento das bases sociais de um regime em decomposição. E se algum grupo econômico entrar em crise, o Estado está aí para isto mesmo. É só repetir o remédio aplicado na Lutfalla ou realizar negociatas que se convertem em escândalo nacional como aconteceu com a compra da Light. Para a dívida externa, que soma 40 bilhões de dólares, existe um elixir eficaz: a venda da floresta amazônica.

E mesmo na agricultura, transformada pela «staff» ministerial na galinha dos ovos de ouro, já se pode antever o que irá acontecer no Governo Figueiredo. Vão proliferar projetos tipo o Jari, com a penetração do grande capital na agropecuária, vai se estimular a exportação de determinados produtos e a industrialização sofisticada de outros bens agrícolas. As massas camponesas que hoje são expulsas de suas terras por grileiros e grandes empresas agrícolas em nada se beneficiarão de tal política e de pouco adiantará o seu lamento, pois a angustiante questão da terra não sensibiliza o futuro Governo, como já deixou claro o mago Delfim Neto, para quem a reforma agrária «é coisa de economista desocupado». Em outras palavras: a política agrícola de Figueiredo pode ser resumida no axioma «para o grande capital tudo, para os camponeses nada».

E se nada mais restasse, basta olhar para o Ministério de Figueiredo, uma espécie de certificado de garantia para o grande capital e um aval para grandes escândalos. Em sua equipe ele conseguiu concentrar não só os ministros de Geisel, acusados de corrupção, como reforçou o time com Delfim, Andreaza e Elizeu Resende, ex-ministros de Médici de igual ou pior naipe. Com esta «staff» é até piada falar em austeridade.

Sindicatos engatilham o lançamento de um partido político

Será dentro de dez dias a divulgação da carta de principios da nova agremiação, articulada pelos sindicalistas autênticos, segundo revelou Henos Amorina, dirigente metalúrgico de Osasco na última terça feira. Aqui, um relato dos primeiros dias do Congresso metalúrgico de Lins em São Paulo, que mostram conclusões bastante contraditórias no que toca aos interesses históricos dos trabalhadores.

Por Julio de Grammont

Os delegados dos sindicatos do Estado de São Paulo aprovaram no Nono Congresso dos Metalúrgicos,, realizado na cidade de Lins a criação de um partido dos trabalhadores, porque entenderam que hoje não há possibilidades de se confiar nos dois partidos existentes. Os delegados concluíram ainda que a «história tem mostrado que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar essa luta é o seu partido e que por isso os trabalhadores, ao organizar esse partido, que englobe todo o proletariado, lutam por sua efetiva libertação da exploração».

Com isto os sindicatos de São Paulo, representando mais de um milhão de metalúrgicos entraram na luta pela construção de um partido dos trabalhadores. Porém a grande dúvida que restou dos debates ainda se concentra no caráter político que deve ter esse partido.

Benedito Marcilio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, entidade autora da tese, declarou no transcorrer do Congresso que o bipartidarismo não satisfaz os interesses de todos os segmentos da sociedade brasileira porque mantém um regime de arbítrio. Disse ainda que o MDB é uma frente de oposição que congrega todas as tendências com participação, inclusive, de patrões. No entender de Marcilio, todos os segmentos da oposição devem continuar a sua luta no sentido de conquistar a democracia plena através do chamamento a uma Assembléia Constituinte. Ele deixou claro que o partido dos trabalhadores deverá surgir das necessidades das bases com um programa feito sem a interferência dos patrões em condições de ser governo no país. Por outro lado, ele acha que é necessário que todos os componentes dessa frente de oposição continuem a luta por liberdades democráticas ; com uma anistia ampla, geral e irrestrita; com uma Constituinte que tenha a participação de todos segmentos da sociedade. Marcílio sugeriu a criação de uma Comissão que deverá organizar representantes de outros estados para discutir os estatutos e programa e que deverá, na sua opinião, ter uma linha com princípios socialistas.

Joaquim: pela social democracia

Ao contrário da filosofia do partido proposta pelo sindicato de Santo André, Joaquim dos Santos Andrade, acusado frequentemente de «pelego», declarou-se favorável à formação de uma entidade política semelhante ao Partido Social Democrata Alemão que, segundo ele, mantém a garantia da propriedade privada dos meios de produção «mas assegura aos trabalhadores maior participação no planejamento da economia». Joaquim, mais uma vez, se declarou contrário à proposta do controle da economia pelos trabalhadores organizados em partido político, para ele «isso ainda é utópico, coisa que não vai existir no Brasil». Mesmo alegando que não poderia citar nomesde possíveis integrantes de seu partido, Joaquim lembrou alguns que gostaria de ver incluídos em sua agremiação como o dos ex-deputado Faria Lima (Arena-SP) e do atual deputado Israel Dias Novaes (MDB).

Por outro lado, Luiz Inácio da Silva, o Lula de São Bernardo, achou que a aprovação da criação de um partido dos trabalhadores foi o melhor acontecimento. Lula, que algum tempo vem defendendo a campanha pela criação do partido, difere radicalmente da linha doutrinária do partido defendido por Joaquim dos Santos Andrade. Por outro lado, sem deixar clara a sua visão de partido, Lula dá entender que deverá seguir os princípios socialistas.

Já o presidente do sindicato de Osasco, Henos Amorina, que vem apoiando a idéia do partido ao lado do Lula declarou, no meio da semana que em 10 dias já estará pronto o programa do partido dos trabalhadores.

Na verdade, a luta pelo partido dos trabalhadores que será levada aos metalúrgicos do estado e de todo o Brasil não será tão simples assim e é quase certo que não haverá unidade no encaminhamento dessa luta. Todos querem o partido, porém já existem pelo menos 3 concepções diferentes, claramente definidos e inconciliáveis.

Comissões de fábrica rejeitadas

Uma tese apresentada pelos delegados de São Bernardo defendia a urgência da criação de comissões de fábrica «que surjam da iniciativa e criatividade dos trabalhadores dentro da empresa, em torno de seus problemas específicos»: «as comissões, bem organizadas deverão revolucionar o sindicalismo no país e assumirão o papel vanguardeiro nas lutas operárias. Porém, não poderão representar qualquer tipo de sindicalismo paralelo que comprometa o princípio da unidade. O papel das comissões é tornar o sindicato presente e atuante onde estiver o trabalhador e seus problemas».

Dizia ainda o texto: «a organização dos trabalhadores é vital para obtenção das transformações que queremos. Esta organização entretanto nunca será uma doação do Estado e será dificultada, ao máximo, pelas classes patronais. Já sabemos que temos força e que unidos somos praticamente imbatíveis. Nossa força potencial deve ser transformada em força real. Organizar os trabalhadores significa incorporar um número cada vez maior de companheiros e companheiras à frente das lutas de nossa classe. Significa, ainda, esclarecê-los e lhes dar a medida exata de sua força e de seu significado político e social como classe».

Depois de assinalar que as greves de 1978 deixaram bem patenteado o fato de que somente a partir das fábricas é possivel a efetiva organização dos trabalhadores, esta tese de São Bernardo concluía: «todos nós devemos nos penitenciar de uma atuação que não levou na devida conta esta realidade».

A proposta concreta era que o congresso aprovasse uma campanha, a nível estadual, a ser desenvolvida pelos sindicatos, com a assessoria da Federação, «pela instituição e reconhecimento das comissões de fábrica», baseadas nos seguintes princípios:

1. que as comissões sejam escolhidas por assembléia da empresa e que qualquer trabalhador possa ser escolhido para integrá-las;
2. que os trabalhadores, no sindicato e dentro das empresas, lutem para conseguir estabilidade, representação, informação e mobilidade dos companheiros das comissões e para que eles tenham locais próprios para reunião, divulgação de material informativo, horário disponível, etc.;
3. que os membros da comissão sejam destituídos, individualmente ou coletivamente, por assembléia de empresa, desde que não cumpram satisfatoriamente suas funções;
4. que as comissões, assumam a negociação das reivindicações com o empregador, contando com assessoria do sindicato, cabendo a decisão final à assembléia da empresa;
5. que os sindicatos promovam cursos permanentes de capacitação sindical, visando a preparação dos quadros necessários à formação das comissões de fábrica;
6. que nos acordos, convenções ou dissídios coletivos seja exigido o reconhecimento das comissões e estabilidade para seus membros.

Entretanto, este ponto de vista de São Bernardo, semelhante ao de diversos outros sindicalistas presentes, não foi acatado pelo congresso. Prevaleceu uma visão bastante atrasada da participação dos operários no interior das empresas, ou seja, não deve existir comissão de fábrica, mas sim os delegados sindicais, indicados pela diretoria dos sindicatos. Este aspecto é importante pois a organização no interior das empresas é vital para o crescimento independentemente do movimento operário. Por outro lado, não houve por parte do próprio Lula uma cobrança mais eficaz quanto à aprovação da tese do seu sindicato.

Defesa do pequeno e médio empresário

Na comissão de economia os congressistas aprovaram uma tese para ser defendida na reunião plenária que propaga a idéia de ajudar a pequenas e médias empresas nacionais através de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, com taxa de juros mais baixas. A tese foi apresentada por delegados do Sindicado dos Metalúrgicos de São Paulo baseada na argumentação do fortalecimento do mercado interno. Sugerem ainda a reformulação da orientação da política econômica, descentralizando o desenvolvimento econômico para toda a extensão do território nacional. Apesar de aprovada, não deixou de ser criticada na reunião com sendo uma ajuda dos trabalhadores aos patrões. Outro delegado afirmou não estar importando se os empresários são ou não mais ricos ou se têm ou não mais ou menos dificuldades. Diz ele: «nós trabalhadores não devemos esquecer que todos são patrões, que todos estão é preocupados com seus lucros».

Noutra comissão decidiram rejeitar proposta do Sindicato de São Bernardo, defendida por Lula, que determinava a extinção imediata do imposto sindical. Mesmo com a argumentação de que «nós só vamos conseguir a liberdade e autonomia sindical quando estivermos definitivamente desligados economicamente do governo» a maioria dos delegados votou numa proposta conciliadora defendida pelo presidente da Federação, Argeu Egídio dos Santos. Ele propunha a extinção gradual do imposto que só será possível depois de uma efetivação do contrato coletivo de trabalho. Na proposta, os dirigentes entenderam que todo o dinheiro da arrecadação deve ficar sob controle dos sindicatos.

Marcilio afirmou que a verba do imposto sindical deveria ficar na mão dos sindicatos e que isso iria fortalecer as entidades desde que não houvesse nenhuma ingerência governamental. O presidente do sindicato de Osasco, Henos Amorina, votou pela extinção imediata do imposto sindical, mas concordou com a possibilidade de que o montante do imposto ficasse sob controle dos assalariados, desde que tivessem organizado uma Central Única de Trabalhadores, que faria, por sua vez, a distribuição do dinheiro entre seus associados. Houve a crítica do presidente do sindicato de Ribeirão Preto de que a extinção imediata do imposto não passa de demagogia. Segundo ele os pequenos sindicatos teriam aumentado seus problemas. No entanto, seriam os maiores sindicatos que teriam os maiores problemas, afirmou Lula, acrescentando que «o movimento sindical vem falando há muito tempo em se livrar do imposto, mas nunca afirmou na prática uma posição coerente com que o se propõe».

Reforma Agrária

Os delegados aprovaram também uma tese que propõe uma mudança radical na estrutura agrária. A tese foi defendida pelo Sindicato de Santo André que sugere o encaminhamento de um pedido ao Congresso Nacional solicitando aos legisladores modificações necessárias, inclusive na Constituição Federal, para assegurar uma efetiva e radical reforma agrária, fundamentando-se nos seguintes pontos:

a) desapropriação de todos os latifúndios improdutivos;

b) distribuição de terras a todos os camponeses e fornecimento de todos os meios de defesa necessários à sobrevivência;

c) fornecimento de crédito objetivando tornar as terras produtivas;

d) proibição total de venda dos produtos da terra aos atravessadores;

e) construção de silos e armazéns em todo o território nacional;

f) que se assegure preços justos a produção rural e rendas suficientes e acesso a um nível de vida superior ao camponês e suas famílias.

A seguir, um resumo de outras teses aprovadas preliminarmente nas comissões:

Sobre distribuição de renda e desenvolvimento econômico e social.

(Sindicato de Santos): propõe que a forma mais correta de distribuição da renda é através dos salários e para tanto são necessários liberdade e autonomia sindical além de uma política de salário mínimo nacional que possibilite condições adequadas de sobrevivência do trabalhador e sua família.

Sobre distribuição de renda e desenvolvimento econômico e social

(Sindicato de São Caetano do Sul): propõe maior dotação orçamentária para educação, objetivando exclusivamente maior número de escolas públicas em todos os graus, em todo o território nacional; aumento do número de escolas profissionais em todo o território nacional; gratuidade do materia escolar subsidiado através de fundo constituído por uma parcela do lucro das empresas.

Sobre o Programa de Integração Social: propõe que a gestão do PIS seja feita através do sindicato através de órgão técnico de sua confiança; que a arrecadação do PIS seja acrescida em 10% do faturamento das empresas, sendo esta arrecadação adicional distribuída trimestralmente aos trabalhadores de forma inversamente proporcional ao salário recebido.

Sobre Plano de Habitação — (sindicato de Sorocaba, São Caetano e Santo André): propõe a construção de moradias padronizadas em oferta aberta ao trabalhador que poderá adquirí-la sem comprovação de renda familiar; garantia ao trabalhador da suspensão do pagamento das parcelas, juros e correção monetária nos casos de desemprego e doenças regularmente comprovadas; isenção tributária sobre a casa própria do trabalhador enquanto financiada; permissão de construção de casa própria com área igual ou inferior a 100 metros quadrados, não importando o tipo de construção, com isenção da contribuição social.

Sobre indústria nacional — (Sindicato de Santos): propõe que o trabalhador participe da execução de todos os planos que lhe dizem respeito direta ou indiretamente; que o desenvolvimento social deve atingir todas as regiões do território nacional; que a política econômica deve favorecer as necessidades do mercado interno (favorecer os consumidores) 4) que se denuncie todas as medidas que venham favorecer o capital multinacional em detrimento dos interesses nacionais; que se dê preferência ao transporte hidroferroviário.

Sobre Industria Nacional — sindicato de Laranjal Paulista — propõe a fiscalização mais efetiva por parte dos órgãos controladores da poluição e a preservação da selva amazônica.

Ednilo Brunetti

A tese de Santo André sobre o novo partido

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como o fim último o lucro e para atingi-lo se utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político.

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido-político, por isso os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que englobando todo o proletariado lutam por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira essa necessidade com o peso de sua importância se faz sentir.

O regime militar instalado no País há 15 anos começa a se mostrar para os seus próprios mentores como uma forma inviável e insuficiente dos patrões continuarem a explorar a imensa maioria da população brasileira. As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploraçao a que os trabalhadores estão submetidos, ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação. Fazer isso é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores que se expressa na construção de seu partido. O MDB hoje, o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea não pode cumprir este papel. Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando estas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido.

Crentes que já é hora do trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira como a Anistia Ampla, geral e Irrestrita, a Assembléia Constituinte democrática, livre e soberana, a reforma agrária, liberdade partidária.

Crentes que toda a modificação nas regras do jogo que venham a favorecer os trabalhadores só serão possíveis com a conscientização e mobilização dos próprios trabalhadores para que eles juntos forcem essa modificação propomos o seguinte:

1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal, ponto fundamental para o desenvolvimento da vida sindical;

2) democratização dos sindicatos, que os órgãos sindicais se pautem em seu funcionamento pela democracia operária que a todos assegura o direito de em igualdade participar das lutas e das decisões;

3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadres brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;

4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoreiro que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que além disso e principalmente seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa sem explorados e exploradores;

5) que seja eleita neste congresso uma comissão que junto com todos os outros setores, que embora ausentes, também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já, que essa comissão fique encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros chamando à construção do partido dos trabalhadores, proposto no terceiro ponto.

Denúncia: Minas, crescimento econômico e miséria social

Eis o que explica a escolha de um «civil» para a vice-presidência da República e a indicação de seu assessor para o Ministério da Indústria e Comércio

Aureliano e Camilo Pena, os testas-de-ferro do imperialismo alemão.

A imagem de Minas Gerais como um estado bucólico, recatado, pacato e caipira foi jogada no baú das recordações. Nos últimos anos, a terra das alterosas virou o «novo Eldorado» das empresas multinacionais, que fazem uma verdadeira corrida às mamatas oferecidas pelo governo para que lá se implantem e colham bons frutos, às custas dos trabalhadores. É o que o provincianismo batizou de «o milagre mineiro», o último suspiro do seu irmão nacional, «o milagre brasileiro». Agora, com a subida de Aureliano Chaves e Camilo Pena para dois postos importantes no «staff» do general Figueiredo, confirma-se que os grandes grupos capitalistas alemães estão interessadíssimos no país e procuram garantir seus esquemas de transar influências no próximo governo federal. E nessa jogada dos grandes interesses dos poderosos artesãos do imperialismo, os trabalhadores estão destinados a mais uma vez ficar a ver navios, sustentando com sua pobreza crescente o enriquecimento das multinacionais.

Da sucursal

A escolha do engenheiro João Camilo de Oliveira Pena para ocupar a pasta da Indústria e Comércio, no novo Ministério do general Figueiredo, anunciado oficialmente na última sexta-feira, nada tem de mero compadrio do ex-secretário da fazenda de Minas com o futuro vice-presidente Aureliano Chaves, como se o ex-governador do estado estivesse abocanhando o seu quinhão na divisão das mordomias federais e levando seus amigos para curtir as facilidades do poder em Brasília.

A verdade é que na jogada estão envolvidos poderosos interesses do imperialismo alemão, que consegue assim garantir pelo menos dois postos chaves no governo Figueiredo. Por outro lado, a indicação de Camilo Pena expressa o fortalecimento da politicca de abertura crescente de comportas ao capital estrangeiro em geral, modelo econômico implantado também em Minas com muito sucesso nesta década.

O entreguismo avança

Em sua edição desta semana, o **Relatório Reservado**, boletim de circulação restrita ao empesariado, trás uma pequena entrevista em **off-the-records** com ùm técnico de empresa estatal com larga experiência na administração pública e particularmente na política industrial, bastante comprovadora das vinculações tecnocratas de Minas com o esquema empresarial alemão.

Ele resolveu fazer uma investigação por conta própria acerca da vinda em bloco de capitais alemães para o Brasil, particularmente em Minas, das quais a **Krupp** é um exemplo. O grande interesse em entrar no nosso mercado tinha motivos mais fortes que a simples possibiliade de realizar bons negócios: «impedida pelos Estados Unidos de avançar etapas no seu programa nuclear e sem base territorial para uma expansão industrial mais ampla, a Alemanha tinha decidido usar o Brasil para assegurar matéria prima e fôlego», explicou o técnico.

Mas para sustentar um programa tão ambicioso, seria necessário aos industriais alemães um **poderoso lobby** com grande força de pressão, principalmente junto ao governo, para abrir as portas que estivessem fechadas e mesmo para enfrentar os interesses, eventualmente contrariados, de outras empresas de outros países que, por estarem no Brasil há muito tempo, com posição garantida no mercado, já defendiam até teses nacionalistas.

As investigações do técnico que deu a entrevista conduziram a uma confirmação junto a executivos alemães no Brasil que abriram: «o homem-chave de todo o esquema é o Aureliano Chaves; é nele que os alemães estão investindo. **(Ver box 1).**

Com o Ministério da Indústria e Comércio nas mãos, os tecnocratas mineiros assumem o comando direto da política siderúrgica — essencial para garantir a execução dos projetos da Açominas, Mendes Júnior e o estágio IV da USIMINAS —, poder de decisão sobre o conjunto da política industrial, via CDI, STI e INPI, e ainda ganharam, de quebra, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, até agora um dos principais obstáculos às composições entre Minas Gerais e grandes grupos alemães.

O milagre mineiro

Os lances iniciais de toda esta trama podem ser buscados no início da década de 70, quando começou o que no linguajar provinciano se chamou de «o milagre mineiro». O processo de acumulação de capital do país exigia uma nova redefinição da divisão do trabalho entre regiões geográficas do país, na qual Minas aparece como área promissora. Para isto contribui o saturamento do eixo Rio-São Paulo e a disponibilidade de recursos do capitalismo mundial, com sua disposição para efetuar investimentos diretos e facilitar empréstimos.

A emergente tecnocracia mineira aproveita a situação histórica e tenta legitimá-la institucionalmente, utilizando-se para isso de uma série de mecanismos, entre eles o instrumento financiador da industrialização: a lei 5.261, de setembro de 1969, melhor conhecida como lei dos incentivos fiscais. A promoção industrial se articula, trabalhando

Aureliano

conjuntamente tecnocratas do Banco de Desenvolvimento, Centrais Elétricas, Conselho de Desenvolvimento Industrial e Conselho Estadual de Desenvolvimento, hoje Secretaria de Planejamento. **(Ver box 2).**

Em 1977, os resultados atingidos por esta estratégia de crescimento econômico já podiam ser medidos, com muito ufanismo, pelo então governador Aureliano Chaves, herdeiro e implementador, ao mesmo tempo, de toda a política. O Produto Interno Bruto naquele ano registrou a taxa de crescimento de 11,1%, contra 9% do ano anterior.

Isso representava, no mesmo período, mais do dobro do crescimento do PIB nacional, ficava bem acima do dinamismo de São Paulo ..(6%) e superava o crescimento do Nordeste, estimado em 8%. O **boom** das alterosas era alardeado tanto quanto o foi o «milagre brasileiro» do general Garrastazu Médici e de Delfim «reposição salarial» Neto. «A economia mineira se moderniza a passos crescentes», destacou certa vez Aureliano Chaves. Nas proezas do estado, há destaque para a produção de aço, ferro ligas, alumínio, zinco, cimento, minério de ferro, latício e outros. Tudo resume-se numa taxa de crescimento da economia de 11,2% ao ano na década de 70.

O santo deste milagre era muito semelhante ao do outro milagre, ou seja, uma política a serviço dos grandes grupos econômicos, com as seguintes diretrizes: industrialização a qualquer custo; abertura das porteiras da economia ao capital estrangeiro; geração de uma infra-estrutura econômica básica por parte do estado e de benefícios de toda a natureza, de modo a atrair com mamatas os grandes grupos multinacionais; política salarial desumana de exploração ao máximo da grande massa assalariada, garantida pelos instrumentos de exceção da ditadura; aumento do processo de concentração da renda, como forma de dar sustentação a uma demanda seletiva compatível com a diversificação da produção induzida pelas empresas multinacionais. **(Ver box 3).**

A estrutura produtiva da economia mineira realmente vem se transformando sob a batuta das empresas estrangeiras, jogando para o baú das recordações a imagem surrada de um estado bucólico, recatado, acato e caipira. A empresa privada nacional vai sendo cada vez mais encurralada nos setores tradicionais da economia, nos quais a tecnologia é mais simples e não constitui campo de interesse do imperialismo.

O novo Eldorado das transnacionais

Minas constitui-se hoje no novo Eldorado das empresas transnacionais, como demonstram fartamente as estatísticas.

Das 185 maiores sociedades anônimas industriais, com sede no estado, em 1976, as empresas estrangeira já participavam com 20,1% do imobilizado líquido. Acrescenta-se a isso que a distribuição setorial dessas empresas, concentra-se nos setores dinâmicos da economia que comandam o processo de acumulação, tais como mecânica, material de transporte, material elétrico, química, metalurgia e outros.

Considerando-se as 156 principais sociedades anônimas de Minas, o capital estrangeiro domina o setor dinâmico com 40,9% do patrimônio líquido. Para o setor tradicional, pouco atraente, a participação estrangeira no patrimônio líquido é de apenas 4,7%.

E mais. Dos 451 projetos decididos para o estado no período 70/77, os investimentos externos atingem a 20,3% do total contra apenas 16,3% dos investimentos privados nacionais. Nada menos que 92% dos investimentos externos, num total de 80 projetos foram dirigidos para os setores produtivos mais dinâmicos. Somente 12 projetos de empresas internacionais foram para os setores tradicionais, muito provavelmente em condiçõ9es oligopolíticas ou quase monopolistas. Do total dos investimentos decididos, as empresas estrangeiras respondem por 80,2% dos investimentos no ramo mais importante da economia, e de bens de capital, contra apenas 10% do investimento nacional público.

Trata-se de uma verdadeira olimpíada do poder econômico internacional, uma corrida desenfreada com origem em várias partes do mundo. Num total de 73 projetos listados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, observa-se que os Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Itália e Suécia, lideram a maratona, com 40 projetos ou 55% dos investimentos feitos no período. Só os norte-americanos impataram 21 projetos, totalizndo 29% dos investimentos, assumindo assim a posição central, na qual a Alemanha Ocidental e a Itália, preenchem o segundo e o terceiro lugares, respectivamente. Também, a preferência pelos setores dinâmicos — bens intermediários e bens de capital, refletem bem que este processo é orientado de fora para dentro, estabelecendo-se uma situação de dependência consciente frente ao poder econômico internacional. Assim, o domínio da tecnologia, associado à predominância de seus investimentos nos «setores de ponta», permitem às subsidiarias das multinacionais impor ao estado uma forma de acumulação econômica que mais lhe interessa.

PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM PROJETOS PARA MINAS GERAIS NO PERÍODO — 1970/77

PAIS DE ORIGEM	Nº	%	INVESTIMENTO Cr$ milhões/74	%
USA	21	28,8	1.563,0	16,2
ALEMANHA	8	11,0	1.145,7	11,9
ITÁLIA	7	9,6	3.577,8	37,1
SUÉCIA	4	5,5	117,6	1,2
JAPÃO	3	4,1	120,3	1,3
FRANÇA	3	4,1	201,9	2,1
INGLATERRA	3	4,1	617,2	6,4
CANADÁ	3	4,1	146,6	1,5
SUIÇA	2	2,7	458,4	4,8
PORTUGAL	2	2,7	655,8	6,8
BÉLGICA	2	2,7	302,2	3,1
DINAMARCA	1	1,4	64,1	0,7
ARGENTINA	1	1,4	62,6	0,7
NÃO ESPECIFICADO	13	17,8	610,8	6,3
TOTAL	73	100	9.644,1	100

FONTE: CDI/MG.

Distribuição de renda em Minas

classes	população ocupada	% simples	% acumulada
de 0 até 2 salários	3.781.806	76,01%	76,01%
de 2 até 5 salários	796.293	16%	92,01%
de 5 até 10 salários	260.449	5,23%	97,24%
10 e mais salários	137.118	2,76%	100,00%
total	4.975.666	100%	—

Fonte: PNAD 1976/FIBGE

1 A ofensiva alemã no governo Figueiredo

Do «Relatório Reservado»

Razões para se rejubilarem têm os empresários alemães, que nos últimos anos responderam maciçamente aos apelos lançados, especialmente na Europa, pelas autoridades de Minas Gerais. Agora, a influência desses grupos junto ao primeiro escalão do governo brasileiro aumentou sensivelmente, desalojando mesmo antigas preferências ou privilégios de outros **lobbies**.

Acossados por uma classe operária poderosíssima e cada vez mais reivindicante — terminou na semana passada uma greve de 100 mil trabalhadores siderúrgicos que durou 45 dias e foi a primeira em 50 anos — e pela competição, nos países subdesenvolvidos, em setores onde sempre foram absolutos, os alemães procuram reforçar suas posições para não serem deslocados. A siderurgia é um desses setores: a mão de obra lá é cara, há que importar ferro e carvão, e não há possibilidades geográficas de instalar usinas junto do mar. O Brasil, nesse e em muitos outros campos industriais, apareceu como uma promissora base de extensão.

Não é apenas nos setores de mão-de-obra intensiva, porém que os alemães estão transferindo unidades ou montando fábricas no Brasil: eles investem pesadamente também na indústria de equipamentos e na indústria química, na qual estima-se que serão desempregadas na Alemanha cerca de um milhão e meio de pessoas devido à entrada em operação nos países subdesenvolvidos, de grandes empresas petroquímicas. Nesse setor, a ofensiva alemã é menos notada porque as companhias nacionais são ainda fracas. A **Bayer** e a **Hoechst** estão para comprovar.

Na área de equipamentos, entretanto a história tem sido diferente. A **Krupp** e a **Demag** gramaram alguns anos, sob o pesado bombardeio do BNDE e da Abdib, até que acabaram entrando no mercado via Minas Gerais, especialmente, via Camilo Pena, que graças às suas excelentes relações junto à cúpula do banco, funcionou incansavelmente aparando arestas e dobrando resistências.

2 As mamatas para fisgar o capital estrangeiro

A lei dos incentivos fiscais é o instrumento prático de entrega do estado ao capital estrangeiro. Com o dinheiro do povo mineiro, a Lei 5261, utilizando o capital gerado pelos assalariados no trabalho diário, financia os investimentos em empresas novas ou na ampliação das existentes. O incentivo da Lei era o ICM, Imposto de Circulação de Mercadoria, que se traduzia num retorno de 25,6% do imposto arrecadado. Assegurava-se assim aos empresários menos dispêndio em seu investimento. Em outras palavras, se reforçava o maior grau de acumulação dos capitalistas. Quem mais se beneficiou deste mecanismo de «promoção» industrial, foi, é claro, o capital de fora.

O apoio institucional é completo e gratuito: assistência técnica, assistência creditícia, assessoramento de marketing, oferta de áreas industriais e construção e doação de infra-estrutura.

Um dos exemplos mais escandalosos, denunciado por vários parlamentares até mesmo como «humilhante», foi o Acordo de Comunhão de Intereses com a FIAT S.A que transformou o governo mineiro numa dependência da grande empresa italiana, que nesses atrás chamou o DOPS e a Polícia Militar para reprimir os operários grevistas que reivindicavam aumento salarial. Um resumo das mamatas com as quais a FIAT foi agraciada: a prefeitura de Betim, cidade onde está instalada, doou os terrenos; a Companhia de Distritos Industrias, CDI, executou gratuitamente a terraplanagem e a infra-estrutura básica de apoio; o governo concedeu incentivos do ICM, nos termos da Lei 5261; o governo participou com 45% do capital acioário, de forma que o controle acionário da empresa de «capital mito» permanece sempre em mãos da FIAT; sua implantação é favorecida pela mão -de-obra abundante e barata de Munas. Assim, não há capitalista no mundo que não queira implantar-se no novo Eldorado...

Mamatas semelhantes beneficiaram a Souza Cruz (inglesa), Alcominas (americana), Soeicom (portuguesa); White Martins (americana e canadense), Ciminas (suiça e americana, Krupp (alemã), Demag (alemã), General Motors (americana), Glico (alemã), Celanese (americana).

Os incentivos corresponderam no período 70/77 a 50% do valor dos investimentos efetuados por estas empresas. Significa que, para cada 100 dólares investidos pelas empresas estrangeiras, o Estado devolve 50 dólares sob a forma de retorno do ICM. Assim, Minas financia o lucro das multinacionais com o dinheiro gerado pelos trabalhadores.

3 E os trabalhadores? Ora, que se danem...

Os documentos demagógicos do governo estadual, difundidos em impressos coloridos dos mais diversos tipos e abrangendo os mais variados setores da administração pública, não mostram contudo a pobreza crescente dos trablhadores e do povo em geral. Belo Horozinte é a capital que tem o crescimento anual mais elevado do custo de vida, recorde carregado com muito pouca lisonja.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios (PNAD) evidenciou uma grande concentração de renda. A classe baixa, que ganha até dois salários mínimos, representa 76% da população ocupada, enquanto que a classe alta, de 10 a mais salarios é de apenas 2,76%. O quadro de distribuição de renda é mais grave nos setores primário e terciário, embora o secundário mostre também grande concentração.

A desigualdade da renda no Estado é maior que a média nacional, o que questiona o objetivo tão badalado nos dois últimos planos de desenvolvimento de Minas, ou seja, de geração de empregos a partir do novo surto de industrialização. Ora, como se pode esperar de empresas que empregam tecnologias intensiva de capital, própria para os setores dinâmicos, que se implantaram com todos os incentivos e benefícios do governo, cumpriram o objetivo social de criarem empregos? Já foi por demais constatado, por economistas e planejadores sociais, que industrialização baseada em processos produtivos tecnologicamente avançados, não constitui uma saída eficaz para regiões com oferta ilimitada de mão-de-obra . O governo simplesmente prega mentiras quando defende uma política de emprego baseada numa industrialização dessa natureza. A resposta verdadeira a essa estratégia de crescimento é uma intensa capitalização para o exterior que esses projetos vão auferir, conjugada com a perda de poder de decisão interna do Estado, na gestão de sua economia.

A seguir, mais dados que evidenciam como o desenvolvimento capitalista tem contribuido para o empobrecimento da população trabalhadora do Estado, com reduzida participação na riqueza na perda do poder aquisitivo e pelo agravamento geral de suas condições de vida, incluindo nutrição saúde e habitação:

- Nos últimos treze anos, o trabalhador de Belo Horizonte perdeu 45% de seu poder de compra segundo dados do Instituto de Pesquisas que calcula oficialmente o índice mensal de custo de vida.
- No último mês de outubro, pesquisa realizada em mercearias populares da Região Metropolitana de Beagá revelou que o operário precisa trabalhar 115 horas/mês para comprar a «ração mínima essencial» para uma pessoa, estipulada pelo Decreto-lei 399 de 1938 e incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho.
- Aproximadamente 60% dos domicilios de Minas não são servidos de água e cerca de 65% não tem canalização de esgoto(PNAD).
- Aproximadamente um milhão e 200 mil pessoas da região metropolitana bebe água contaminada (água de cisterna).
- A mortalidade infantil em Beagá teve um coeficiente de 115 por mil nascidos vivos em 1975, 154 em 1976 e 131 em 1977, o que a situa entre as mais altas do País.
- Desde 1974, Minas vem mantendo um número de mais de 157 mil acidentes de trabalho por ano, sendo que 98% dos acidentes aconteceram dentro das empresas.
- Existem cerca de 300 mil trabalhadores na perfieria da região metropolitana morando em favelas e vilas miseráveis.
- Mais de 200 mil crianças, na faixa de idade de 10 a 14 anos, fazem parte da população ocupada por Minas Gerais.
- Cerca de 60% das pessoas ocupadas e que ganha até dois salários minimos, trabalham mais de 50 horas semanais.
- A oferta de empregos na região metropolitana teve índices negativos de 1977, aumentando, dessa forma, o número de marginalização, responsáveis pelo alto nível de delinquência (assaltos, roubos, etc.) que hoje constitui um dramático quadro de angústia social.

Bancários: é guerra!

**Vinte e dois mil bancários vão às urnas para renovar a diretoria do sindicato.
A Oposição Sindical e o pelego Francisco Teixeira, candidato à reeleição, travam agora um combate decisivo para o movimento reivindicatório na categoria.
A maior preocupação é com a possibilidade de fraude e corrupção eleitoral, pois Teixeira não é flor que se cheire e vai fazer de tudo para se manter no cargo.**

Jesus Carlos
Teixeira

Por Terezinha Vicente Ferreira

As eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo começam na próxima segunda-feira, dia 29, estendendo-se por toda a semana. Apesar da categoria contar com cerca de 120 mil trabalhadores na capital, dos 27 mil sindicalizados apenas 22 mil apresentam condições de voto. Diferentemente de outras categorias, onde a maioria dos eleitores se concentra nas grandes empresas, os bancários encontram-se espalhados por toda a cidade nas diversas agências dos bancos, existindo 1.257 locais de votação. Nas matrizes dos grandes bancos, como o do **Brasil, Banespa, Itaú**, serão colocadas urnas fixas, num total de 22, responsáveis por quase metade do total de votos. As outras 31 urnas existentes serão itinerantes, algumas no centro e outras nos bairros.

A eleição promete dar-se em clima de guerra entre a situação e a oposição, visto que a atual diretoria do Sindicato, acusada de pelequismo, encontra-se completamente isolada. Ao contrário de seus opositores, que vêm desenvolvendo uma ampla campanha apoiados por vários setores da categoria, a propaganda da Chapa 1 se restringiu, até agora, a distribuição de seu programa e de um boletim. A Chapa 2, **Oposição Sindical**, está alertando os bancários para a grande possibilidade de fraude, único recurso que resta à Diretoria, e cujos indícios estão se tornando facilmente detectáveis nestes últimos dias de campanha.

Fraudulentos profissionais

No último sábado, dia 20, os 210 mesários contratados pela diretoria estiveram reunidos na sede do Sindicato para instruções. O presidente da Comissão de Trabalhos, José Gonçalves, responsável pela coordenação dos mesários, ao abrir a reunião, deixava bem claro o grau de profissionalismo eleitoral desses elementos: «Todos os senhores estão acostumados a trabalhar em pleitos do Sindicato. Vamos esclarecer alguns detalhes, que não são novidades, mas para rememorar o que podemos ter esquecido». E complementando, «dentro do regulamento, a gente pode melhorar pra cá ou pra lá».

Na verdade, os mesários contratados por Francisco Fernandes Teixeira, presidente da entidade, são os responsáveis pelas últimas grandes vergonhas ocorridas em eleições sindicais de São Paulo. Como exemplo, basta citar a grande fraude que foi a eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a virada de mesa ocorrida no segundo escrutínio da Sabesp, pleitos em que trabalharam estes mesmos elementos, conforme suas próprias informações.

Não bastasse ter contratado a «fina flor da fraude sindical», como são caracterizados pelas Oposições, o sr Francisco Teixeira, presidente da entidade e candidato a reeleição ainda introduziu algumas novidades denunciadas pela Chapa 2 como facilitadoras da roubalheira. O **voto em separado**, permitindo aos trabalhadores transferidos de local, deverá ser efetuado na sede do Sindicato. Segundo a Chapa 2, «este voto é muito importante na categoria bancária pois, devido as muitas agências que têm os Bancos, ocorrem inúmeras transferências». No entanto, apesar dos protestos e pedidos de alteração deste ítem, feitos por Luisa, elemento da Chapa 2, na reunião, de maneira bastante autoritária o presidente da Comissão de Trabalhos colocou a decisão de serem estes votos no Sindicato. O curioso é que a colocação foi muito aplaudida pelos mesários, ditos imparciais.

Outro problema são os carros que deverão conduzir as urnas itinerantes. Além de serem de propriedade dos mesários, o suplente deverá acompanhá-los, numa forma de lotar o veículo, impedindo de ir o fiscal da oposição. Como disse uma mesária: «O fiscal vai sozinho se quiser, porque fiscal tumultua muito as eleições». Acontece que as urnas itinerantes têm um trajeto algo extenso e, a escolha do roteiro é por conta dos mesários. Dizem os integrantes da Chapa 2, «se os nossos fiscais não sairem do Sindicato no mesmo carro em que vai a urna, nunca mais a alcançarão». Dessa forma, a batalha diária entre os fiscais da Oposição e os mesários promete ser violenta.

A corrupção eleitoral

Apesar do pouco material propagandístico que a Chapa 1 distribuiu aos bancários, a Oposição vinha suspeitando que a diretoria estava usando unilateralmente os recursos e dinheiro do Sindicato. No seu programa, a Chapa 1 pede a colaboração dos colegas na aquisição de bônus; entretanto, vários bancários afirmam nunca os terem visto. Além disso, a idêntica impressão gráfica do seu programa e dos boletins timbrados pelo Sindicato pode ser constatada.

Na última segunda-feira, dia 22, logo às primeiras horas da manhã, Antonio Augusto de Oliveira Campos, presidente da Chapa 2, acompanhado de alguns bancários da Oposição de dois jornalistas, conseguiram entrar na gráfica da entidade, situada no mesmo andar da Diretoria, apesar dos cuidados em se retirar todo o material daquele local, o cesto de lixo estava repleto de restos da impressão. Teixeira, ao perceber seu descuido, ficou muito alterado, gritando que «haviam invadido a gráfica» e que aquilo era «caso de polícia». Além disso grande quantidade de boletins s encontravaarmazenada na sala de reuniões da Diretoria, que foi imediatamente trancada aos fotógrafos.

Logo chegaram o outros diretores, iniciando-se grande discussão entre as chapas 1 e 2. Pressionado pelas acusações da Chapa 2, Teixeira chegou a afirmar: «Rodei os boletins aqui sim, e daí? Denunciem onde quiserem, nos jornais, na DRT. Vocês não vão me impedir».

Augusto acusa a diretoria também de ter impressas 22 mil cartas dirigidas a todos os sindicalizados, endereçadas com etiquetas feitas por computador, que se encontrariam no 6º andar do mesmo prédio, numa sala alugada. O presidente da Chapa 2, acusando Teixeira de ter usado dinheiro dos bancários para imprimir tais cartas, exigiu dele que mostrasse a tal sala e as notas fiscais do serviço, ao que ele se recusava, fazendo ameaças. Como os elementos da Oposição não quisessem sir da sala da Diretoria, os pelegos passaram a empurrá-los dizendo que «certas salas do Sindicato são privativas».

Alguns diretores chegaram a destratar outros jornalistas que chegaram, exigindo suas credenciais, Pedro Caldas, o tesoureiro, dizia que «poderiam ser policiais», e continuava: «Nós nos cotizamos para alugar uma sala no sexto andar, onde funciona o nosso comitê. Quanto ao material da campanha, temos notas fiscais de tudo». Inquirido depois por um jornalista para mostrar as notas fiscais a fim de provar serem falsas as acusações da Chapa 2, disse que o material da campanha havia sido dado pelas firmas que trabalham para o Sindicato, se recusando, entretanto, a dar seus nomes.

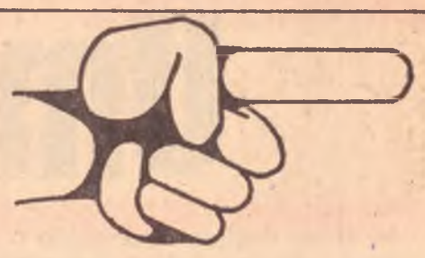
A diretoria também nega estar usando os funcionários do Sindicato na distribuição de sua propaganda. Porém, um funcionário confirmou as denúncias da Chapa 2: «Aqui no centro nós não distribuimos, para ninguém ver. Mas para os bairros eles mandam a gente». Na zona bancária, próxima ao Sindicato, a diretoria vem utilizando os serviços de seus filhos e de alguns meninos, pagos a Cr$ 50.00 por dia, como informou um deles.

O desespero dos elementos da Chapa 1 parece evidente, já desde o final da última semana, quando o tesoureiro Caldas agrediu um repórter do jornal **Movimento** na porta do prédio onde fica o Sindicato, arrancando-lhe das mãos os papéis onde o jornalista anotava frases ofensivas dirigidas pelo diretor sindical à Oposição e à imprensa.

Antonio Augusto de Oliveira Campos já procurou a DRT, solicitando uma fiscalização no Sindicato, a fim de comprovar a corrupção eleitoral que está sendo praticada pela Chapa 1.

Jesus Carlos

Deduragem a arma de Teixeira



A atual diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que concorre à reeleição na próxima semana, deixou sem resposta várias acusações feitas pela Oposição Sindical durante mais de três anos de mandato. Dentre as denúncias, a mais grave, atrvés da qual ficaram conhecidos os pelegos no meio bancário, e a de serem «dedo-duro».

Num boletim, a ser distribuido para a categoria, a Chapa 2 lembra que as eleições deveriam ter ocorrido em outubro do ano passado, tendo a diretoria do Sindicato conseguido uma prorrogação junto ao Ministério do Trabalho. No pedido efetuado à DRT, em junho/78, Francisco Teixeira, o presidente do Sindicato, aproveitou a ocasião para fazer graves acusações aos elementos da Oposição, estendendo-as, inclusive, a outros trabalhadores:

«Tendo em conta que, na atualidade, os trabalhadores têm manifestado o seu descontentamento com os seus salários, até mesmo paralisando suas atividades, tudo indica que, este ano, a campanha salarial entre os bancários será mais vigorosa. Acresce, ainda que se nota, em diversas áreas profissionais, o ativismo de determinados grupos dissidentes, cujas posições extremadas, via de regra, são inconvenientes à estratégia dos movimentos reivindicatórios». (Ver a reprodução).

A delação não é nova, segundo componentes da Chapa 2. «Começa na Campanha Salarial de 1977, onde através de matérias pagas em jornais desta capital, apontou 17 elementos à ação dos órgãos de repressão». Tendo respondido a interrogatórios na Polícia Federal, nada se constatou sobre esses bancários e, hoje, alguns deles fazem parte da chapa de oposição.

Os dirigentes sindicais, ao que parece, não se conformaram com isso, utilizando a praticada delação continuamente:

• **«Temos denunciado reiteradamente aos bancários a ação perniciosa desse grupo divisionista. Pois, seu comportamento tem sido difundir inverdades através de boletins anônimos e prestar declarações infundadas aos jornais...» (boletim à categoria, em jan/78).**

• **«... há outra questão que está exigindo a atenção e a vigilância de todos nós bancários: o procedimento irresponsável — por isso mesmo perigoso — de alguns elementos que, manifestando propósitos incovenientes ao nosso meio sindical, tumultuam as reuniões e invadem as dependências de nosso Sindicato. Anarquizam os movimentos reivindicatórios, a exemplo do que fizeram na última assembléia da Campanha Salarial...» (trecho do Manifesto-Programa, da Chapa 1).**

Testemunha do patrão

No material apresentado pela Oposição, através de boletins e recortes de notícias de jornal, a atual diretoria sempre se identificou mais com os patrões que com a categoria. Quando da suspensão, no ano passado, de cinco funcionários estáveis do Banespa, ativos sindicalistas, o Banco não se furtou em convocar como sua testemunha o presidente do Sindicato:

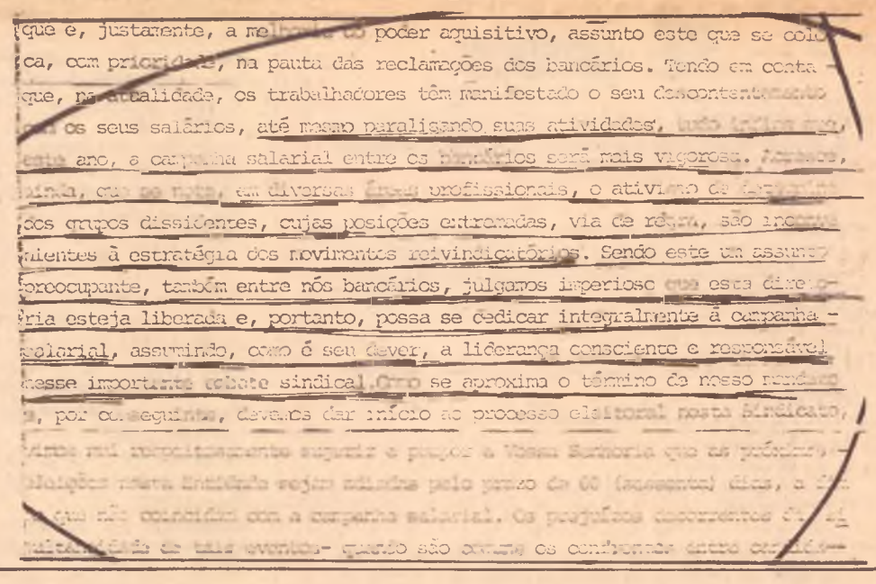
• **«BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A, por seu advogado infra-assinado, nos autos do INQUERITO JUDICIAL ajuizado contra Oswaldo Dias Laranjeiras e Outros, vem, respeitosamente, requerer a notificação das testemunhas abaixo, para serem ouvidas em Juízo:**
I) — Francisco Fernandes Teixeira, presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de São Paulo» (trecho do ofício enviado pelo Banespa ao Juiz da 25ª. Junta de Julgamento e Conciliação. Prot. 5406 - 12.09.78).

Não bastando tudo isso, pesam ainda outras acusações a esta diretoria, vindas de seus próprios funcionários. Um ex-empregado do Sindicato, João de Deus Cardoso de Brito, é quem fala da diretoria: «Não servem nem para os banqueiros, nem para os bancários, muitó menos para seus funcionários». Segundo Deusinho, como é conhecido, essa diretoria responde «cerca de 12 processos na Justiça do Trabalho de funcionários demitidos sem justa causa. São maus patrões e usam o dinheiro dos bancários para pagar advogado particular para defendê-los contra os ex-funcionários. Além disso, andam dizendo no Sindicato que se a Chapa 2 fosse eleita, muitos funcionários seriam demitidos». Segundo Deusinho, sua demissão deveu-se a não concordância com alguns atos da diretoria e também porque estava próximo de completar dez anos de casa e, não sendo optante do FGTS, adquiriria a estabilidade. «Além disso, continua, desde 75, não pagam as gratificações aos funcionários».

A história da gestão dessa Diretoria realmente parece não ser das melhores; de sindicalistas não têm nada. Sobre o trabalho politico com a categoria, fala Augusto, encabeçador da Chapa 2: «Os maiores choques da oposição com a diretoria têm sido na negativa deles em estimular a criação das Comissões por Banco, proibindo reuniões, não rodando boletins e, principalmente, tentando esvaziar as tentativas de organização».

Frente a isso, a Chapa de Oposição está desafiando a Chapa 1 para um debate na próxima sexta-feira, dia 26, aberto a outros dirigentes e oposições sindicais, onde os desafiantes pretendem «botar as coisas a limpo». A esperança de vitória nas eleições, da chapa de Oposição, é muito grande, apesar de ser esperada muita confusão e grande possibilidade de fraude.

Teixeira delata «os grupos dissidentes»


que é, justamente, a melhoria do poder aquisitivo, assunto este que se coloca, com prioridade, na pauta das reclamações dos bancários. Tendo em conta que, na atualidade, os trabalhadores têm manifestado o seu descontentamento com os seus salários, até mesmo paralisando suas atividades, tudo indica que, este ano, a campanha salarial entre os bancários será mais vigorosa. Acresce, ainda, que se nota, em diversas áreas profissionais, o ativismo de determinados grupos dissidentes, cujas posições extremadas, via de regra, são inconvenientes à estratégia dos movimentos reivindicatórios. Sendo este um assunto preocupante, também entre nós bancários, julgamos imperioso que esta diretoria esteja liberada e, portanto, possa se dedicar integralmente à campanha salarial, assumindo, como é seu dever, a liderança consciente e responsável nesse importante debate sindical. Como se aproxima o término de nosso mandato, por conseguinte, devemos dar início ao processo eleitoral neste Sindicato, [illegible] mil respeitosamente suplicar e propor à Douta Autoridade que as próximas eleições nesta Entidade sejam adiadas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que não coincidam com a campanha salarial. Os prejuízos decorrentes da [illegible] de tais eventos - quando são comuns os confrontos entre candidatos-

Custo de Vida

**O movimento do Custo de Vida busca novos caminhos para sua ampliação e popularização.
Por isso, vai formar blocos carnavalescos para levar o protesto até a avenida.
Mas não ficará apenas nisso.
O que é mais importante, quer unificar a luta contra a carestia com as lutas dos trabalhadores.
Vem aí, também, um primeiro de maio unificado com os sindicatos.**

Por Tom Duarte

Arroz na cuíca, açúcar no reco-reco, café no pandeiro, óleo, leite e ovos na bateria. Carne de porta estandarte, feijão de mestre sala. Abram alas, que o bloco do Movimento do Custo de Vida vai sair neste ano, trazendo para o asfalto da avenida o protesto dos trabalhadores e das donas-de-casa contra a carestia, um tema que, sem dúvida, é pra nenhum jurado de televisão botar defeito.

A ordem de cair na folia, aproveitando a chamada «maior festa popular do mundo» para dar o recado, foi decidida, no sábado, dia 20, durante a primeira reunião de 1979 da Coordenação do Movimento do Custo de Vida, realizada na Câmara Municipal de São Paulo. O samba-enredo já está pronto, foi presente de um porteiro do Congresso Nacional, recebido no ano passado, quando o MCV tentou entregar o manifesto com 1.300 mil assinaturas ao presidente da República.

Criativa, a idéia de formação de blocos contra a carestia reflete a busca de novos caminhos de popularização e ampliação do movimento que, desde a grande concentração na praça da Sé, no dia 27 de agosto, sofreu um significativo refluxo e esvaziamento.

Novos rumos

A volta às bases, isto é, retomar o contato e promover um salto de qualidade no processo de organização e mobilização popular foi a principal preocupação dos representantes de mais de 30 setores, entidades sindicais e estudantis presentes a reunião. E, se a proposta carnavalesca se destaca pela originalidade e por certa dose de bom humor, ela não é a única.

Aparentemente, se a condução a ser dada ao Movimento não ficar apenas nas intenções e realmente se efetivar, ele terá alcançado novos rumos que permitirão a superação do acento economicista que, segundo muitos críticos dentro do próprio MCV, predominou na primeira fase. Conforme as críticas feitas por um grupo de apoio do Comitê do deputado estadual Geraldo Siqueira Filho ocorreu na fase anterior «a recusa a que o movimento encampasse qualquer bandeira política e mesmo se caracterizasse como um movimento de oposição ao governo». Segundo o mesmo documento, — que também denuncia práticas burocráticas na coordenação, apesar de constar formalmente da plataforma do MCV, não ocorreu a sua «vinculação com as lutas operárias por melhores salários». Isso teria ficado evidenciado na recusa a aceitar a proposta do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo para assumir coletivamente a luta pela reposição salarial e no veto à participação das oposições sindicais na coordenação do movimento.

Ligar com os trabalhadores

Mas qual será essa retificação na linha? A resposta parece estar no elenco de 15 propostas (ver quadro) elaboradas na última reunião. É verdade que elas ainda não tocam em questões centrais como a luta por liberdades democráticas, pela Constituinte, pela anistia, etc, nem traduzem uma vigorosa denúncia do regime militar. Tampouco apontam claramente, com todas as letras para a derrubada da ditadura como condição necessária para o início da superação dos problemas econômicos e sociais enfrentados pelos trabalhadores.

No entanto, alguns dos pontos da plataforma indicam que os dirigentes e as bases do MCV pressionados pela conjuntura de lutas, passam a assumir a necessidade de buscar uma vinculação mais estreita com o movimento operário organizado, com (essa posição foi antecipada pela prática do núcleo de Santo André que há algum tempo atua junto ao Sindicato dos Metalúrgicos, com direito a voz nas assembléias) os sindicatos, e oposições, vinculando a luta contra a carestia à luta por melhores salários e contra o «arrocho salarial». São provas disso as propostas de luta por um salário mínimo nacional unificado, o apoio às campanhas salariais levadas pelos sindicatos, o apoio à luta dos desempregados pelas greves. Um primeiro passo importante nesse sentido seria a realização de uma ampla manifestação unitária por ocasião do 1º de maio.

15 pontos para discussão

Embora não tenha ocorrido uma ampla e aprofundada discussão nas bases, como reconheceram a maioria dos participantes da Plenária da Coordenação do Movimento do Custo de Vida, foram apresentadas e aprovadas 15 propostas de luta para o MCV. Agora, segundo orientação da reunião, elas deverão ser debatidas nos diversos setores e cidades, após o que voltarão a ser discutida pela Plenária.

São estes os pontos colocados em discussão:

1) Aproveitar o Carnaval, incentivando as escolas de samba a assumir a luta contra a carestia em seus enredos; formar blocos carnavalescos; promover concursos de cartazes e de fotografias.'

2) Como proposta constante, ficou-se de consultar as bases sobre a continuidade do movimento.

3) Com relação ao congelamento dos gêneros alimentícios: a) retomar os abaixo-assinados; b) Entregá-los em Brasília; c) Promover uma ação Parlamentar; d) boicotar um gênero em especial.

4) Luta por um único salário mínimo nacional

5) .Ligar o movimento contra a carestia aos sindicatos nas campanhas salariais e por melhores condições de vida.

6) Promover um Congresso estadual contra a carestia.

7) Lutar pelo congelamento das tarifas urbanas

8) Ampliar a luta contra a carestia através de outras entidades, setores, associações e movimentos.

9) Apoiar a luta dos desempregados pelas greves.

10) Lutar por um projeto de lei para a criação de centros urbanos de abastecimento popular com participação de trabalhadores nas direções, tanto na cidade como no campo, para eliminar os intermediários (Nota: esse projeto deverá ser apresentado pelo deputado federal Aurélio Peres, um dos coordenadores do MCV. Segundo Peres, será necessário introduzir profundas alterações na lei atual do cooperativismo, entre elas isentando as cooperativas do pagamento do ICM, única maneira de viabilizar economicamente os Centros Urbanos de Abastecimento).

11) Moção de Apoio ao congresso dos Metalurgicos

12) Manifestação conjunta no 1º de maio com os sindicatos.

13) Levantar o problema da terra e de como o movimento contra a carestia deve assumi-lo.

14) Congelamento das anuidades escolares

15) Participação do movimento no ato público de Protesto contra os contratos de risco na Amazônia».

Métodos

«Abaixo-assinado já não dá mais», exclamou um dos representantes setoriais presentes à reunião de sábado. Com isso, ele queria referir-se à necessidade de se encontrar novos métodos de encaminhamento das bandeiras de luta do MCV que ultrapassassem à simples coleta de assinaturas, como ocorreu com o manifesto dos 1.300 mil. É verdade, foi aprovado, ainda, como forma de encaminhar a reivindicação de congelamento de cinco produtos essenciais (arroz, feijão, carne, leite e óleo) a retomada do antigo abaixo-assinado. A alegação apresentada é que ele cumpriria uma função importante, principalmente naquelas cidades e regiões onde não circulou o antigo abaixo assinado.

No entanto, o risco de limitar-se apenas à essa forma de mobilização parece ter sido percebido, dado o desgaste que representaria junto aos que já assinaram uma primeira vez, e à comprovada ineficácia, quanto aos resultados (não quanto à repercussão política, que foi importante) do primeiro manifesto, tripudiado pelo governo federal, que dignou-se apenas a questionar a autenticidade das assinaturas.

Abaixo-assinado só não dá, foi a prática que demonstrou, e isso é sentido pelas bases do MCV que se desdobraram na coleta às portas de fábrica, escolas, nas ruas, enfrentando a repressão policial. Somente a junção da luta contra a carestia às reivindicações dos trabalhadores contra o arrocho e melhores condições de vida e sua integração num programa de lutas políticas mais abrangentes, seja solidarizando-se e jogando todas suas forças em apoio aos movimentos grevistas que serão deflagrados este ano (o dissidio dos metalúrgicos do ABC e interior será o primeiro teste), a realização de manifestações públicas massivas e o aprofundamento de um trabalho de organização nas bases permitirão ao Movimento do Custo de Vida ampliar os seus horizontes. Ao mesmo tempo em que contribuirão, certamente, para uma modificação mais substancial da correlação de forças políticas em favor dos setores populares.

Encontro nacional

Iniciado em São Paulo, onde já existe em 23 localidades, o Movimento do Custo de Vida estendeu-se à várias regiões do País. No sábado passado, por exemplo, foi lançado, oficialmente, em Belo Horizonte, durante assembléia realizada no Colégio Santa Rita, no Barreiro, um dos bairros da cidade industrial, com a participação de 500 pessoas.

Em função disso, buscando promover a troca de experiências o MCV de São Paulo está promovendo, neste fim de semana, um encontro nacional com os núcleos de Movimento do Custo de Vida existentes em todo o País. Aliás, antes mesmo desse encontro, o contato com representações da Paraíba, Goiás e Mato Grosso, por exemplo, já produziram efeitos no próprio MCV paulista.

Isso fica evidenciado, durante as discussões da Coordenação na ênfase dada a necessidade do Movimento assumir mais consequentemente a luta pela resolução do problema da terra uma das reivindicações mais importantes apresentadas naqueles três Estados. Nada mais natural, pois como afirmou um operário presente à reunião, «há uma grande relação entre a concentração das terras e o custo de vida. Assumir a luta pela reforma agrária é a melhor maneira de se aliar os trabalhadores da cidade e do campo».

Um rosário de perseguições e atrocidades contra a Igreja

Na reta final do encontro de Puebla, a igreja católica brasileira lança um minucioso documento historiando a violência cometida pelo governo contra os setores religiosos.

No último domingo o semanário O SAO PAULO, ligado à arquidiocese da capital paulista e dirigido por D. Angélico Bernadino Sândalo, começou a publicação de um extenso documento: **«Repressão na igreja no Brasil, reflexo de uma situação de opressão (1968-1978)»**. um informe elaborado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação, como contribuição ao estudo dos Direitos Humanos.

A pesquisa fora encomendada por alguns bispos brasileiros e para chegar ao fim teve de superar limites dados pela própria situação de censura, autocensura. dispersão de dados. imprecisões. falta de documentação a respeito dos fatos que ocorrem em locais mais distantes e sobretudo a desproporção entre os registros de ocorrências junto aos setores médios e aqueles junto aos setores populares. quase inexistentes. Mas ao fim. o CEDI chegou a um relato impressionante dos dez anos que vão do encontro de Medellin a Puebla — a perseguição do regime militar à igreja católica no Brasil fez sete assassinatos, 395 prisões, 12 sequestros, nove expulsões do país, dois banimentos, 75 intimações para depoimentos. 34 casos de torturas, 29 bispos atingidos pela repressão e um sem número de processos que na maioria resultavam em absolvição por falta de provas. perseguições. censura a rádios e publicações, proibições diversas, falsificações. invasões de sedes. ataques **difamatórios** acusando religiosos, como «comunistas subversivos e agitadores». E mesmo assim, o CEDI reconhece que seu levantamento é incompleto...

O próprio documento se encarrega de dar uma explicação para os fatos:

«A posse dos meios de produção concentra-se nas mãos de grupos poderosos ou do Estado, ao mesmo tempo em que se acelera a desnacionalização das economias nacionais, pelo domínio crescente das multinacionais. Uma boa parte dos problemas de nossas cidades vem das relações de trabalho. fruto dessa concentração do poder econômico e da consequente exploração dos **trabalhadores**, cuja vida familiar e social é condicionada pelo salário baixíssimo que recebem. Aumentam as concentrações urbanas a um ritmo acelerado pelas migrações de grandes contingentes humanos atraves de èxodo rural.

Criam-se assim **problemas** que ameaçam de colapso as próprias megalópoles. Entre esses problemas. destacam-se a extensão da favelização situando as cidades a partir de suas periferias. a política de remoção das favelas exarcebando o problema da segregação dos pobres, e o crescimento da criminalidade e de formas selvagens de violência. A situação de injustiça vai sendo mantida por mecanismos de violência institucionalizada, por forças de repressão operando fora da lei e gozando de omissão, complacência ou **cumplicidade** dos poderes e gerando reações desesperadas que oferecem pretextos para repressões mais violentas. Pelo surgimento de regimes militaristas. os sistemas políticos do continente foram progressivamente influenciados pela doutrina da Segurança Nacional que, absolutizando o Estado, reduziu a segurança das pessoas e concentrou o poder nas mãos de oligarquias restritas que decidem o destino das nações».

Dossiê:
as relações do regime militar brasileiro com os católicos, nos últimos dez anos

Sete assassinatos

Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, que trabalhava com jovens, foi ameaçado anteriormente, até que se cumpriram as intenções daqueles que o assassinaram barbaramente e ainda o difamaram. Recife, 1969. (Esta foi uma das formas de pressão contra D. Helder Câmara).

Seminarista Waltair Bolzan, vítima do assassinato durante tiroteio no qual a polícia atirava contra presidiários fugitivos. Porto Alegre, 1972.

Pe. Francisco Soares, ex-assistente da JOC em São Paulo, participante do grupo de sacerdotes para o Terceiro Mundo, assassinado em San Fernando. Argentina. onde se encontrava há dez anos. vítima da violência repressiva em escala continental. Buenos Aires, 1976.

Pe. Alberto Pierobon, desaparecido inexplicavelmente, encontrado morto em Tamandaré, Paraná. A causa mortis desconhecida faz suspeitar de represália. Exclui-se a hipótese de suicidio. Compareceram ao enterro 15.000 pessoas. Paraná, 1976.

Pe. Rudolf Lukembein, assassinado juntamente com índio Simão, durante a invasão da Missão de Meruri, onde desenvolvia seu ministério entre a população indígena. A invasão foi realizada por fazendeiros da região no intuito de impedir a demarcação de terras da reserva indígena. Mato Grosso, 1976.

Pe. João Bosco Penido Bournier, assassinado com duas balas no crânio, à queima roupa, quando acompanhava D. Pedro Casaldaliga à prisão de Ribeirão Bonito. para protestar contra a tortura de mulheres presas. Provavelmente foi morto «em vez de» D. Pedro. Mato Grosso, 1976.

Frei Tito de Alencar, dominicano. preso juntamente com outros irmãos de ordem, em 1969, tão duramente torturado que não sobreviveu a deteriorização psicológica em que se encontrava. «Suicidou-se» em Paris. onde se encontrava banido no ano de 1974.

395 prisões

Prisões de padres. religiosos. seminaristas, detenções de Bispos; brasileiros e estrangeiros que trabalham no Brasil, no periodo de 1968/1978.

ANO	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
TOTAL	18	29	17	9	11	12	–	7	6	6	7
TOTAL: 122											

Observações
- Dos 122 presos, 36 são estrangeiros.
  - a) 9 Bispos
  - b) 84 sacerdotes
  - c) 13 seminaristas e irmãos
  - d) 6 irmãs

• Atente-se para o fato de que o total do clero brasileiro é de aproximadamente 12.500 sacerdotes e que a proporção clero/população é de 1/8.500 pessoas:

Os motivos destas prisões alegados pelas autoridades coatoras

• proferir homilia que desagrada às autoridades
• participar de manifestações operárias no 1º de maio
• participar de manifestações estudantis
• celebrar de luto na data da promulgação do AI 5 (Ato Institucional nº 5)

• por serem considerados «subversivos» e/ou acusados de pertencer a organizações políticas consideradas clandestinas

• esconder e/ou ajudar pessoas consideradas suspeitas ou fugitivos

DESENVOLVER TRABALHO JUNTO à jovens, estudantes, lavradores e operários

• desenvolver trabalho junto aos movimentos de JOC, ACO e JAC

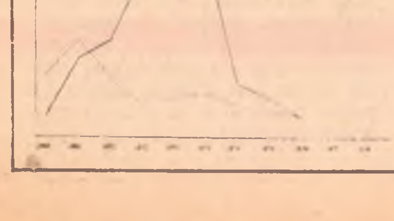
• denunciar arbitrariedades cometidas contra indios, lavradores. posseiros, operários e outras pessoas.
• estar presentes em locais invadidos
• ser considerados «suspeitos»

OBS.: Há casos de estrangeiros detidos no aeroporto para expulsão sumária.

Prisões de cristãos engajados no trabalho pastoral (dados incompletos)

ANO	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
TOTAL	57	25	49	11	6	11	16	3	85	6	4
TOTAL. 273											

O numero total de cristãos presos foi de 273 (dados incompletos). Trata-se de pessoas engajadas nos trabalhos pastorais, citados nos documentos oficiais, por sua conhecida militância e compromisso. Os registros que temos, apontam uma maioria de lavradores, seguida por um número significativo de operários, agentes de pastoral e outros (membros da JOC, ACO. Justiça e Paz. Frente Nacional do Trabalho, Movimento Familiar Cristão, advogados engajados em questões trabalhistas).



Veja-se que o descenso das prisões de sacerdotes e religiosos corresponde a ascensão do nº de mortos e desaparecidos no global da sociedade que pode indicar uma mudança na estratégia da repressão. no país.

Doze sequestros

Entre Bispos, sacerdotes, religiosos e agentes de pastoral:
• membro da ACO é sequestrado em OSASCO, São Paulo, 1969
• membro da ACO é sequestrado no aeroporto, Rio, 1972
• casal que trabalhava na pastoral é sequestrado em Curitiba, 1974.
• três leigos são sequestrados em Recife pertenciam ao Movimento de Evangelização. Pernambuco, 1975.
• D. Adriano Hipólito, é sequestrado junto com seu sobrinho e sofre vexames. Rio, 1976.
• testemunha de irregularidades feitas contra índios é sequestrada, D. Teodardo Leitz. denuncia o fato. Mato Grosso, 1976
• um leigo é sequestrado nas celebrações do 1º aniversário da morte de Pe. João Bosco, Mato Grosso. 1977.
• uma irmã é sequestrada e sofre sevícias e vexames, para intimidação de outra irmã, Rio. 1977.
• um padre desaparece de sua paróquia e reaparece denotando profundo trauma psicológico, sem saber explicar o que lhe ocorreu. O crime foi atribuido ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas). 1977.

Ameaças de morte: 18

Há registrosde 18 casos de ameaça de morte entre bispos, sacerdotes, religiosos e agentes de pastoral.

Fatos e Motivos:
• fazendeiros põe a prêmio a cabeça de um membro da FNT (2.000,00); 1968
•monge é ameaçado de morte por seu trabalho junto ao presídio e por denunciar o «esquadrão da morte»: 1970
•Bispo e agente de pastoral são postos a prêmio por Companhia Agro-Pecuária; (1.000,00); 1971
•funcionários de Companhia preparam trama para matar um agente de pastoral; 1971
• padre é ameçado de morte por ajudar posseiros (500,00(, 1971
•padre que documentava atividades do «esquadrão da morte» sofre «acidente»; 1971
•Bispo e sacerdote são ameaçados de morte durante os interrogatórios na prisão, 1972
•Bispo e sacerdote são ameçados de morte durante os interrogatórios na prisão, 1972

•vereador ameaça de morte Bispo e padre, por unirem o povo em comunidades: 1976
•padre é posto a preço por defender posseiros; 1976
•padre sofre ameaça de morte por esclarecer eleitores sobre liberdade de voto; 1976
•padre cai em emboscada de grileiros e consegue sair com vida. 1976
•Bispo e freira são ameaçados de morte por grileiro. pela assistência que vêm oferecendo aos posseiros da diocese, 1977
•ameaçado de sequestro e morte o coordenador de Centro de Defesa de Direitos Humanos e um padre, 1978
•Bispo sofre ameaça de agressão física «por não haver aprendido a lição», 19 8

Intimados a depor:75

Dispõe-se de registros imcompletos que alcançam 75 casos.

As intimações a depoimento deram-se nas mais diversas circunstâncias, muitas vezes sob pressão e intimidação; às vezes envolvendo pessoas isoladamente ou grupos de padres e agentes de pastoral de uma diocese; quase nunca sabendo-se o motivo.

Há casos em que tentou-se buscar depoimentos, acusações contra bispos. sacerdotes e companheiros de trabalho.

Nove padres expulsos

Pe. James Murray, que celebrou de preto em sinal de luto pela promulgação do AI 5. lendo na homilia a declaração universal dos direitos dos homens: foi pressionado a sair do País. 1968.

Pe. Jean Honoré Talpe; que trabalhava com operários em OSASCO. Foi expulso juntamente com o agente de pastoral Friedrich Schrage. 1969

Pe. Jules Vitae; da prelazia Acre/Purus, foi expulso do Estado pelo secretário de segurança por motivo de conteúdo de seus programas hora da «Ave Maria». Posteriormente pressionado a sair do País. 1969.

Pe. Guiseppe Pedandola: da pastoral de Crateús. CE. foi escoltado por um agente policial até Lisboa, a bordo de um navio. 1971

Pe. Joseph Comblin; conhecido por seu trabalho intelectual e teológico. obrigado a sair do País em 1972.

Pe. François Jacques Jentel; da pastoral da prelazia de São Félix, trabalhando junto a lavradores. Foi preso e condenado a 10 anos de prisão e posteriormente absolvido para sair do País. 1975.

Pe. Giuseppe Fontanella; do Pará, expulso do País sob alegação de falta de documentos. 1976.

Tomás Capuano; religioso menonita, que trabalhava com os pobres da periferia de Recife, preso junto com o Pe. Lourenço Rosenbaugh que já possui visto permanente A Tomas Capuano foi negada a prorrogação de visto por ter denunciado tortura 1977

Pe. Gaetano Maielo; de Macapá. expulso da prelazia. pelo secretario de segurança. 1973.

Os banidos

Frei Tito de Alencar, dominicano, preso em 1969 e banido em 1971

Madre Maurina Borges, de Ribeirão Preto. S.P. banida em 1973.

Nos processos, absolvições por falta de provas

Há uma incidência de absolvições por falta de provas, expressiva. Isto nos leva a constatar que os processos constituiram-se muito mais em prejuizo para o exercício do ministério pastoral e para a imobilização dos trabalhos da Igreja do que em peças de justiça com vistas a esclarecer os fatos.

Processos Registrados (envolvem padres, religiosos, Bispos, agentes de pastoral)

1968:
• IPM (Inquérito Policial Militar) envolvendo membros da ACO e da FNT e 50 operários participantes de greve em OSASCO. Foram absolvidos por unanimidade e por falta de provas.

1969:
• Processo contra padre que proferiu sermão considerado atentatório à segurança nacional. Condenado a 1 ano. Em 1970 o STM anula o julgamento.
• Processo contra 34 padres em Belo Horizonte. Absolvidos em 1975.
• Processo contra padre que proferiu sermão considerado atentatório à segurança nacional. Condenado a 14 meses de prisão. Cumpriu a pena.
• Processo contra dois padres acusados de participar de manifestações estudantis em 1968. Condenados a um ano, absolvidos em segunda instância e liberados ainda em 1969.

1970:
• Processo em Auditoria da Aeronáutica envolvendo padre e 25 jovens.
• Processo contra D. Waldir Calheiros.
• IPM contra o IBRADES, arquivado em 1972
• IPM contra dois padres estrangeiros.

1971:
• IPM contra sete dominicanos presos em 1969. Três deles foram condenados a 4 anos. Um, condenado a 10 meses. Outras pessoas foram absolvidas quando já haviam cumprido os 4 anos
• Processo contra padre do Ceará. Condenado a um ano. Absolvido pelo STM, quando já havia cumprido quase toda a pena.
• Processo contra padre que defendia direitos de favelados. Condenado a 6 meses e liberado antes de terminar a pena.
• Processo contra padre e assistente social.O Padre condenado a 4 meses, a assistente social absolvida.

1972:
• Processo contra padre acusado de redigir panfletos, no Rio Grande do Sul. Foi absolvido por falta de provas.
• IPM contra um padre e um leigo da FASE. O padre foi condenado a um ano, absolvido pelo STM e mantido preso por responder a outro processo. O leigo respondeu em liberdade por estar gravemente enfermo em consequência de torturas. Foi absolvido.

1973:
• Processo contra padre de Bagé, Rio Grando do Sul, condenado a 1 ano

1974:
• IPM envolvendo agentes de pastoral de São Paulo. indiciados vários padres e alguns leigos que não chegaram a ser denunciados. Absolvidos por falta de provas e por unanimidade em 1978.

1975:
• Processo contra padre estrangeiro, condenado a 10 anos, absolvido pelo STM e solto para ser expulso.

1976:
• Processo contra padre. Condenado a 6 meses por proferir sermão considerado subversivo em 1969.

1977:
• IPM contra D. Estevão Avelar, Bispo de Marabá.

1978:
• IPM contra agente de pastoral em Recife acusado de pertencer a organização política considerada clandestina.

Censura

• Censura em caráter praticamente permanente ao «O São Paulo» órgão de imprensa da Arquidiocese de São Paulo, que perpetuou-se inclusive após o levantamento relativo da censura à imprensa em geral. no país. Durante certo tempo, a censura ao «O São Paulo» foi feita nas dependências da polícia o que dificultava ainda mais a circulação de notícias em tempo ótimo, do que a presença de censores nas dependências do jornal 1972 a 1978
• Censura e apreensão do nº 27 da Revista «Cadernos do CEAS», de outubro de 1973, que publicava os documentos: «Marginalização de um povo» (Diocese de Goiás) e «Eu Ouvi os Clamores de meu Povo» (Episcopado do Nordeste).
• Censura a várias emissoras:
Rádio Educadora do Maranhão, suspensa por 8 dias em 1968
Rádio 13 de Maio de Goiás, declarada permpta em 1974
Rádio 9 de Julho de São Paulo, declarada perempta em 1974
Rádio Assunção de Jales, São Paulo controlada pela polícia, havendo proibições a vários programas, 1977.
• Órgãos da imprensa recebem ordem de não publicar nenhuma declaração ou notícia a respeito de D. Helder Câmara.
• Órgãos de imprensa recebem ordem de não transmitir palavras de bispos sobre a posse de D. Aloisio Lorsheider em Fortaleza.
• Censura à correspondência segundo denúncia de D. Devid Picão na qual aponta violação d cartas. troca de correspondência do Vaticano por Jornal «A voz operária»; provável extravio de documentos. 1977.
• Censura à correspondência em geral. documentos. exame de bagagem e vistorias. está presente em diverso relatos de fatos maiores. Não se dispõe de dados precisos. Como ilustração: «dois delegados de Misereor (Agência de Cooperação) com sede na Alemanha Ocidental foram interrogados e vistoriados ao desembarcar no aeroporto de Goiânia». 1977. (SEDOC marco de 1977)

Ameaças de expulsão

Em 1968 correu um boato de preparação de expulsão em massa de sacerdotes estrangeiros que trabalhavam no Brasil.

Há registros de 12 casos de ameaças de expulsão entre os quais dois Bispos: D. Helder Câmara e D. Pedro Casaldaliga.

Para ilustração: O Diretor do SCAI (Serviço de Cooperação Apostólica Internacional) afirmou que é «um estranho mistério» a demora do Governo para autorizar a vinda de missionários do exterior. No ano passado (1977) o governo concedeu apenas 80 vistos sobre 250 solicitados. A CNBB está disposta a pedir esclarecimentos às autoridades. (Boletim Diocesano Barra do Piraí/Volta Redonda; nº 133. jun. 1978).

Ainda para ilustração: a Comissão Justiça e Paz denunciou a situação irregular dos passaportes de brasileiros exilados o que é anticonstitucional. Citou o pronunciamento do Prof. Dalmo de Abreu Dallari de fevereiro de 1978 que indicava 10.000 casos de brasileiros na condição de apátridas porque o governo lhes nega passaportes. O Governo em nota de 17/2/78 dá o n/ de 128 exilados políticos. (REB, março de 1978, p. 147).

Proibições

• O MEC (Ministério de Educação) proibe o uso dos catecismos «Crescei» e «Viver». considerados perigosos à segurança nacional.
• Governador de Pernambuco cancela medalha de «Mérito Pernambucano» a D. Avelar Brandão, Arcebispo de Salvador e primaz do Brasil.
• Polícia Federal cancela a Conferência sobre Direitos Humanos que se realizaria no Centro de Formação de Nova Iguaçu.
• Polícia proibe grupo de senhoras cristãs de desenvolver trabalho pastoral junto à domésticas.
• Câmara cancela convite feito a D. Helder Câmara, pela Arquidiocese de São Luiz MA. para presidir as celebrações do Tricentenário da criação da própria Arquidiocese.
• Polícia proíbe D. Helder Câmara de celebrar Missa pelo «Cadáver Desconhecido».
• Polícia Federal proíbe padre de retirar do correio exemplar de seu livro traduzido para o inglês e editado nos EEUU sob os auspícios da USAID.
• Polícia impede agente de pastoral de entrar em sua área de trabalho.
• FUNAI (Fundação Nacional do Indio) ameaça de prisão a padre que desobedeça à proibição de visitar as aldeias indígenas de responsabilidade da Fundação. Posteriormente a FUNAI estende a proibição a todos os padres que pertencem ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário).
• Destacamento Militar Regional proibe reunião de debate entre quatro bispos e a população da área.

Falsificações

•Posseiro é pressionado a assinar documento falso acusando Bispo.
•Circulam em São Paulo cartas atribuidas a D.Paulo Evaristo Arns. com anexos fotográficos grosseiros. Posteriormente outras personalidades da Igreja são atingidas pelo mesmo tipo de falsificações, inclusive D.Ivo Lorsheider
•Elemento da polícia, apresentando identidade falsa. obtém asilo em casa paroquial e aí permanece durante quatro meses, infiltrando-se nas atividades da paróquia.
•A ABI (Associação Brasileira de Imprensa) nega autoria de carta contra a CNBB e acusa a falsidade das assinaturas.
•Jornalistas denunciam a presença de um agente da polícia federal, disfarçado (sósia de D.Adriano Hipólito) usando batina, em passeata de estudantes com atitudes de ostensiva provocação.
•Circula em Goiás, folheto sem identificação de fonte, contendo críticas a D. Tomás Balduino (O despertador)
•A Folha de Nova Iguaçu. publicação da diocese tem um número falsificado exatamente igual aos que circulam normalmente. fazendo afirmações contrárias às posições da Diocese.
•Em Recife é distribuido entre os padres. pelo correio, material falso atribuido a um agente de pastoral preso.
•Policial apresenta-se com uma carta falsa, dos claretinos de Curitiba, à D. Pedro Casaldaliga e permanece morando na Diocese durante 3 meses. Foi identificado posteriormente como capitão da aeronáutica.
•Foram falsificadas as credenciais para participação na II Assembléia Indigenista Regional da Amazonia

D. Helder, censuradíssimo

As invasões

Nas situações de invasão sempre há nítido objetivo de intimidar. Nunca se apresenta mandato, o que invalida a ação, mesmo do ponto de vista da constituição vigente. Nos casos de apreensão de documentos, a opinião pública nunca pode ser esclarecida de que se tratava de material de trabalho pastoral, ao contrário. sempre se insinuou suspeitas sobre as publicações, livros, cartas, etc.

OS FATOS

Invasões de Igrejas
• A catedral de Goiânia (onde houve tiroteio e foram feridos dois estudantes); as catedrais de Brasília, Porto Alegre, João Pessoa, Recife e Belo Horizonte; a Igreja de Santo Antonio (Brasília) durante as celebrações de 7º dia pela morte do estudante Edson Souto, assassinado no Rio de Janeiro em 1968.

Invasões de sedes de Bispado, Cúias, Dependências da CNBB
• O prédio dos Serviços locais da CNBB, S.P. 1968.
• A sede Regional Sul I da CNBB, com apreensão de script de rádio e tape
• A sede Regional Nordeste I da CNBB, em presença de D. Helder Câmara. D. Lamartine Soares, D. Basilio Penido, Recife, 1971.
• A sede da Cúria e serviços da Arquidiocese de Olinda/Recife, onde ficaram detidos todos os presentes no local, inclusive o bispo auxiliar, Recife, 1973.
• A sede da CNBB nacional, sob alegação de que havia uma bomba escondida no prédio e onde nada foi encontrado, 1976.
• A sede do Bispado de Bonfim, na qual dois estranhos tentaram ter acesso aos arquivos relativos à imóveis, Bahia, 1977.

Invasões de Residências
• A residência de D Agnelo Rossi da qual foi retirado o pe. Wauthier ali recolhido, S.P., 1968.
• A casa dos Maristas em Mendes, Volta Redonda, por duas vezes, 1969, 1970; a casa dos Maristas em Recife, dos Dominicanos em São Paulo e Belo Horizonte; dos Beneditinos em Curitiba; das irmanzinhas de Jesus, no morro de São Carlos, Rio de Janeiro; o convento das Oblatas de Belo Horizonte.
• A casa de D. Alano Pena, onde houve saque, Marabá, 1977.

Invasões de casas paroquiais; sedes pastorais; centros de trabalho, áreas de prelazia e missões; áreas paroquiais
• As casas paroquiais de: São Benedito, MA, onde foran apreendidas publicações e correspondência; de Santo André, SP onde a sacristia foi violada; de Tauá, CE, por três vezes (duas vezes em 1971 e uma em 1978) com apreensão de documentos, cartas confidenciais, revista de bagagem de visitantes suecos, roubo de dinheiro; do El Dorado, Belo Horizonte, 1969; do Horto, Belo Horizonte, 1960: de São Miguel, SE, 1973, da Macaxeira, PE, onde foi preso o pároco, 1973, de N.Sra. das Graças, Goiânia, GO, onde procuravam D. Pedro Casaldaliga, 1973.
• A sede da pastoral em Contagem, com apreensão de material religioso, 1978.
• O centro de treinamento de diocese de Goiânia, 1972; o centro social de Santa Cruz, diocese de Propriá, 1973.
• A sede da prelazia de São Felix. 1971, com saques, prisões e ameaças; em 1973, com apreensão de livros, documentos, cartas pessoais e ridicularização dos membros da prelazia.
• A área de posse da prelazia de São Felix, onde foi destruido o ambulatório, o poço d'água, árvores frutiferas, depredado o material de construção, destruida a máquina fotográfica com a qual se tentava documentar o fato, 1972.
• A área de missão de Meruri, onde ocorreu desacato a um padre e agressão física, tiroteios que feriram um chefe Bororo, uma índia, Tereza, e as mortes de pe. Rodolfo Lehe-Leebeiman, 1976.
• A área da paróquia de Tauá onde há conflitos de terra, com prissão de paroquianos que foram torturados, 1977.
• A área de Missão dos Waimiri e Atroari, onde houve massacre por terem os índios tentado defender seu território, 1978.
• A região de Igaraçu, PE, com destruição de plantações e acusações à arquidiocese de insuflamento aos posseiros, 1978.

Invasões de Sedes de Movimentos de Cristãos
• A sede da JOC, São Paulo, que foi interditada, 1968; a sede da ACO em Recife, 1969; a sede da JOC Nacional em 1970, a sede da ACO em Recife, em 1973 e 1977, quando apreenderam livros,documentos, revistas, correspondências do movimento e particular, interditaram o telefone e detiveram o assistente eclesiástico, em seu escritório.

Invasão de Universidades
• A PUC do Rio em 1969, a PUC de São Paulo em 1977 sendo presos aproximadamente 2 00 estudantes e sendo depredadas as instalações.

Invasões de Serviços Diversos
• O Instituo Teológico de Belo Horizonte, 1969
• A sede do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento) instituição Jesuita onde foi detido D. Aloísio Lorsheider, por algumas horas, entre outras pessoas, 1970.
• A Cooperativa de Camurupim, serviço da Diocese de Propriá, SE, 1973
• A Rádio Assunção, da diocese de Jales, São Paulo, 1977.

Invasões de Reuniões
• A Assembléia de Pastoral Indigenista, sobre a qual D. Moacir Grechi fez denúncia de existência de gravadores instalados nolocal, 1976.
• A reunião de 140 caciques índios de várias nações, em Roraima, onde estavam presentes missionários e D. Aldo Mongiano, 1977.
• A Missa Campal pelo dia do Trabalho, sobra a qual os padres da Pastoral de Belo Horizonte denunciaram a «presença incômoda de agentes de segurança» que fotografavam e intimidavam os fiéis, 1978.

Torturados: 34

Dispomos de 34 casos registrados de tortura entre padres, religiosos e seminaristas.

As práticas de tortura são bastante conhecidas e não seria o caso de relatá-las aqui. Observamos apenas que, nos registros que temos, o conceito de tortura abrange desde pressões psicológicas leves e intimidações, até agressões físicas, sevícias e pressões psicológicas violentas, passando por assinatura de documentos falsos, ameaças ou de morte cu de tortura física, interrogatórios sob pressão de qualquer espécie, incomunicabilidade, e uso de instrumentos como choques elétricos, «paus de arara», «quarto de onça» e outros.

Há registros de pessoas que ficaram inutilizadas fisica e/ou psicològicamente, por motivo de tortura.

Diante do quadro geral de violência, sobretudo nas época de maior repressão, muitas pessoas acabam não considerando tortura, procedimentos que assim seriam categorizados, por comparar sua situação com outras mais graves, o que facilita o trabalho da repressão.

Quanto a denúncias, há casos em que as pessoas não as fazem por serem intimidadas a não falar dos fatos ocorridos durante o período de prisão. No entanto, aqueles que conseguiram relatar detalhadamente os processos usados, contribuiram para judar ou quem sabe para salvar algumas vidas. Há depoimentos minuciosos em SEDOC e nos arquivos da CNBB.

Para ilustração vale citar o Pe Lourenço Rosenbaugh o Pastor Menonita Tomás Capuano detidos em Recife em 1977: «Eu não queria que o fato de nossa prisão e as privações e sevícias sofridas por nós fossem objeto de atenção neste caso, antes a crueldadee degradação humana as quais estão sofrendo os presos ainda mantidos ali... realmente as condições precárias, ausência dos direitos humanos mais básicos. e a brutalidade policial na delegacia de roubos e furtos pareciam-me iguais às da época colonial» (foram detidos em prisão comum onde cotidianamente os pobres experimentam a violência e a humilhação). (SEDOC, dezembro de 1977).

Sobre torturados no Brasil, no período, não se dispõe de dados. Em publicação de ASAL (Associação para os Estudos e a Documentação de Problemas Socio-Religiosos da América Latina; Itália, ano II; nº 6; 1973) encontramos uma lista depresos torturados no Brasil, no período de 1964/1973 de 1081 casos.

Difamação: "comunistas", "subversivos" "agitadores"

Relato sucinto de fatos que foram considerados expressivos em termos de demonstrar o tom no qual se faz referência à Igreja ou à pessoas da Igreja, tradicionalmente reverenciadas, porém atacadas grosseiramente a partir do momento em que se pronunciam ou agem em defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana. É importante notar que há ocasiões em que se atinge a Igreja diretamente. Outras, em que se visa a Igreja, mas ataca-se pessoas isoladamente. O conteúdo das citações indica uma variedade que vai desde o já familiar «padres comunistas e subversivos» até a difamação moral, passando pela responsabilização da Igreja pelo «clima de insegurança» em que vive o país, com o objetivo claro de desviar a opinião pública dos reais motivos que a preocupariam merecidamente.

OS FATOS

• **Ministro acusa** Igreja de «intenções de agitação insurrecional» por motivo das celebrações de missas de 7º dia pela morte do estudante Edson Souto assasinado em 1968.
• **General refere-se** a D. Fragoso como «sacerdote controvertido, Bispo do Povo, grande polemista da miséria que faz o pastoreio da desgraça». Secretário de Segurança, acusa o mesmo Bispo de ter «ligações com Carlos Marighela» (ex-deputado, assassinado em 1969).
• **Ministro afirma:** «é preciso que de uma vez por todas. os comunistas. os padres e Bispos da esquerda festiva, ... compreendam que as forças armadas jamais permitirão uma volta ao passado». «A Igreja que é um forte elo moral, já dividida pelos comunistas».. e ainda. «até padres e freiras dos colégios do Rio. incutem na cabeça dos jovens de 13 anos determinados problemas para acabar com a família dizendo que a nossa geração não fez nada...»
• **Ministro comenta:** «uma parte da Igreja colabora na disseminação de teses destinadas a despertar tendências sexuais anormais na juventude».
• **Deputado responsabiliza** a Igreja por «deteriorização do clima político do país».
• **Ministro denuncia** a «infiltração comunista na Igreja».
• **General acusa** D. Waldir Calheiros como «uma ameaça à segurança nacional» quando o Bispo denunciou um caso de tortura em sua diocese.
• **General declara:** «o que vemos é esta aberração: quando religiosos se declaram adeptos do comunismo que pretende destruir a religião».
• **General declara:** «acho perigoso o posicionamento atual de certos membros da Igreja que servem ao objetivo do comunismo».
• **General declara:** «alguns sacerdotes brasileiros e estrangeiros abandonaram sua sagrada missão evangélica, para se dedicarem à atividade político-ideológica, sob o pretexto de executarem diretrizes contidas nas encíclicas papais».
• **Ministro acusa** a Igreja de «articular plano para anular as Forças Armadas»
• **Alguns órgãos de imprensa** referem-se a padres estrangeiros presos, nos seguintes termos: «Sabe-se que os padres foram presos porque abandonaram a pregação do evangelho para dedicar-se à pregação política, à organização da subversão e dos movimentos de guerrilha armada. para a derrubada do regime».
• **Jornal difama** padre expulso afirmando: «... esta vivendo facilmente, casado com uma loura da alta sociedade, em Paris...»
• **Órgãos da Imprensa e** autoridades acusam D. Helder Câmara de «tentar denegrir a imagem do Brasil no exterior».
• **General acusa** D. Helder Câmara e D. Paulo Evaristo Arns de «agirem contra a segurança nacional».
• **Imprensa publica** entrevista grosseiramente forjada de Pe. Maboni na qual este acusa seu próprio Bispo.
• **A TFP** (Tradição Família e Propriedade) emite declaração intitulada «Não se Iluda Eminência» na qual julga os prelados de São Paulo e inclusive o Cardeal Arns de responsáveis por «criar um fosso cada vez maior entre a Igreja e o povo».
• **O STM** (Supremo Tribunal Militar) considera o púlpito «um instrumento de comunicação social passivel de propiciar delitos de guerra psicológica adversa».
• **Deputado comenta** o depoimento de D Pedro Casaldáliga na CPI da Terra nos seguintes termos: «o comportamento do Bispo assemelha-se ao de uma Brigitte Bardot de calças».
• **Deputado acusa** D. Estevão Avelar de «comunista». O Bispo havia denunciado grilagem, na CPI da Terra.
• **Presidente de Companhia** acusa D. José Brandão de «usar métodos marxistas para sublevar a população rural da Diocese, contra o Governo».
• **Coronel comenta**, durante a inauguração da capela de Ribeirão Bonito, onde foi assassinado o Pe. João Bosco Penido Bournier: «Em todo o Mato Grosso existe força preparada para acabar com Ribeirão Bonito... o governo está preparado para estourar com esse povo... é melhor esquecer de uma vez a morte de Pe. João Bosco».
• **Prefeito**, dono de 40.000 ha. de terra acusa publicamente a Igreja de responsável pela questão com lavradores: «Os padres são comunistas, vagabundos que incitam lavradores a tomar as terras como se tivessem direito a ela».
• **Comandante de Região Militar declara**: «a revolução de 64 e as forças armadas foram injuriadas e a Igreja profanada por aqueles que tinham obrigação de defendê-la» Refere-se a D. Edimilson Cruz por sua homília no dia do ex-combatente, na qual o bispo questionava o problema da liberdade no Brasil.
• **General acusa** a existência de padres na Amazônia que «atuam de forma insidiosa conscientizando lentamente. atraves de cursilhos. missas, cantos, boletins, palestras, reuniões das comunidades de base, numa verdadeira lavagem cerebral».

Vale destacar as inúmeras vezes em que os adjetivos «subversivo», «comunista», «agitador», «insuflador», «marxista», «clandestino», são aplicados à pessoas da Igreja ou à Igreja, indiscriminadamente, no evidente propósito de denegrir a ação que é desenvolvida em favor dos oprimidos.

Os Bispos em foco são inúmeros e nem todos estão citados aqui. Na imprensa, nota-se ao longo do tempo, ondas de ataques que são dirigidas a determinados Bispos, onde o objetivo de prejudicar a ação da Igreja é claramente perceptivel.

29 BISPOS ATINGIDOS

Apresentamos aqui uma lista de nomes de Bispos envolvidos nos ataques à Igreja. catalogada por nós, nestes últimos 10 anos.

Constam datas e fatos que **não estão registrados devido aos motivos já fartamente expostos a respeito dos limites que tivemos na redação deste documento.**

Assim que, agradecemos os esclarecimentos que nos puderem ser fornecidos.

Há que ressalvar, ainda, que há Bispos que são alvo de ataques permanentes, durante certas épocas, e que nestes casos a simples referência neste tipo de informe, não expressa nem a gravidade nem a extensão das ocorrências.

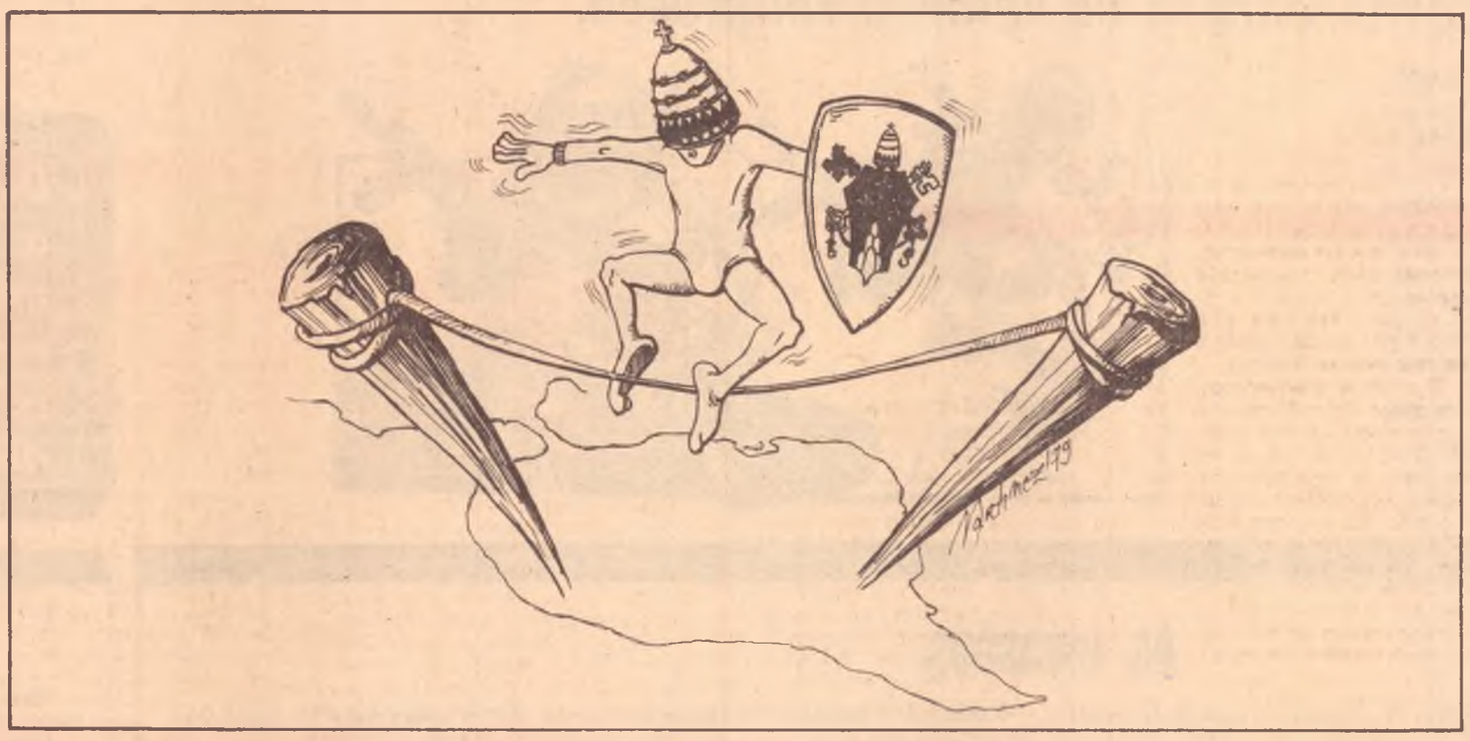
Agnelo Rossi - São Paulo -
Adriano Hipólito - Nova Iguaçu - (Rio)
Alano Pena - Marabá - (MT) -
Aloísio Lorsheider - Fortaleza -
(presidente da CNBB)
Antônio Fragoso - Cratéus - (CE) -
Aldo Mongiano - Roraima - (AM) -
Avelar Brandão Vilela - Salvador -
Cândido Padim - Bauru - SP
David Picão - Santos - SP
Edimilson Cruz - Brasília -
Estevão Avelar - Conceição do Araguaia-MT
Fernando Gomes - Goiânia - GO
Francisco Hélio Campos - Viana-MT
Helder Câmara - Olinda/Recife - Pe.
Henrique Froelich - Diamantino-MT
Ivo Lorsheider - Santa Maria-RGS
(secretário geral da CNBB)
Jairo Rui Matos - Bonfim-BA
José Lamartine Soares - Olinda/Recife-PE
José Rodrigues de Souza - Juazeiro-Ba
José Maria Pires - João Pessoa-Paraiba
Manoel Pereira da Costa - Campina Grande
(Paraíba)
Mário Teixeira Gurgel - Itabira-MG
Marcelo Carvalheira - Guarabira-Paraíba
Paulo Evaristo Arns - São Paulo-SP
Paulo Ponte - Itapipoca-CE
Pedro Casaldáliga - São Félix-MT
Tomás Balduino - Goiás-GO
Teodoro Leitz - Dourados - MT
Waldir Calheiros - Volta Redonda-Rio

1968: é declarado «persona non grata» pelos militares
1969: tem sua residência invadida; é atacado pela imprensa por ter defenido Pe. Wauthier e ainda os dominicanos presos.
1976: Sequestrado
1977: Censurado
1978: Ameaçado de novo sequestro.
1972: preso.
1976: ameaçado de morte
1977: responde a IPM.
1978: presta depoimento.
1970: detido.
1973: sofre censura.
1968: acusado de ligações com Carlos Marighela (ex-deputado assasinado em 1969).
1976: preso em Riobamba, Equador. (durante muito tempo alvo de ataques na imprensa. vigiado e visto com desconfiança pelo governo).
1977: tem dissolvida uma reunião com caciques índios que assessorava
1973: tem cancelada medalha de Mérito Pernambucano; é impedido de falar na posse de D. Aloísio.
1969: é atacado pela imprensa.
1976: é preso em Riobamba, Equador.
1968: é intimado por desconhecidos a comparecer para «ter uma conversa com o comandante»; obrigado a manter-se incógnito durante uma semana até obter garantias para sua integridade.
1968: é atacado por ter feito sermão que desagradou às autoridades.
1972: é preso e ameaçadp de morte
1976/1977: é interrogado, difamado, acusado de envolvimento no assassinato de policiais.
1978: pressionado a sair de sua diocese, termina transferido para Uberlândia.
1968: tem a catedral invadida quando da missa de 7º dia por estudante assasinado.
1974: é acusado de comunista.
1973: é acusado de subversivo por defender lavradores de sua região.
1969: é atacado pela imprensa, a TFP e o CCC.
a partir de 1970: é acusado de difamar a imagem do Brasil no exterior, de agir contra a segurança nacional, de insuflar posseiros na Região de Igaraú;
difamado, censurado e proibido de falar publicamente;
detido quando da invasão da sede do Regional NE I da CNBB
1975: acusado de responsabilidade na invasão de terras.
1973: proibido de falar na posse de D. Aloisio;
alvo de fotomontagens difamatórias.
1977: ameaçado em seu trabalho diário, tem sua casa invadida e vigiada,
tem três padres de sua diocese vetados pela polícia para a presidência da Ação Social Paroquial.
1971: é detido na invasão da Casa dos Maristas e sede Regional da CNBB. NE I
1977: é ameaçado de morte.
1977: é detido por duas horas; alvo de vários ataques verbais e/ou pela imprensa durante largo periodo.
1972: impedido de participar de reunião cívica por ter se negado a celebrar missa pelo aniversário da revolução de 1964.
1976: pressionado a reunciar atacado e difamado públicamente.
1978: ameaçado de morte
1972: impedido de visitar presos
1975: difamado através de cartas falasas
1976: atacado pela TFP; acusado de agir contra a «segurança nacional».
1976: ameaçado de morte
1971: pressionado. perseguido. censurado, acusado de comunista e subversivo, difamado.
1972: ameaçado de expulsão do país.
1973: ameaçado de morte, com a cabeça a prêmio responde a IPM.
1977: sofre pressão para ser transferido/denuncias a pressão extra-igreja que vem atingindo sua diocese
1978: sofre censura e ataques difamatórios; durante largo período é alvo de constantes observações e ataques por sua atuação na região da diocese e por sua participação no CIMI.
1976: preso por denunciar irregularidades contra índios.
1969: responde a IPM
1970: considerado ameaça à «segurança nacional»; tem censurada matéria sobre os 10 anos de seu Bispado, a ser publicada no «O São Paulo. ameaçado de sequestro quando do sequestro de D Adriano Hipólito: durante largo tempo vitima de ataques sistemáticos verbais e/ou pela imprensa

E depois de Puebla?

A igreja latino-americana posta em cheque

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Puebla representará um recuo em relação às teses aprovadas no encontro de Medellin, ou, ao contrário, os setores progressistas da Igreja, ligados às bases, saberão resistir a todas as pressões dos setores que vêem a «hidra do marxismo» no comprometido da comunidade religiosa com as lutas dos povos do continente? Este artigo mostra porque é prematuro uma resposta clara a esta questão. De qualquer modo, para a igreja latino-americana, chegou a hora da verdade.



São pequenas as possibilidades de se prever o que há de suceder em Puebla e após Puebla. Sabe-se, certamente, que os bispos progressistas — mais abertamente comprometidos com os pontos programaticos de Medellin — somam pouco mais de 10% do total. É possível presumir, com igual segurança, que os bispos francamente reacionários não ultrapassam este mesmo percentual. Isto quer dizer que o destino da Igreja oficial na América Latina depende de aproximadamente 60% de votos indecisos — e isto se admitirmos que cerca de 20% do episcopado presente permanecerá inamovível em uma posição «moderada», seja por consolidada convicção, seja para evitar a radicalização e a rutura.

Há, porém, um agente ou fator que vem preocupando os observadores em geral, e sobretudo os partidários de uma igreja voltada para a realidade social: o Secretário Geral da Celam, D. Alfonso Lopez Trujillo. A ação deste Prelado, firmemente apoiada pela política do Cardeal Baggio, Prefeito da Congregação Romana que rege o acesso ao Episcopado e visa sobrepor-se à ação deste, constituiu desde o início um esforço extremamente racional para reconduzir as igrejas do continente aquela disciplina, havida por legado da tradição e da qual, segundo se diz, o ideário de Medellin havia afastado grande parte dos seus leigos, clero e até mesmo bispos.

Marxismo e Secularismo

A Aliança de Trujillo com Baggio, antigo núncio no Brasil e tutor de uma política de compromisso com os fautores do movimento de 1964, pode ser interpretada sem esforço como voltado para a restauração da romanidade da igreja latino-americana, no que diz respeito à sua organização interna, e para o compromisso histórico com o sistema capitalista, no que diz respeito às relações Igreja-Sociedade Civil e Estado.

Esta dupla política transparece claramente a simples leitura dos dois documentos com os quais o Secretariado da Celam pretendeu preparar a Assembléia de Puebla: o «Documento de Consulta», de dezembro de 77, e o «Documento de Trabalho», de outubro de 78. Embora o segundo documento leve em consideração, se bem que de modo tácito, a reação fortemente negativa provocada pelo primeiro, também nele se pode perceber uma dupla preocupação a dominar a articular todo o discurso: a primeira destas preocupações visa o inimigo externo, o marxismo, inimigo ao qual se associa o secularismo, termo com o qual se designa tudo o que a igreja deve rejeitar afora o marxismo (e com o qual, de fato, e que se quer é absolver o capitalismo enquanto tal, enquanto sistema). A outra preocupação diz respeito à ordem interna e tem por escopo neutralizar os dinamismos democráticos que o desbloqueio oriundo do Vaticano II tornou possíveis em muitas igrejas particulares, em especial na América Latina. Nos dois casos, o alvo é visado diferentemente, porque é divisado em situação invertida. No primeiro, o inimigo é exterior, se considerado teoricamente, mas se encontra, na prática, dentro da própria Igreja. No segundo caso, ele é teoricamente interior, mas divaga fora, na diáspora da modernidade.

A dupla política

Esta dupla política a visar um objetivo igualmente duplo é clara em todas as manobras urdidas por Lopez Trujillo e seu secretariado em toda a fase preparatória de Puebla e já anteriormente. Ela aparece, mesmo, teorizada em artigo datado de julho de 78 e, portanto, pertencente ao período de preparação intermédio entre o Documento de Consulta e o de Trabalho, a denotar a essencial unidade de ambos. Então, o Bispo auxiliar de Bogotá e Secretário da Celam, abstraindo e mesmo silenciando por completo as críticas quase unânimes que o primeiro documento mereceu, resume-o e, entre loas, destaca suas proposições axiais. Como o Tema da Conferência é «A Evangelização no presente e no futuro da América Latina», não lhe foi dificil descaracterizar os problemas concretos do continente, mesmo os religiosos ou teologais, em solvente teológico de grande poder. Antes de tudo, propõe-se uma vasta perspectiva: «o umbral do terceiro milênio do cristianismo», o que postula uma «reflexão total». Em seguida, apresenta-se o documento de consulta como instrumento a visar a participação de todo o povo de Deus na Assembléia de Puebla. Ora, o autor entende por «Povo de Deus» as Conferencias Episcopais, as quais o documento foi enviado e ficou restrito, excetuada alguma circulação em mãos de peritos e a publicação de um resumo, este sim, acessível ao grande público, mas por este estudado de forma orgânica apenas em casos muito raros (como certamente o desejava Trujillo-). Mas o resultado imediato não parece ter sido o desejado por ele e por seus patronos romanos: as Conferencias Episcopais não assumiram o documento enquanto tal e algumas como a do Brasil, redigiram mesmo contra propostas que em muitos pontos a ele se opõem.

Uma terceira via retórica

Esta parcial rejeição não significa que o plano haja falhado, ou que deva ser alterado. O Secretário Geral tem em mãos um forte trunfo, e o documento o fez circular. Ele é expresso nos dois termos já referidos: marxismo e secularismo. É em torno destes dois problemas (ou a visá-los sempre) que se estrutura o artigo em tudo o que se segue. O atributo a partir do qual se define a realidade do continente é a «transformação»: é ele constituído por um conjunto de países submetidos a um processo de profundas transformações. Mas desde o início se exclui que o desenvolvimento dos países capitalistas esteja na origem do subdesenvolvimento dos latino-americanos. Esta exclusão, feita de passagem, tem como primeiro efeito introduzir o tema do «desenvolvimento» no horizonte do discurso. Mas esta introdução só é relevante porque serve de mediação a uma série de exílios: ela visa colocar algo no lugar da revolução — em direção à qual lhe parece apontar, ao menos em parte, a teologia da libertação — e com ela ou sem ela, as ações, mobilizações e organizações políticas emergentes «do» e/ou «no» espaço eclesial. Além disso, exila-se também a simples possiblidade de examinar a realidade humana da A. L. em termos que enunciem suas contradições econômicas e, por conseguinte, seus antagonismos de classe. Enfim, com tudo isto, exclui-se todo e qualquer projeto que implique a socialização dos meios de produção (medida considerada essencial até mesmo por bispos latino-americanos, como ocorre no Brasil em parte do episcopado do nordeste e do centro-oeste), sugerindo-se uma «terceira via» que não se diz no que consite (expediente tipicamente eclesiástico). Acrescente-se a tudo isto que Trujillo nenhuma atenção dedica ao secularismo, o que reforça a impressão dos que pensam ser a «terceira via» simples artifício de retórica.

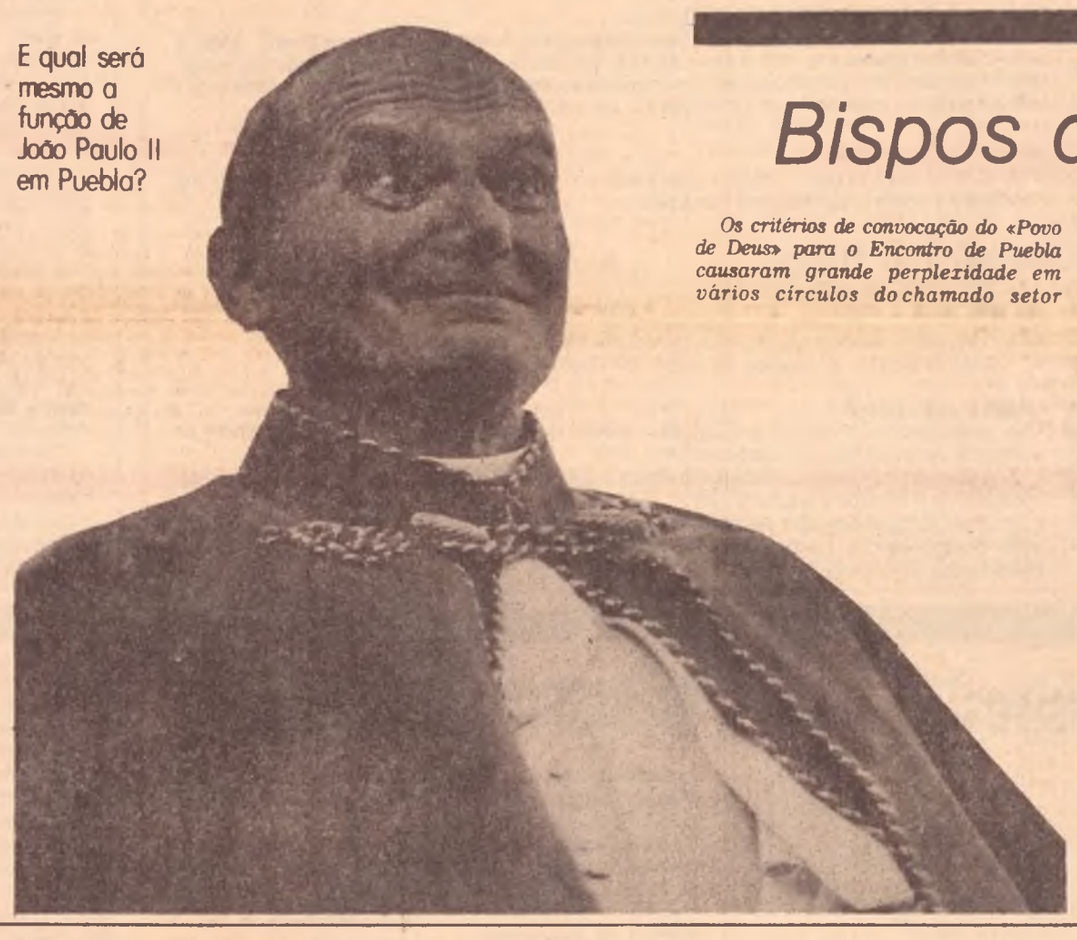
Quem detém o báculo?

Tudo isto se passa ao nível do discurso, assim como é ao nível do discurso que o artigo, ao seu final, toma da idéia de desenvolvimento integral do homem para nela dissolver o que denomina a autêntica libertação cristã. Mas trata-se sempre de um discurso que visa a Assembléia de Puebla e prenuncia o que ela pode vir a ser, caso o Secretário Geral da Celam e também da própria Assembléia reunir meios para manipular a participação e o consenso do episcopado. O que ele pode, os dados referidos acima permitem avaliar: trata-se de um colégio de complexa composição, de posições definidas apenas em seus extremos e, portanto, extremamente manipulável. Além disso, ele conta com uma arma poderosa: a «hidra multiforme» do marxismo, que se trata apenas de apresentar sob forma convincente para conseguir a unidade negativa da assembléia.

Assim, a Conferência poderá, em Puebla, permanecer sob o controle de Trujillo, mesmo que este não chegue à sua Presidência, o que não é impossível mas representa uma possiblidade menor. E claro, existe também a alternativa consistente em ele vir a perder todo o poder, mas não se ve bem como e por que vias isto poderia vir a acontecer. O que se pode esperar de melhor é que ele saia enfraquecido da Assembléia, fato a que poderia dar lugar o caráter manobrista de sua política. De qualquer modo e em qualquer hipótese, é lícito perguntar: o que será da Igreja latino-americana após Puebla? Por tudo o que aque se disse, a resposta é dificil e de caráter meramente probabilista. A hipótese que causa maior espécie é a de uma vitória substancial de Trujillo e seus partidários. Nesse caso, a dinâmica das igrejas particulares seria seriamente posta à prova: seria a ocasião de elas mostrarem até quando e em que medida chegaram à autonomia que visam. Mas seria também o mais decisivo risco que poderiam correr. De qualquer modo, não há respostas para a questão a um nível de simples especulação: é a praxis das igrejas que há de mostrar que realmente detém o báculo.

(Báculo, como registra o Aurélio, é o bastão, com extremidade arqueada, usado pelos bispos).

E qual será mesmo a função de João Paulo II em Puebla?



Bispos da pesada

Os critérios de convocação do «Povo de Deus» para o Encontro de Puebla causaram grande perplexidade em vários círculos do chamado setor progressista da Igreja. De um lado, os documentos preparatórios do Encontro praticamente só circularam entre o episcopado, sem atingir as comunidades de base. Do outro, a exclusão de vários teólogos comprometidos, em grau maior ou menor, com a teologia da libertação, foi agravada pela presença de outros religiosos comprometidos... bem, digamos, comprometidos. Entre estes destaca-se, por exemplo o Cardeal Aníbal Munõz Duque, Arcebispo de Bogotá, general do exército colombiano, condecorado por «serviços prestados à segurança nacional», depois de haver condenado as greves de fome em seu país e suspenso «a divinis» todos os sacerdotes que são solidários com os movimentos reivindicatórios e as manifestações estudantis e de bancários, por exemplo. Também general é D. Alcide Mendoza Castro, chefe religioso das forças armadas peruanas. E D. Adolfo Tortolo, representante argentino e igualmente oficial do exército, que se destacou recentemente por haver dirigido um apelo à juventude de seu país, para que apoiasse às forças armadas e se preparasse para se imolar pela pátria, «lutando contra os chilenos».

PUEBLA: O POVO E A IGREJA

Leonardo Boff é franciscano, professor de teologia em Petrópolis, escritor e redator da Revista Eclesiástica Brasileira. Neste artigo, ele procura mostrar como o Encontro de Puebla, apesar de seus documentos preparatórios muitas vezes persistirem num diagnóstico moralizante, recuando diante de denúncia das causas reais da miséria do continente, poderá vir a se constituir num prolongamento efetivo do Encontro de Medellin.

Dos dias 27 de janeiro a 12 de fevereiro celebra-se a III ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Puebla (México). O tema a ser discutido é «A evangelização no presente e no futuro da A. Latina», e foi preparado amplamente nas bases da Igreja em todo o continente. Elaborou-se um primeiro texto básico, o Texto de Consulta (214 páginas) para orientar a discussão. Em agosto de 1978, redigiu-se um Texto de Trabalho de 175 páginas, que serve de matéria-prima para os debates dos delegados à assembléia em Puebla. Queremos interrogar o documento em função da seguinte pergunta: **como a Igreja vê o povo e suas lutas de libertação e em que medida se articula com elas, fazendo-as também suas?**

De início, é necessário situar historicamente a pergunta. E, se quisermos periodizar a história da Igreja na A. Latina à luz da relação Igreja-sociedade civil-Estado, cumpre ressaltar três marcos fundamentais: o primeiro vai até 1808 e define a cristandade colonial latino-americana; o segundo, de 1808-1960, demarca a nova cristandade; e o terceiro, de 1960-1979, precisa a crise da nova cristandade e fixa a emergência de uma Igreja popular.

Os primeiros dois períodos caracterizam a Igreja assimilada ao projeto dos grupos hegemônicos dentro de uma formação social latino-americana periférica e dependente do capitalismo mercantil em expansão. A Igreja que foi plantada na A. Latina constituía um dos componentes da empresa colonizadora; tratava-se de dilatar a fé e o império.

Durante todo o período da Colônia, do Império e da primeira República, a evangelização foi feita a partir do lugar das classes dominantes. Evidentemente a Igreja sempre se preocupou com o povo, os pobres, os escravos, os proletários, mas sua preocupação se inscrevia dentro do espírito paternalista e assistencialista, próprio daqueles grupos que compõem a classe hegemônica da sociedade. A preocupação não se expressava e organizava a partir do povo, de seus anelos e de sua capacidade transformadora. Era **para** o povo, mas nunca **com** o povo e **como** o povo. Daí ter sido parca a importância da Igreja na defesa dos índios, nos debates pela libertação dos escravos e no apoio às lutas trabalhistas, apesar de alguns profetas como Las Casas (no México) Antônio Vieira (no Brasil) terem denunciado o compromisso iníquo da Igreja com o sistema de exploração do índio ou do escravo. Por causa da vinculação da Igreja como o bloco dominante, entende-se que os Papas lastimassem a emancipação política latino-americana. Pela encíclica **Etsi longissimo** de 30 de janeiro de 1816 o Papa, condenando a independência de vários paises latino-americanos, pedia obediência ao «nosso caríssimo filho em Jesus Cristo, Fernando, vosso rei católico». O que preocupava a Igreja eram os «gravíssimos danos da rebelião».

A partir dos anos 60 se produz uma crise estrutural no pacto Igreja-classe hegemônica. Esta crise está ligada à reestruturação do mercado internacional, à transnacionalização da produção, do capital e das finanças e à rearticulação da dominação imperialista (regimes de Segurança Nacional, Trilateralismo etc). No processo a Igreja alarga significativamente sua base social, em direção às classes média e populares. Ela passa da posição de defensiva contra o liberalismo para o da ofensiva contra o subdesenvolvimento. De uma Igreja centrada em devoções formais e em manifestações religiosas de massa, absorvida com problemas familiares e educacionais, avança-se para uma Igreja aberta aos problemas sociais e políticos, sensível ao grito dos oprimidos, Inicialmente emerge uma espécie de «populismo eclesiástico» que permite à Igreja conquistar largos setores das classes médias e populares, em romper sua aliança com os grupos oligárquicos. Mas, lentamente, esta situação se torna mais e mais conflitante. Para a Igreja se coloca um dilema ineludível: ou ela faz corpo com o povo e com sua aspiração libertária, participando de suas lutas e de sua marginalização, aceitando o conflito gerado pelo rompimento com o sistema discricionário e excludente, ou ela mantém e prolonga a aliança com o Estado capitalista e com as classes que nele se representam, garantindo a paz para sua atividade pastoral, mas ao preço de não poder evangelizar os pobres nem denunciar a violação dos direitos humanos.

A II ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizada em Medellin (1968) fez uma opção histórica. A Igreja optou pelo povo, pelos pobres, por sua libertação integral e pelas comunidades eclesiásticas de base. Aqui se erige o marco básico e oficial da nova Igreja que se propõe encarnar-se nas classes dominadas e mantidas subalternas. Desde os tempos dos mártires (os três primeiros séculos) que não se ouvia uma linguagem assim.

Os anos que se sucederam a Medellin significaram para a Igreja um esforço gigantesco de tradução desta opção fundadora para uma nova prática eclesial. Efetivamente, de Medellin (1968) a Puebla (1979) e Igreja configurou uma nova imagem: solidária com as causas dos pobres, corajosa face aos Estados autoritários defensora dos direitos dos humildes e encarnada muito mais nos meios populares, com milhares de comunidades eclesiais de base onde o povo se reúne para rezar, refletir junto e organizar práticas comunitárias de sentido libertador. Os conflitos internos certamente persistem, pois não é fácil abandonar práticas ligadas aos privilegiados da sociedade e definir um novo lugar social — o povo — a partir do qual fala, se organiza e se age. Mais e mais, entretanto, se firma a convicção de que a opção pelo povo e sua libertação é irreversível. Estamos no advento de uma Igreja popular, articulada com o movimento popular de luta pela justiça, por maior participação e poder decisório.

Esta opção exigiu um preço à Igreja: contam-se cerca de 900 o número de pessoas ligadas, diretamente, à pastoral que nos últimos 10 anos foram perseguidas ou presas, expulsas, torturadas ou mortas; entre elas há índios, leigos, freiras, padres e até bispos.

O Documento de Trabalho de Puebla o principal material de debates para a Assembléia episcopal — reflete todo o conflito que atravessa atualmente a sociedade e o corpo eclesial. Por um lado reassume, decididamente, as perspectivas consagradas em Medellin e confirmadas nos últimos 10 anos em favor dos pobres, da libertação, da religiosidade popular, da justiça etc., por outro, reflete também os velhos compromissos históricos com a situação social vigente. Nesse sentido, ele é fiel à realidade da Igreja latino-americana.

A tese central se situa numa linha de povo: valorizar a cultura cristã presente na alma e na história de nosso povo, reforçar sua resistencia, assumir e potenciar sua força transformadora em direção de uma sociedade mais simétrica. Entretanto, atribui-se à esta cultura cristã uma missão **para a qual ela não está equipada:** gestar uma nova civilização, endireitar os desvios da sociedade industrial secularista e injusta. O problema axial da A. Latina não é de ordem cultural, mas de ordem social: como ser cristão num mundo de explorados? Só o podemos, se os cristãos se comprometerem com práticas de libertação, opondo-se a esta forma de convivência que marginaliza e cria cada dia mais pobres e articulando-se com as forças capazes de apresentar uma alternativa mais justa, participada e humana de sociedade.

De todas as maneiras, ao longo de todo o texto a posição do povo é continuamente visualizada. Assim por exemplo, na parte analítica do Documento, quando se apontam os grandes impasses e contradições sociais, é dito taxativamente: «A Igreja... escuta as aspirações de seu povo, sejam aquelas que ele expressa claramente, sejam aquelas que apenas balbucia. Em sua aspiração a uma salvação total que não se esgota no quadro da existência temporal, o povo latino-americano integra o anelo por uma libertação histórica» (n. 51-52). Portanto, não atende apenas à salvação eterna, nas também à libertação histórica que traduz para o tempo o que significa a salvação eterna. O documento considera como «um escândalo e uma contradição com a realidade cristã o fosso profundo entre ricos e pobres» (n.77). Além disso, constata duramente «como o mais devastador e humilhante flagelo, a situação inumana e a extrema pobreza em que vivem milhões de latino-americanos, expressa em salários de fome, em desemprego e subemprego, desnutrição, mortalidade infantil, falta de moradia adequada, problemas de saúde etc» (n. 79). Acusam-se os «modelos econômicos que exigem um grave custo social e que foi injustamente pago pelos mais pobres e pelos setores da classe média» (n. 81). Denuncia também os regimes de força, a repressão e a sistemática violação dos direitos humanos.

E pena que o Documento, ao tratar de identificação das causas principais geradoras de tal miséria, se mostre temeroso, não querendo se comprometer com uma determinada racionalidade científica capaz de desmascarar as ilusões do modo de produção capitalista. Em vez disso, ele se refugia num diagnostico moralizante, ficando aquém de muitos documentos de episcopados nacionais, que tiveram a coragem de colocar o dedo na ferida.

De todas as formas, podemos alimentar a esperança de que Puebla não desfraudará as esperanças que muitos colocam na força libertária da Igreja, especialmente a partir de suas bases. Já se propalou um slogan que circula em ambientes de Igreja: «Si en Puebla no estará uno pueblo no será Puebla». Se Medellin significou o batismo da nova Igreja que fez uma opção preferencial pelos pobres, Puebla será certamente sua confirmação.

vira mundo

IRÃ

Derramou o xá. Agora é o Ayatollah.

O poderoso xá do Irã foi para o exílio, com a família real e tudo. Deixou esperança de que o governo do primeiro-ministro Shapur Baktiar (ex-da oposição) consiga «repor a normalidade no país.» para, quem sabe, Reza Pahlevi voltar a reinar um dia, como o fez durante longos e sangrentos 37 anos. Esta esperança, contudo, igual a um mentiroso de pernas curtas, está se acabando com a aproximação do dia em que o **ayatollah Khomeini**, um representante de Deus, segundo a religião muçulmana xiita, deixe o seu exílio em Paris e desembarque, com o novo governo já montado, no principal aeroporto da modernizada Teerã.

As massas iranianas não arredam pé das ruas e, tudo indica, não se propõem fazê-lo enquanto o Irã não seja transformado, sob a direção de Khomeini, num novo país. Para tal, Khomeini, do seu procurado reduto de Paris, não deixa de manter acesa e sempre com mais lenha a fogueira da oposição. Logo que o xá deixou Teerã, chorando, Khomeini declarou alto e bom som: «A partida do xá ainda não é a vitória. E apenas o prefácio da vitória»: Anunciou, então, a constituição de um governo provisório muçulmano, deixando claro que, tal governo é que seria encarregado de organizar eleições gerais no país para a formação de uma Assembléia Constituinte. O **ayatollah**, se as massas despertadas deixarem, ficará apenas, segundo ele, com a função de ser «o guia espiritual dos iranianos» e não com a chefia do governo.

As forças armadas iranianas, entretanto, estão vivendo momentos decisivos. De um lado, começam a se desintegrar, com a adesão cada vez maior, e em praça pública, de oficiais e soldados às manifestações oposicionistas; de outro, estão sendo desesperadamente preparadas para assumir o controle direto do país, tão logo Khomeini chegue e o governo de Baktiar não se segure nas pernas bambas. Golpe. Golpe. É o que os observadores políticos e os meios diplomáticos ocidentais mais comentam. Até o momento, contudo, a decisão de luta, o sacrifício à toda prova, a resistência imbatível das massas oposicionistas ao regime do xá e a tudo por ele representado têm impedido, têm contido, as pretensões golpistas dos militares. A Cia, que criou a **Savak**, uma das mais temíveis polícias políticas do mundo, e que errou redondamente em suas previsões sobre o desdobramento da crise no Irã, está tentando se recuperar a todo custo, procurando garantir as bases de dominação imperialista no país, via o golpe de Estado.

Não é para menos. Se Baktiar, um moderado e conciliador com o regime, está prometendo intransigência na questão do Oriente Médio e da África do Sul — boicote de petróleo, no mínimo —, o que o Ocidente capitalista pode esperar de um regime muçulmano de tendência de esquerda, controlando toda a riqueza do Irã? Esta pode não ser ainda a hora e a vez das massas iranianas, que têm sofrido na carne o estrebuchar do regime. Mas, sendo a vez de Khomeini, já dará bastante dores de cabeça ao imperialismo.

CHILE

A ditadura é julgada nos EUA

Uma das grandes ousadias da ditadura do general Augusto Pinochet, depois de matar e «desaparecer» dezenas de milhares de oposicionistas chilenos e de participantes do governo socialista da Unidade Popular, foi a de assassinar, em pleno centro de Washigton, a capital do imperalismo, o ex-chanceler de Salvador Allende, num atentado a bomba. Ousadia por quê? Afinal não foram os Estados Unidos que ajudaram de todas as formas a realização do golpe e o morticinio que lhe veio em decorrência? Sim. Mas façam isso lá em seus países, diria tio Sam, particularmente na versão renovada de Jymmy Carter, e não aqui, no reino da democracia e da liberdade ocidental. Consequência: o crime está sendo julgado, agora, pela justiça norte-americana. Réus: alguns exilados cubanos anticastristas, o chileno-norte-americano, Michael Townley (peixes miudos, executores do crime), o general, ex-chefe da DINA (polícia secreta criada pela ditadura), Manuel Contreras Sepulveda, e dois outros membros das Forças Armadas Chilenas (estes, peixes mais graudos). Em suma: a ditadura do general Pinochet é que está sendo julgada nos EUA. Por enquanto, nos EUA.

Townley, que de fato nasceu nos EUA, resolveu cooperar com a Justiça para receber uma pena leve. A lei lá prevê isso. E abriu o jogo e entregou todo mundo. Uma história real, mas que seguiu os lances emocionantes de qualquer bom romance policial. A articulação das polícias do chamado Cone Sul ficou, mais uma vez, desmascarada. Os retratos dos dois membros das Forças Armadas chilenas que, junto com Townley, foram para os EUA praticar o atentado, só foram descobertos no Paraguai. (E por falar em Cone Sul, como vai o sequestro dos uruguaios no Rio Grande do Sul?). Agora, em Santiago, Contreras e os outros dois estão detidos — num hospital — gente fina é outra coisa —, esperando a justiça — justiça? — chilena decidir sobre o pedido de extradição feito pelos EUA.

Vamos ver como Pinochet — o general do sangue — segura esta.

Como bem lembra Altamiro na abertura do seu livro, recentemente editado aqui — **Dialética de uma Derrota** — quando Allende foi eleito os chilenos ocuparam alegremente todo o Chile e nem um vidro foi quebrado, apesar de a burguesia ter fugido para o fundo de suas mansões, trêmula de medo, apavorada pelos efeitos de sua propaganda mentirosa sobre os ânimos destruidores das massas em liberdade. Três anos depois, numa outra noite de setembro, quando o governo constitucional foi derrubado, e a festa agora era da burguesia, o sangue correu solto, os gritos de dor indignaram o mundo, e o rio que corta a capital se encheu de cadáveres. Isto também será julgado, ainda. E não nos EUA, mas no Chile mesmo.

NICARÁGUA

Adeus mediação. De novo, a guerra.

O comandante «Zarco», da Frente Sandinista,

e um guarda de Somoza

A Comissão Internacional de Mediação lançou sua última — será que é a última mesmo? — cartada, tentando, sob o impulso da diplomacia norte-americana, conseguir uma saída pacífica para a deposição do ditador Anastasio Somoza. A Comissão já recuou bastante em suas propostas e o ditador não cede quanto ao essencial. Não aceita sair do país; não aceita que uma comissão da OEA supervisione a preparação e realização de um plebiscito popular; não admite, qualquer que fosse o resultado do plebiscito, deixar o governo antes de 1981, quando termina o seu mandato.

Em função da intransigência total de Somoza, a Comissão praticamente entregou os pontos. E a guerra de guerrilhas voltou a se acirrar. Todos os dias registram-se combates entre oposicionistas em armas e os soldados da Guarda Nacional, última base de sustentação da ditadura.

Mas a própria Guarda começa a tremer nas bases, não vendo luz no final do túnel (até que enfim, na nossa América, são eles que não vêem a tal luzinha).

Tudo indica que, mais uma vez, uma nova guerra está prestes a começar.

Velho reino em polvorosa

INGLATERRA

Como sempre acontece, na inflação os preços aumentam muito mais rapidamente que os salários e os trabalhadores se rebelam contra o «pacto social». Da imprensa inglesa, por sinal a mais conservadora da Europa, chovem impropérios contra o regime trabalhista, preparando o terreno para uma provável eleição antecipada. Ao governo não sobram muitas alternativas: se declara o Estado de Emergência, proibindo as greves, perde o apoio da massa trabalhadora e a influência do partido sobre a classe operária fica problemática; apoiando as reivindicações, põe abaixo o Pacto Social, o que tornaria a situação insustentável para um governo moderado, do tipo do atual gabinete Callagham. Assim, o aparelho trabalhista tenta «cavalgar» a combatividade operária, tentando controlar suas bases. Conseguirá «segurar as pontas», sem ser ultrapassado à direita ou à esquerda?

Quando a **Transport and General Workers Union** (TGWU) decretou oficialmente a greve dos motoristas de caminhão da Grã-Bretanha, em 11 de janeiro, a paralisação já havia atingido mais de 50 mil trabalhadores do setor e ameaçava expandir-se a todos os 180 mil. A atitude adotada pela TGWU é bastante esclarecedora do papel que jogam os sindicatos britânicos — cujas cúpulas são estreitamente vinculadas ao Partido Trabalhista — na contenção dos trabalhadores dentro de limites que impeçam sua real participação no poder.

O próprio secretário-geral da TGWU, Moss Evans, disse que uma das razões da oficialização da greve foi a possibilidade de controlá-la melhor. Na condição de coordenador do processo, ele ordenou, então, que os grevistas liberassem o transporte de gêneros alimentícios e matérias-primas, além de buscar deter os «piquetes secundários», organizados nas indústrias e portos. Contudo, até a semana passada, a TGWU parece ter perdido o controle sobre seus filiados, que continuavam a insistir nessas práticas.

Se a ação mediadora da TGWU e do **Trades Union Congress** (TUC) — cujo secretário-geral, Len Murray, vem insistindo para que os grevistas aceitem a conciliação — não surtir efeito, o primeiro-ministro trabalhista, James Callaghan, não terá outra saída senão decretar o estado de emergência.

Situação bastante delicada a do **Labour Party**. Há mais de duas semanas o seu governo vem sendo habilmente desacreditado pelos conservadores junto à «opinião pública», através dos meios de comunicação: a idéia que buscam passar é a de que o país está nas mãos dos sindicatos e que o governo não tem mais o controle sobre a situação. Por outro lado, o apelo ao estado de emergência afastaria do partido boa parte de sua principal base eleitoral: os 12 milhões de filiados do TUC.

Fim do «Pacto»

Na verdade, o que está em questão é a política do «pacto social», base de sustentação dos trabalhistass no poder. Essa política, através da conciliação entre trabalhadores, empresários e governo — permitiria, em tese, o controle geral de preços e salários, com a finalidade de conter a inflação.

Ela está em vigor há mais de três anos. Para sua quarta fase, o governo trabalhista fixou um teto de reajuste a vigorar nos contratos homologados dentro do prazo de um ano (de agosto a julho). Esse índice revela claramente a intenção de **Labour** de jogar sobre os trabalhadores o maior peso da crise britânica. (1) O teto da terceira fase do «pacto social» foi de 10% mas, como acontece neste ano, a pressão das bases sindicais conseguiu impor reajustes relativamente maiores.

Mesmo assim, a renda pessoal disponível — após descontados os efeitos da inflação — registrou quedas sucessivas em 1978. O que demonstra que os preços — cuja contenção é outro pilar do «pacto» — avançaram muito mais que os salários. Trata-se então, não apenas de reajustar os salários, mas de recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores britânicos.. Entre eles os mais penalizados pela crise são exatamente os funcionários públicos (1.5 milhão em greve nesta segunda-feira, reivindicando até 40% de reajuste), de serviços (motoristas e ferroviários) e dos setores menos avançados da economia (têxteis, manufaturados, etc), cujas próximas disputas salariais prenunciam novos conflitos.

Suavizar a crise

A decretação do estado de emergência é apenas uma medida paliativa, que retiraria dos conservadores e dos empresários reunidos na Confederação Britânica de Indústria (CBI), um de seus trunfos para debilitar o governo britânico e os trabalhistas, culpados perante a «opinião pública», em campanha diária nos meios de comunicação, pela falta de produtos alimentícios nos supermercados e pela dispensa de trabalhadores industriais em decorrência da escassez de matérias-primas.

O último estado de emergência foi decretado na Grã-Bretanha no inverno de 1973/74, quando o país foi atingido por uma onda de greves dos mineiros, ferroviários, trabalhadores no setor de energia elétrica, etc. Essa medida permite ao governo requisitar caminhões e tropas, para manter o suprimento de produtos e o funcionamento de serviços considerados essenciais.

Embora o estado de emergência permita ao governo suavizar os efeitos das atuais paralisações, a combatividade demonstrada até o momento pelos trabalhadores dos diversos setores em greve não se detém diante das propostas de conciliação dos sindicatos e trabalhistas. Ela coloca em cheque — e por mais uma vez — a política do «pacto social», que vem permitindo ao Labour manter-se no poder.

Se os conflitos persistirem na escala atual e os conservadores sentirem-se o suficientemente fortes, sua atitude poderá ser a de apresentar uma moção de desconfiança ao governo trabalhista no Parlamento. Se ela vencer, haverá novas eleições gerais e os conservadores poderão voltar ao governo. Se isso ocorrer, ao invés da conciliação do Labour e sindicatos, a forma de conter os trabalhadores será mais rígida. E, portanto, sem disfarces.

(1) Entre os países capitalistas avançados, a Grã-Bretanha é dos mais afetados pela crise econômica internacional: sua indústria siderúrgica sofre as consequências da estagnação do setor a nível mundial: na luta pela manutenção ou conquista de mercados, no contexto de uma onda protecionista de grandes proporções, os produtos do país vem perdendo competitividade: no último trimestre de 1978, houve uma queda de 1,5% na produção e de 0,25% no consumo.

Grevistas

Motoristas de caminhão — *começou no início de janeiro, com a adesão de mais de 50 mil trabalhadores. Em 11 de janeiro, a Transport and General Union (TGWU) resolve decretar a greve oficialmente, paralisando assim 180 mil motoristas. Eles reivindicam um reajuste de 25% e já rejeitaram a oferta de 15% feita pelos empresários do setor.*

Ferroviários — *os maquinistas de todo o país paralisaram os serviços de trem nos dias 16 e 18 de janeiro, reivindicando um adicional de 10% sobre o reajuste a ser negociado em meados do ano. Na terça-feira desta semana, eles prometiam nova greve, caso não fossem atendidos.*

Funcionários Públicos — *Reivindicando reajustes de até 40%, 1,5 milhão de funcionários públicos entraram em greve nesta segunda-feira, paralisando serviços em hospitais, escolas, serviços de água e esgotos e em alguns aeroportos.*

Motoristas de ambulância — *Os 3 mil motoristas de ambulância de Londres também paralisaram o trabalho nesta segunda-feira, aderindo ao movimento dos motoristas de caminhão. O salário mínimo dos motoristas de ambulância em Londres é de 38,40 libras (cerca de Cr$ 1.600) semanais e de 44,80 libras (cerca de Cr$ 2.000) para os trabalhadores mais antigos. Eles reivindicam um reajuste para 65 libras e 74 libras, respectivamente.*

O PCI, a DC, o proletariado e a crise

ITÁLIA

Na semana passada, o Partido Comunista Italiano (PCI) divulgou críticas severas à Democracia Cristã (DC), pondo em cheque o apoio tácito concedido até agora ao governo do primeiro-ministro Giulio Andreotti. No quebra pau que se seguiu, com respostas enfáticas da DC, o que não ficou claro foi o processo mais profundo de crise que vive hoje a Itália. Este artigo, que parte de mais uma superficialidade publicada recentemente pela grande imprensa, procura discutir justamente sobre as relações mais profundas entre a crise econômica do PCI junto aos trabalhadores, os impasses da DC e algumas perspectivas que se abrem.

R. VERDI

Recentemente apareceu no noticiário da imprensa diária uma pequena nota dando conta que na Itália estão ocorrendo greves movidas por falta de vontade dos operários para trabalhar.

De duas, uma: ou confirma-se a «tese» de que «pobre só trabalha com coleira curta», ou então estas greves são sintomas de processos agudos que estão se desenvolvendo na Itália. Optando pela segunda hipótese, podemos ver nesse país, marcado pela maior combatividade do Ocidente, o começo de uma série de desenvolvimento da luta de classes que adiantam a evolução possível dos outros países da Europa Ocidental e, quem sabe, dos polos industrializados da América Latina.

A Itália pode ser considerada o último dos países desenvolvidos ou o primeiro dos subdesenvolvidos, a gosto do analista. Nela se combinam a maior base industrial do mundo (a fábrica da FIAT em Mirafiori) com um Sul tipicamete agrícola exportador nos últimos 15 anos, a menor relação população/número de empregos da Europa (cerca de 35%) e um imenso contingente de jovens que nunca encontraram empregos. Assim, o problema crucial do proletariado italiano vem da profunda descontinuidade do seu perfil, existindo tanto operários que podem se classificar entre os mais produtivos do mundo, quando jornaleiros agrícolas trabalhando com técnicas herdadas do feudalismo. Nas grandes empresas da Indústria Metalúrgica a combatividade operária força os patrões a responderem com fábricas cada vez mais modernas que expulsam mão de obra por intermédio da mecanização de cada vez maior número de tarefas e, assim, de ritmos de trabalho mais intensos. No outro extremo, temos os reaparecimento do trabalho a domicílio, onde a mão de obra desocupada tem de aceitar qualquer coisa para sobreviver. Já o velho Marx considerava ser esta a forma mais antiga e brutal de exploração capitalista. E a crise dos outros países da Europa, (principalmente França, Bélgica e Suíça) despejando de volta a mão de obra exportada pela Itália só faz piorar a situação.

PCI e DC

Politicamente, temos a polarização entre o Partido Comunista (que chegou a ter 1,5 milhão de militantes) e a Democracia Cristã, sendo que nas últimas eleições a Esquerda Revolucionária, embora apresentando lista unificada de candidatos, acabou ficando espremida entre as duas grandes alternativas e obteve uns magros 1,5% de votos. Fica claro que a única alternativa reconhecida pelo operariado é o partido do «comprimisso histórico». E o que propõe o PCI? Uma política de austeridade econômica que deve ser aceita pelo proletariado porque gerida pelo seu leal dirigente, que seria capaz de realizar uma gestão mais eficiente do aparelho de Estado do que carcomida DC, que teve a sua credibilidade manchada por seguidos escândalos. Na politca de austeridade todos devem dar a sua cota dé sacrifício em prol da economia do país, como se todos não fossem principalmente todos os operários e a economia não fosse capitalista. Principalmente significaria o abandono da escala móvel de salário e diminuição das férias. O que é gozado é o espanto da imprensa quando esse Partido anuncia que vai tirar o marxismo de seus estatutos. Na verdade só cabe a pergunta: Por que só agora?

Mas os operários seguem o PCI, o que só pode ser entendido se lembrarmos que os ritmos seguidos pela consciência operária não se movem através da crítica de programas abstratos de governo, mas lutando e reconhecendo as lideranças e métodos que já deram resultado. E comparativamente os sindicatos sob a influência do PCI são os que mais conseguem vitórias nas cidades administradas pelo PCI se resolvem mais problemas e o PCI foi o grande campeão da Resistência Anti-Fascista. Por tudo isso, o PCI é o líder para o proletariado italiano e goza de largo crédito, e assim permanecerá enquanto for capaz de levar adiante as reivindicações da classe. Mesmo se isso deixar de acontecer, novas lideranças só podem ser reconhecidas se adquirirem crédito em lutas concretas.

As brechas

Mas isso não quer dizer que não hajam brechas. Elas existem e nela penetram as agrupações da esquerda revolucionária, que na Itália adquirem uma configuração bastante particular. As diferenças ideológicas não obedecem lá a tradicional divisão entre trotskystas, maoístas e guevaristas. Se bem que esses grupos existiam, estão dentro de articulações que levam em conta primeiramente o específico da realidade nacional e que se efetivam normalmente ao nível de fábrica, sindicato e movimento de bairros. Um dos movimentos mais interessantes é o do «operarismo» (obreirismo), que nada tem com a antiga linha obreirista do Partido Comunista Brasileiro. Trata-se de uma proposta de politizar diretamente o cotidiano da fábrica, desprezando explicitamente muitas das mediações que encobrem a realidade de exploração a que está submetido o operário, o que é possível graças à enorme experiência acumulada pelo operariado italiano. Basicamente, podemos dizer que se trata de uma tentativa de sistematização do ponto de vista do operário da sociedade capitalista. Assim, o processo da introdução de inovações tecnológicas é visto diretamente como uma reação dos capitalistas as conquistas já realizadas pelo proletariado, o que corresponde perfeitamente a experiência de lutas de um operário avançado. O movimento foi iniciado em 1961, com a Revista «Quaderni Rossi, e embora fracassando como alternativa organizacional, persiste como corrente no seio de diversos agrupamentos políticos, do PCI ao revolucionário **Lotta Continua** (hoje, em busca de novos caminhos e sem estrutura orgânica definida).

É no problema crucial de resposta à crise que aparece mais claramente o que é o ponto de vista do operário. Enquanto que a direção do PCI propõe um regime de austeridade que racionalize o capitalismo italiano, canalizando a combatividade operaria, aumentando o ritmo de trabalho das empresas sem contrapartida de aumento salarial o que serviria para viabilizar uma pouco provável expansão do capitalismo italiano às expensas das outras economias do Mercado Comum, o que por sua vez acabaria gerando mais empregos aparece um programa alternativo, ainda embrionário, que consiste basicamente em 4 pontos.

Programa

— **Redução radical da jornada de trabalho para 35 horas** (atualmente é de 48 horas);

— **Repartição do trabalho entre todos os trabalhadores** (escala móvel de horas de trabalho);

— **Manutenção dos atuais níveis de salários e da escala móvel de salários;**

— **Reabertura, com controle operário das empresas falidas e fim do segredo contábil e bancário.**

Esse programa permitiria a união dos interesses da massa desempregada e subempregada, que retornaria à atividade, com as parcelas mais avançadas do proletariado, que poderia, assim, ver diminuida a sua exaustiva carga de trabalho. Mas esta seria uma reivindicação totalmente contrária à lógica do capital. Sabendo que podem trabalhar menos hora e menos intensamente, por que os operários iriam consentir com a volta do antigo regime de 48 horas de trabalho e intensidade galopante? Por que permitiriam a volta da velha hierarquia e dos patrões nas fábricas, depois do contrôle operário?

O PCI, nas atuais circunstâncias, jamais encamparia um programa como esse, uma vez que é de opinião que qualquer conflito decisivo entre as duas grandes classes italianas só poderia significar uma enorme derrota do proletariado, que poria em risco as conquistas já adquiridas. Mas uma eventual vitória da esquerda nas próximas eleições (já se começa a falar de antecipação) poria em marcha muitos anseios reprimidos e poderíamos ter uma reversão nas lideranças. Sob pressão das massas a atual direção poderia ser obrigada a seguir uma linha diferente da preestabelecida, ser substituída por outra direção e, mesmo, poderíamos vir a assistir — não tão logo — à substituição do PCI como partido histórico do proletariado italiano.

INVASÃO CULTURAL - ÚLTIMA PARTE

MAZZAROPI É NACIONAL. MAS, E DAÍ?

Não basta apenas denunciar o imperialismo informativo e pedir a nacionalização da produção e da circulação da comunicação, nem solicitar a interferência do Estado, sem antes identificar este Estado e a quais classes sociais ele serve. A liberação das atuais estruturas de dependência informativa depende da liberação, política econômica e cultural, total. O mais importante é buscar formas de comunicação alternativas e democráticas que superem o caráter comercial ou autoritário dos meios. A inspiração para os conteúdos está nas culturas nacionais populares, historicamente marginalizadas. A resistência à dominação, presente nas expressões populares, deve ser recuperada.

Por Luiz Gonzaga Baga Mota, de Brasília

A intensidade da polêmica internacional sobre a dependência cultural e informativa é um reflexo da tomada de consciência entre os povos colonizados e de sua própria identidade. Os países chamados não alinhados e outras nações subdesenvolvidas passaram a reclamar completa soberania informativa. E começam a entender que são eles próprios que têm de modificar esta situação de desigualdade e se descolonizar com a firme determinação de criar uma nova ordem internacional no campo da comunicação.

Conferências foram realizadas na Algéria (1973), Equador (1975), India, Tunisia, México e Costa Rica (1976) e muitos outros países para discutir específica ou secundariamente a questão, às vezes sobre o patrocínio da UNESCO. As recomendações destas conferências unanimente reclamavam a implantação de uma nova ordem informativa internacional, a elaboração de políticas de comunicação que estabelecessem a soberania das nações e suas prioridades, o acesso igual às fontes de informação e um controle igualitário dos canais internacionais de disseminação.

A Conferência Intergovernamental sobre políticas de comunicação na América Latina e Caribe realizada em São José da Costa Rica em julho de 1976 sob o patrocinio da UNESCO foi um marco especialmente para os países da região. Depois de declarar que a comunicação livre e espontânea e o acesso à participação em todos os bens culturais são necessidades e direitos vitais do homem e de reconhecer igualmente que o atual balanço é desfavorável à região, os vinte países presentes enfatizaram a necessidade de substituir o critério de **«livre fluxo de informações»** pelo de **circulação equilibrada»**.

Este novo critério, segundo os países presentes, deveria orientar a elaboração de políticas, planos e novas legislações que tornassem possível o advento de relações de comunicação mais equilibradas tanto a nível nacional como internacional. Para isto, segundo as recomendações da Conferência, seria necessário dar-se plena liberdade aos meios de comunicação, estimular o surgimento de novas agências nacionais e regionais, de serviços de rádio e televisão de alcance nacional de internacional que respeitem a integração e circulação equilibrada, de mecanismos próprios de estímulo à imprensa geográfica e economicamente menos favorecida, fomentar o cinema nacional e sua distribuição, fortalecer os sistemas editoriais nacionais e regionais e todos os demais instrumentos e normas que configurem políticas coerentes destinadas a favorecer uma maior participação das nacionalidades latino-americanas e do Caribe nos fluxos internacionais de comunicação e informação.

Em certa medida, o Brasil começa a se tornar também imperialista no campo da informação. A Rede Globo, que hoje retém 85% da verba publicitária destinada à televisão no Brasil, já passou de importador de enlatados a exportador produzindo e distribuindo suas xaropadas para 51 canais de televisão de 23 países.

São tantos os considerandos e tão amplas e variadas as recomendações que torna-se quase impossível aos países participantes da Conferência executar, mesmo parcialmente, as disposições sugeridas, ainda mais levando-se em conta que o encontro reuniu países de matizes políticas e econômicas tão diferenciados como Cuba e Chile, Haiti e Venezuela. Para elaborar suas políticas de comunicação cada um destes países terá que definir responsabilidades dos setores públicos e privados, necessidades e prioridades da população, garantir o acesso de todos os grupos sociais aos meios disponíveis, definir-se sobre o problema da tecnologia do setor etc.

Claro entretanto que os diferentes grupos sociais existentes por trás de cada estado latino-americano é que, de fato, vão determinar estas prioridades, invalidando grande parte se não a totalidade das recomendações. Elas terão significados diferentes para cada um destes grupos.

As divergências, entretanto, não invalidam a discussão em torno dos temas. Para as forças progressistas de cada país resta saber o que fazer diante de tão variadas sugestões. Duas questões parecem prioritárias:

- a nacionalização da produção e distribuição da comunicação;
- a participação do Estado, sabendo-se já que mais do que em qualquer outra parte do mundo subdesenvolvido, prevalece na América Latina a iniciativa privada neste setor.

Toda esta grita contra a excessiva dependência informativa parece levar a um consenso geral de que é preciso nacionalizar a produção e circulação do conteúdo informativo e recreativo dos meios de comunicação de massa. A verdade, entretanto é que esta nacionalização já começou em alguns países latino-americanos como o México e o Brasil. Em nosso país parece que houve um acordo tácito entre o governo e as empresas. O próprio Ministro das Comunicações depois de tantas ameaçadas às empresas, ratificou várias vezes que o governo não pretende interferir na área da iniciativa privada.

A **Rede Globo**, que hoje retém 85% da verba publicitária destinada à televisão no Brasil, sentindo-se provavelmente ameaçada pelas falas do governo, gaba-se hoje de ter, no horário nobre (entre 18h30m e 23h.), uma média semanal de 83.16% de material veiculado de origem nacional e apenas 16.84% importado. Um **release** recente da **Rede Globo** diz que poucos países do mundo apresentam hoje um índice de programação nacional como ela, mesmo quando «para cada produção nacional os custos são., no mínimo algumas dezenas de vezes superiores à simples compra da programação estrangeira.»

Na verdade, a **Rede Globo** já passou de importador a exportador de programas de televisão. Outro **release** da emissora diz que programas produzidos e distribuidos por ela estão sendo vistos em 51 canais de televisão de 23 países. Segundo a emissora, «um jeito brasileiro de fazer televisão, que agora atravessa nossas fronteiras e começa a despertar a atenção e preferência do público lá fora. São mais divisas para o país e vantagens para todos que participam desta conquista. A televisão feita no Brasil está indo cada vez mais longe». Passamos, portanto, da condição de país dependente para a de imperialista.

Todos estes índices de nacionalização da programação indicam alguma mudança na qualidade do conteúdo da TV em nosso país? Parece que não. **Silvio Santos** e **Flávio Cavalcanti** estão aí, filmes tipo **Kojak**, **Bareta** e outros continuam espalhando tiros, socos e pontapés, as novelas continuam derramando lágrimas pelo Brasil afora. No caso do cinema, a nacionalização promovida pelo MEC e Embrafilme também não modifica muito o panorama. Apesar de todos os incentivos e financiamentos, o filme que mais arrecadou entre as produções nacionais de 1970 a 1975, foi **Jeca Macumbeiro**, de Mazzaropi. E nacional mas, e daí?

As novelas da **Globo** são todas produções nacionais. Elas têm uma média de 120 capítulos. Cerca do dobro do tempo exibido é gravado em fita, empregando autores, artistas e pessoal técnico brasileiro. Isto implica necessariamente que as coisas estão mudando? Ora, apontar índices de nacionalização da nossa TV comercial não resolve, se a produção da mercadoria cultural continua sendo regida pelo custo e a circulação, pela competição de mercado. Estas regras básicas vãosempre puxar para baixo o nível do conteúdo na busca do que as emissoras chamam de «denomindor comum». Além disso, muita coisa feita aqui é simples cópia descarada dos modismos estrangeiros. **My Dear**, música da novela **Duas Vidas**, da **Globo**, foi recorde de execução Seu autor, o brasileiro João de Oliveira Santos. **Shes is My Girl**, música mais tocada em 1970, ujo autor no selo da gravadora era Morris Albert é, de fato, Maurício Alberto. Tanto o «autenticamente nacional» como a grotesca falsificação do estrangeiro em nada contribuiram para atender as necessidades reais e interesses do povo brasileiro, nem para elevar o níel de consciência das camadas populares sobre seus problemas sociais.

Grande parte das medidas sugeridas pela UNESCO ou por outros órgãos internacionais para equilibrar o fluxo da informação e elevar o nível da comunicação no mundo, implica uma ação decisiva do Estado no sentido de planejar e reorientar a produção e circulação da comunicação nos países subdesenvolvidos. Recomenda-se expressamente aos Estados que formulem políticas de comunicação integradas aos planos de desenvolvimento econômico e social e que os governos iniciem atividades que permitam criar e pôr em funcionamento sistemas nacionais de comunicação social. Estas medidas significam, na prática, maior interferência do Estado na área da comunicação.

Ora, também esta estatização já começou em vários países subdesenvolvidos, principalmente naqueles que estão se desenvolvendo dentro dos marcos da dependência econômica e entrando na fase do capitalismo monopolista do estado, que acentua os aspectos concentracionistas e excludentes deste capitalismo. Isto é verdade para o Brasil, para o México, para a Argentina e outras nações latino-americanas. Em nosso País, a crescente intervenção de um Estado autoritário na política e na economia refletiu-se também nos setores culturais caracterizando uma interferência e um controle ostensivo deste Estado sobre toda a sociedade civil.

O Estado brasileiro atrelou os problemas culturais e de comunicação aos planos nacionais de desenvolvimento fazendo deles instrumentos de «segurança nacional» e do capitalismo predatório».

Assim, o estado brasileiro atrelou os problemas culturais e de comunicação aos Planos Nacinais de Desenvolvimento, fazendo deles instrumentos da «segurança nacional» e do capitalismo predatório. O documento **Política Nacional de Cultura** do MEC, na sua página 30 diz: «Nesse rumo de concepções e na conformidade de nossa vocação democrática, a Política Nacional de Cultura entrelaça-se, como área de recobrimento, com as políticas de segurança e de desenvolvimento; significa, sustancialmente, a presença do Estado como elemento de apoio e estímulo à integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global de desenvolvimento brasileiro». Da mesma forma, o documento **Política de Comunicações** do Ministério das Comunicações, na sua página 10, afirma na parte referente aos objetivos deste Ministério: «A implantação de meios de comunicações em todo o território nacional tem sido levada a cabo independentemente da expectativa de um retorno imediato dos investimentos aplicados. A integração e a segurança nacionais são fatores condicionantes das obras em execução em larga extensão no País».

Na verdade, o estado brasileiro na sua atual versão autoritária, intervém de diversas formas sobre os meios de comunicação, subsidiando (Embrafilme por exemplo), produzindo (ARP, Radiobrás, Agência Nacional, Assessorias de Imprensa, TVs educativas, rojeto Minerva, etc), regulamentando e controlando (Constituição, Lei de Imprensa, Serviço de Censura, Lei de Direitos Autoriais, Lei Falcão, Lei de Segurança Nacional, etc.), coordenando (INL, Concine, SNT, Política Nacional de Cultura, Embrater), veiculando (ARP, TVs Educativas, Projeto Minerva, e outros) mensagens de todo tipo.

Os objetivos básicos desta intensa ação ds aparelhos do Estado na área da comunicação são «informar» e «educar» mas, prevalece sobretudo o controle e a propaganda institucional e ideológica. A ação da ARP visa fundamentalmente legitimar um Estado ilegitimo, promover o governo e exalta a ação administraiva oficial, especialmente em períodos pré-eleittrais. Uma empresa de controle de propaganda, verificou que numa rotineira sexta-feira de setembro de 1976 a transmissão repetida de anuncios curtos em sete estações de rádio da cidade de São Paulo, ocupara um total de duas horas e meio. Nesta época pré-eleitoral o aparelho de TV de um eleitor qualquer exibiu noventa minutos de publicidade do governo federal, divididos em seis canais. A ARP se transforma no maior anunciante da TV brasileira com um volume de publicidade superior ao dobro do 2º maior anunciante, a Gessy Lever. Mas, com uma diferença: a ARP não paga o tempo que ocupa no rádio e na televisão. Calcula-se que se tivese que pagar pelos anúncios, a ARP gastaria, só na cidade de São Paulo, de março a setembro de 1976, a importância de 71 bilhões 456 milhões de cruzeiros.

Outro aspecto permanente das relações entre o Estdo autoritário e os meios de omunicação no Brasil é a censura. Na sua fase atual, ela se instalou formalmente entre nós em dezembro de 1968 com a censura prévia, trocada depois pela autocensura. Os que se recusaram tiveram censores presentes em suas redações, oficinas e estúdios. No **Estado de S.Paulo** la durou até janeiro de 1975, na revista **Veja**, até maio do mesmo ano, nos jornais **Tribuna da Imprensa**, **O São Paulo** e **Movimento** só terminou recentemente. Neste último jornal, até o número 126, em novembro de 1977, a censura vetou integralmente 2479 artigos num total de 16.294 laudas e 2.972 ilustrações. A censura ao rádio e televisão continua vetando e proibindo sem qualquer critério. A noção liberal de «liberdade com responsabilidade» foi substituída pela noção autoritária de «liberdade vigiada».

O Jeca de Mazzaropi, recordista de bilheteria no cinema

A propaganda governamental que hoje faz a ARP deixaria o ditador Getúlio Vargas ruborizado: uma pesquisa indicou que em apenas um dia, a transmissão repetida de anúncios oficiais curtos em sete estações de rádio da cidade de São Paulo ocupara um total de duas horas e meia. Nesta época pré-eleitoral o eleitor foi obrigado a engulir pela TV noventa minutos de publicidade badalativa do governo em seis canais.

A propaganda, a censura, a Lei Falcão e outros mecanismos de manipulação e controle dos meios de comunicação, demonstram os riscos de se solicitar a intervenção do Estado. Os meios de comunicação no capitalismo moderno são parte do aparelho repressivo-ideológico de Estado. Este Estado centralizado e forte, creceu além das fronteiras liberais e alargou sua atuação, através da tecnoburocracia e da ideologia de segurança nacional, por todos os setores da sociedade civil.

Aparecendo, em princípio, como uma reação ao liberalismo absoluto que prevalece na maioria dos países capitalistas na área da informação (e que se justifica através de um pseudo conceito de «liberdade de imprensa»), a proposta de implantação de políticas de comunicação através do planejamento racional que regule a circulação de mensagens parece boa. Mas, substituir o **laissez-faire** pelo autoritarismo estatal traz sérios riscos. Por trás de cada polític há sempre um Estado e por trás de cada Estado há classes sociais com interesses específicos.

Se nacionalizar ou estatizar (através do controle ou da implantação de políticas nacionais de comunicação) não são soluções viáveis, que outras saídas existem para a disparidade de inforação entre nações e entre grupos sociais distintos em cada nação? Como alcançar uma nova ordem informativa internacional e intranacional onde todos tenham igual direito de informar e ser informado, onde a comunicação vertical seja substituída pela horizontal? Que fazer?

Ora, não há fórmulas acabadas e receitas completas para um problema tão complexo. Podemos e devemos desmascarar a natureza comercial dos meios e mensagens da comunicação em nossas socidades e as implicações que isto traz. Este é o primeiro passo. É importante mostrar que a informação não pode ser igualada a uma mercadoria qualquer e que a função de informar não é um negócio como qualquer outro. Ao contrário, como já disse alguém, a informação é um direito e um bem social.

Mas além desse primeiro passo, outras medidas mais concretas são necessárias à estratégia de ação das forças produtivas. Não basta apenas denunciar o imperialismo informativo e pedir a nacionalização da produção e da circulação da comunicação nem solicitar a interferência do Estado sem antes identificar este Estado e a quem ele serve. Estas medidas podem modificar parcialmente as coisas, disfarçar o imperialismo informativo ou trazer riscos graves e consequências irrecuperáveis.

A ARP se torna no maior anunciante da TV brasileira com um volume de publicidade superior ao dobro do 2º maior anunciante, a Gessy Lever. Se tivesse que pagar os anúncios, o governo gastaria em sete meses o equivalente a 71 bilhões de cruzeiros.

E claro que devemos recomendar e exigir dos governos medidas que criem e fortaleçam as estruturas de informação nacionais dentro dos marcos das políticas de comunicação existentes sem deixar que elas se transformem em instrumentos de domínio destes governos sobre toda a sociedade. É claro que se deve exigir a participação das maiorias nacionais na gestação e execução de políticas nacionais de comunicação dentro de marco de interesses populares.

Mas não se deve fetichizar a comunicação. A liberação das atuais estruturas de dependência informativa não independe da liberação política, econômica e cultural total. Por isto, a questão básica não está em colocar o nacional contra o estrangeiro nem na substituição da iniciativa privada por um estado capitalista e autoritário na área da comunicação. O mais importante é buscar formas de comunicação alternativas e democráticas dentro do próprio sistema que levem à mudança estrutural para a liberação total. Menos do que estabelecer fórmulas, o importante é buscar, em cada momento, em cada situação e em função de realidades específicas, formas alternativas de comunicação que superem o caráter comercial ou autoritário dos meios e que faça de cada emissor um receptor e de cada receptor um emissor.

A inspiração para os conteúdos está nas culturas nacinais populares, historicamente marginalizadas. A resistência à dominação, presente nas expressões populares, deve ser recuperada. Um compromisso assim definido não é apenas conjuntural porque atravessa regimes. Permanece independentemente das transformações de superfície nas relações entre os Estados ou dentro dos Estados nacionais. Não é um compromisso (como as políticas de comunicação) transitório mas um fim a alcançar para o qual os trabalhadores da comunicação devem dirigir suas energias sem correr o risco de servir involuntariamente a interesses de dominação.

Comunicação internacional: em busca de uma nova ordem.

No Brasil, a propaganda, a censura, a Lei Falcão, e outros mecanismos de manipulação e controle dos meios de comunicação demonstram os riscos de se solicitar a intervenção do Estado. Os meios de comunicação no capitalismo moderno são parte do aparelho repressivo-ideológico do Estado

Nilson e a conciliação nacional de Figueiredo

ACUSAÇÃO

Maurilio

"Até Pinochet fornece passaporte aos exilados"

Da Argélia, o ex-deputado Maurilio Ferreira Lima, que pretende retornar brevemente ao Brasil, escreve uma Carta Aberta ao Ministro Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores, na qual o acusa de tentar ludibriar a opinião pública na questão das negativas ao fornecimento de passaportes aos exilados brasileiros. Este semanário recebeu pelo correio a Carta Aberta, junto com duas outras correspondências enviadas pelo autor a Ulisses Guimarães e Jarbas Vasconcelos. Seguem os textos:

ARGEL, — DE JANEIRO DE 1978 –

A imprensa brasileira divulgou que vosso Ministério tinha enviado aos Serviços Consulares do Brasil no Exterior, instruções determinando a entrega de passaporte a centenas de compatrícios que pretendem retornar ao Brasil e que arbitrariamente foram despojados pelo regime militar do direito inerente a todo e qualquer cidadão brasileiro de dispor do passaporte nacional.

Aproveitando a liberdade de informação conquistada a duras penas na nossa Pátria pelas forças democráticas através dessa carta aberta, pretendo alertar que a opinião pública brasileira esta sendo ludibriada por V. S. e por Vosso Ministério. Desminto formalmente que V. S. tenha enviado qualquer instrução ordenando aos Serviços Consulares o respeito a Lei brasileira ou seja, a entrega de passaporte nacional aos cidadãos desejosos de voltar ao Pais. Na verdade, aqui na Embaixada brasileira em Argel, aonde tramitam vários pedidos de passaporte, chegaram instruções de V. S. para fornecer êsse documento apenas aos filhos menores dos exilados políticos. Portanto V. S. deveria ter a coragem de assumir a responsabilidade de dizer a imprensa apenas o que fez, o que ordenou e não mistificar, afirmando queo passaporte está a disposição de todo exilado ue pretende voltar ao Brasil.

Para refrescar vossa memória, histório a tramitação do meu pedido:

Vivo no exílio sem passaporte brasileiro desde janeiro de 1969. No dia 2-3-77, pela primeira vez, cruzei os batentes da Embaixada para solicitar passaporte, em pedido formalizado por escrito. Nunca obtendo resposta, um ano depois voltei a Embaixada para saber notícia do meu pedido. Nessa ocasião tive o desprazer de constatar que os vossos Serviços Consulares tinham pura e simplesmente rasgado a minha solicitação, pois nenhum traço constava no Serviço de Protocolo. Formalizei outro pedido, contra recibo da vossa Embaixada. Não tendo sido honrado com nenhuma resposta por parte de V. S., em 5 de maio de 1978, através do advogado Paulo Henrique Maciel impetrei junto ao TFR Mandado de Segurança contra o ato arbitário de V. S., negando-me passaporte brasileiro.

Êsse Mandado tem o número 83914 e como relator o Ministro Oto Rocha. Conforme manda o procedimento judiciário, o TFR solicitou a V. S. informações sôbre o caso. V. S. lembra qual foi sua resposta? Nos autos do meu processo consta um telex assinado por V. S. afirmando que não recebo passaporte por razões de Segurança Nacional.

Humilhação

Quando tomei conhecimento do vosso telex, me senti humilhado como brasileiro. A vossa resposta avilta a dignidade do Ministério das Relações Exteriores e do seu titular. Um Ministério que tem a honrosa incubência de representar o meu Pais, no Exterior, baixou ao nível de um anexo do DOPS, fornecendo informações de caráter eminentemente policial sôbre um cidadão brasileiro.

Ao mesmo tempo que V. S. afirma que sou um caso de Segurança Nacional e que por isso não tenho direito a passaporte, segundo a Resistência Chilena, as Embaixadas do Brasil em Santiago, Montevideo, Assunção têm fornecido passaportes brasileiros com nomes falsos a estrangeiros a serviço da «comunidade de informações» dessas capitais, por ocasião de missões muito especiais, como assassinatos, atentados, sequestros contra lideranças políticas chilenas e uruguaias exiladas.

Finalmente Senhor Ministro, constato que a vossa passagem pelo Ministério não se caracterizará apenas pelos discursos bem elaborados na defesa dos interesses dos países do 3º mundo. Vossa gestão, será pela nossa história, caracterizada também pela recusa de V. S. em registrar como cidadãos brasileiros centenas de criancinhas nascidas no exílio, pelos milhares de passaporte que V. S. confiscou no ato de renovação, pelo tripúdio aos direitos de milhares de brasileiros residentes no exterior.

Concluindo, constato que o TFR apesar de ter recebido o meu mandado em 5-5-78 entrou em férias regulamentares sem julgar o meu pedido. Não posso acreditar em acumulo de serviço, pois outros Mandados similares impetrados posteriormente ao meu, foram julgados. Interrogo-me sobre as razões que levaram o TFR a fazer o pedido dormir na gaveta do relator. Com a plavra o Ministro Oto Rocha.

Desejando que nas novas missões que lhe serão atribuidas pelo regime militar, V. S. não seja obrigado a agir em contradição com os principios que V. S. dizia, esposar quando mais jovem, subcrevo-me

Maurilio Ferreira Lima
Cité Baranes Bt B 4 AP 49 Argel
Argélia

O MDB deve encampar a luta pelo passaporte

O ex-deputado Maurilio Ferreira Lima remeteu também a este semanário cópia de duas outras cartas. A primeira delas é endereçada ao deputado Jarbas Vasconcelos, presidente do Diretório Regional do MDB de Pernambuco. Ele diz o seguinte:

«Aproximando-se o dia 30 de dezembro de 1978, data na qual cessam os efeitos da suspensão dos meus direitos políticos, por ato arbitrário e ilegítimo do regime militar que usurpou o Poder em 1964, venho solicitar ao ilustre parlamentar e amigo a minha reinscrição no Partido. Pretendendo regressar muito breve ao meu País, após um longo exílio na Argélia, desejo que a minha integração na frente interior da luta do povo brasileiro pela Democracia e pela Justiça Social se processa sob a condição de militante nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro, partido que tive a honra de representar no Parlamento Nacional. Nesse instante crítico para os destinos nacionais, o nosso povo legitimou o MDB na qualidade de instrumento de conquista das liberdades democráticas na nossa Pátria. Reforçar o MDB e lutar para manter a unidade da oposição até o fim da ditadura militar, é agir de acordo com a manifestação soberana do povo brasileiro, traduzida nas votações majoritárias obtidas pelo Partido em todas as últimas eleições.».

A outra correspondência foi enviada no dia 9 de janeiro ao deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB. Em síntese, é o seguinte o seu teor:

«Li no JB suas declarações, convidando os cassados pelo arbitrio do regime militar vigente, a ingressarem no MDB. Considero o nosso Partido, o instrumento legal do conjunto das Forças Democráticas na luta pela liberdade e Justiça Social. As suas declarações convidando as lideranças cassadas a se filiarem ao Partido, permitirão que o MDB reflita com maior fidelidade a amplitude de sua base política. Anexo, estou enviando cópia da carta aberta dirigida ao Ministro das Relações Exteriores sobre o problema de passaporte para os companheiros que ainda permanecem no exílio. Solicitaria ao ilustre Presidente do meu Partido, que transferisse para o MDB a nossa luta pelo passaporte. É necessário que a imagem do nosso País no exterior não seja diminuida pelo fato de brasileiros ilustres como Leonel Brizola, Miguel Arrais, Francisco Julião, Luiz Carlos Prestes e tantos outros, sejam obrigados a circular com documentos estrangeiros, quando nasceram no nosso País, são cidadãos brasileiros, e com relevantes serviços prestados a nossa Patria. É preciso frisar que até o Chile de Pinochet fornece passaporte a lideranças chilenas no exílio. Na certeza que o ilustre companheiro Presidente do meu Partido, levará em consideração minha sugestão, aceite meu respeitoso abraço».

"Nociva, execrável, crapulosa, confusa, reacionária"

Quatro leitores do «Em Tempo» baixam o cacete na matéria «Nós também fomos a Cuba», publicada recentemente.

Sr. Redator:

Temos acompanhado desde o início a linha política adotada por **Em Tempo** — uma linha que, ressalvados alguns senões de ponto de vista ideológico, é sem dúvida coerente com os rumos que devem ser fixados pelo povo brasileiro para a obtenção de sua real e autêntica independência econômica. **Em Tempo**, desde o seu surgimento, colocou-se ao lado dos espoliados, dos desempregados dos que sofrem a ação nefasta e deletéria imposta ao Brasil e a outros povos da África e América Latina pelo imperialismo norte-americano.

Por isso, fomos surpreendidos pela publicação no número 43 da execrável, crapulosa e confusa matéria sob o título «Nós Também Fomos a Cuba», uma trabalho que bem revela o estofo pequeno-burguês de gente que, sempre em todos os processos revolucionários, tem prejudicado e, muitas vezes, tornado ainda mais penosa a luta dos povos pela sua libertação.

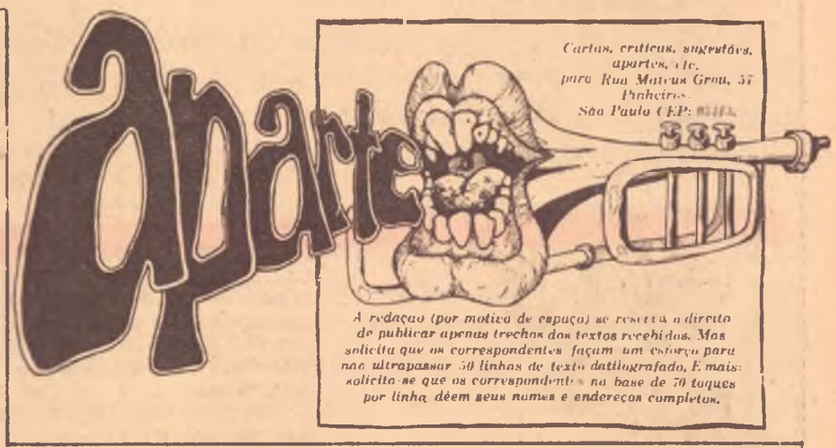
A matéria é altamente nociva e reacionária porque tenta mostrar-se simpática ao processo revolucionário cubano (uma luta árdua, longa e verdadeiramente heróica que agora completou 20 anos de idade) ao mesmo tempo em que, cinicamente, contesta todos os principios básicos da construção de uma sociedade socialista. A discussão que os autores (um grupo de quatro) reclamam são debates de nivel semiológico, bem típicos dessa gentalha existencialista que outra coisa não faz senão preocupar-se com manifestações inócuas, caracteristicas de outra corrente muito em moda na França — as dos ridiculos «novos filosofos» —, que recentemente chegou a ganhar capa do **Time**, este baluarte da imprensa colonialista.

Nossa intenção, no entanto, não é contestar a matéria. Seus conceitos já foram simplesmente rejeitados e jogados na lata de lixo pelas consciências lúcidas. O que nos preocupa é ver **Em Tempo** abrindo espaço a esses textos biônicos que, em última análise, servem a todos aqueles que não desejam mudanças e que lutam contra a ascensão do trabalhador ao seu legitimo lugar na sociedade (ou será que **Em Tempo** acha que essa ascensão nada tem a ver com a construção do socialismo?).

Enfim, reconhecemos que **Em Tempo** se caracteriza pela mais ampla abertura em relação à discussão de tendências. Mas, sinceramente, não imaginávamos que pudesse avalizar conceitos de direita.

P.S. — Estranhamos a covardia dos autores (provavelmente turistas em Paris), que preferiram esconder-se sob a imoralidade do anonimato, assinando com pseudônimos um texto digno de qualquer jornal ou revista da chamada grande imprensa e capaz, ainda, de conquistar, com méritos, prêmios e honrarias em países cujos regimes se distinguem pela ojeriza de Cuba. Portanto, se os autores estão com medo pelo fato de terem ido a Cuba — uma viagem que as leis brasileiras não permitem —, eles podem identificar-se porque, ao regressarem de seus passeios, serão recebidos de braços abertos.

(Paulina Lanel,
Luzia Rodrigues,
Renato Petri
e Adilson Mion —
SP, Capital)



"A conjuntura mudou e a pequena burguesia não é reacionaria"

O DCE-livre da USP, gestão «Liberdade e Luta», contesta uma afirmação de Vera Paiva, acerca da crise do movimento estudantil.

Liberdade e Luta, tendência reconhecida dentro do M.E. Nacional e que compõe a diretoria do **DCE-livre Alexandre Vannucchi Leme**, da USP, sente-se na obrigação de responder à colocação que Veroca faz a determinada altura de seu balanço: «... e não é, como dizem os companheiros de **Liberdade e Luta**, porque **'a conjuntura mudou e a pequena burguesia é reacionária mesmo'**, etc.» **(grifo nosso)**

Consideramos, sem dúvida, de grande importância que se faça um balnaço profundo do comportamento do movimento estudantil em 1978 pois, sem esse balanço, não se poderão traçar quaisquer perspectivas sérias de continuidade da luta para um setor social que, desde 1975, esteve na cabeça da luta contra a ditadura, só perdendo a primazia em 1978 para as poderosas mobilizações da classe operária, elemento principal da crise insolúvel que ronda o regime militar.

Notem bem, para nós o movimento estudantil **esteve na cabeça da luta contra a ditadura durante três anos.** Portanto, achamos improcedente colocar na nossa boca a afirmação de que «a pequena burguesia é reacionária mesmo». Por coerência de nossas posições, nunca afirmamos semelhante absurdo.

Mas é preciso ir mais longe. Dentro do confronto político entre as diversas posições dentro do movimento estudantil, em particular na USP, essa afirmação que Veroca nos imputa já esteve na boca de diversas tendências ou, quando não na boca, nas ações. De duas formas: a direta (a pequena burguesia é reacionária mesmo) ou a contrária, que no caso vem a dar objetivamente no mesmo (a pequena burguesia é a vanguarda do movimento e de massas). O interessante é que nunca dissemos nem uma coisa nem outra, pois a pequena burguesia, em particular o movimento estudantil, não é nem reacionária nem revolucionária em si, e não lhe cabe a vanguarda histórica do movimento de massas, papel que só pode ser preenchido pela classe operária.

Se durante alguns anos o movimento estudantil esteve à frente dos demais setores, oprimidos da sociedade brasileira (por uma série de fatores, como o fato de ter mantido suas organizações elementares, os CAs, independentes), em nenhum momento chegamos a admitir que essa posição se manteria ou que era própria ao movimento estudantil. Sempre afirmamos que o estudantado poderia ocupar um papel importante na luta contra o regime, embora ele não possa, por sua posição social, ser a direção do movimento de massas.

Isso, aliás, ficou demonstrado em 1978, quando o polo quie atraiu a atenção e se constituiu numa referência obrigatória para todos os setores que se levantavam contra os golpistas de 1964 foram, sem dúvida nenhuma, as greves de maio e junho e a greve, quase geral, de mais de meio milhão de trabalhadores metalúrgicos em outubro.

E o movimento estudantil? Durante todo esse tempo, ele não deixou de existir, de travar suas lutas, mas se observarmos o eixo que orientou essas lutas, veremos que ele se transferiu das lutas por anistia em 1977 às lutas por melhores condições de ensino, contra a reforma universitária, em 1978. Podemos afirmar que os estudantes vão se dirigir rumo a um acerto de contas com a ditadura e com os crimes que ela perpetrou contra as universidades e o ensino em geral: a elitização, os ataques ao ensino público e gratuito, a repressão que atingiu professores e estudantes, a queda vertiginosa do nível de ensino, etc... A partir desse balanço, que não pretendemos desenvolver aqui, é possível traçar perspectivas para, a maneira mais rápida e eficiente desse acerto de contas ocorrer, frustrando os planos criminosos da burguesia em relação a uma conquista internacional das massas: o direito ao ensino.

E surge a questão: quem persegue os objetivos citados acima, de luta contra a reforma universitária, contra aburocratização das universidades, contra o 477 e similares, poderia ser qualificado de «reacionário»? De forma alguma. O movimento estudantil ainda tem um papel a cumprir, diríamos mesmo um papel revolucionário, dependendo para isso apenas que se coloque dentro da perspectiva da classe operária, de transformação **radical** (palavra que merece ser frisada) de toda sociedade.

Levando em conta essas considerações, fica ainda mais estranha a imputação que nos faz Veroca. Ainda mais que uma parte dela, tomada isoladamente, é verdadeira («a conjuntura mudou») mas, como nunca afirmamos a segunda parte da imputação («a pequena burguesia é reacionária mesmo») só podemos pensar que a primeira parte, irrefutável, ali está apenas para dar credibilidade à segunda, falsa de fio à pavio.

Quanto ao restante do artigo, temos várias discordâncias que, contudo, perdem boa parte de sua importância devido à gravidade da acusação sem fundamento que nos foi feita por Veroca.

Ainda assim, há duas outras questões que merecem ser abordadas. Primeiro, Veroca considera muito importante que tenha havido «algumas discussões que a gente vem realizando em torno da reconstrução da UNE». É a isso que ela reduz o fato de o IV Encontro Nacional dos Estudantes, contra a vontade de **Refazendo** e de outras posições, e aprovando a proposta que **Liberdade e Luta** encaminhou, **ter decidido a reconstrução da UNE**, num Congresso Nacional Estudantil que deverá ser realizado em maio deste ano del 1979, em Salvador. Terá sido um simples lapso ou deliberada má fé? Mesmo que o IV ENE tivesse aprovado a proposta de **Refazendo** (Congresso para o 2º semestre, proposta vencida), seria fazer pouco caso da própria proposta, muito superior a «algumas discussões», que aliás são travadas desde que a UNE foi destruida, há dez anos. Conclamamos Veroca a se unir áqueles que defendem a realização do Congresso que reconstruirá a UNE, na data aprovada no IV ENE.

Segundo, a reconstrução da UEE-SP, ao contrário do que Veroca diz de passagem, ocorreu em agosto, de 1977, e não durante o ano de 1978. Em 1978 ocorreram, isso sim, as eleições para a primeira diretoria da UEE.

São Paulo, 18 de janeiro de 1979

Saudações da Diretoria do DCE-USP: Ricardo P. Mello, Josimar M. Mello, M. Valéria Coelho da Paz, Caio Magri, Sônia Spiguel, Ricardo Silva, Carlos Gordon e Marco Antônio Tabet

Esquadrão da Morte ataca na Paraíba

«Esta é a realidade: o sistema gera miséria, a miséria gera criminalidade, a criminalidade suscita uma repressão que ultrapassa toda medida».
Por Elias Maciel e Jorge Baptista.

Entrei na cela e vi o corpo meu estirado no chão, todo ensanguentado. Assassinaram-no ali mesmo dentro do cárcere naquela madrugada. Foram doze tiros de alto calibre, dos quais pelo menos seis alvejaram o prisioneiro. Antes, ele havia sido espancado e torturado, conforme pôde constatar o padre Luiz, vigário de Alagoinha.

O relato é do Bispo-Auxiliar da Paraíba, D. Marcelo Carvalheira, referindo-se à morte de José Gomes da Silva, no último dia 3 de janeiro, na Delegacia de Polícia de Alagoinha, Paraíba.

«Fatos semelhantes têm ocorrido frequentemente em vários pontos deste Estado, desde Cabedelo (no litoral) até Cajazeiras (no agreste paraibano), caracterizando uma impressionante escalada de violência que se desenvolve sob cobertura parapolicial, numa prova concreta de que aqui também existe um Esquadrão da Morte» — afirma, categórico, D. Marcelo.

De fato, os acontecimentos mais marcantes da crônica policial da Paraíba em 1978, os «crimes que mais abalaram a população paraibana» — segundo levantamento do semanário O Momento, *de João Pessoa — são todos eles cruéis assassinatos que fazem supor a participação ativa da própria polícia sob a vista grossa das autoridades.*

E a única explicação dada pelos órgãos de segurança é de que «tais crimes não foram ainda desvendados». Enquanto isso, os responsáveis diretos e indiretos pela escalada se mantêm impunes.

As vítimas foram retalhadas antes de morrer. Os algozes mutilaram seus dedos, seus braços, pernas e sexos.

No decorrer do ano passado, três fatos policiais — entre outros — ficaram famosos na Paraíba: O Massacre de Caaporã, O Crime do Timbó e As Mortes de Mumbaba. Nenhum destes casos foi até agora oficialmente «desvendado», mas qualquer leigo na matéria poderá detectar a enorme semelhança, não por mera coincidência, entre seus lances e as ações dos Esquadrões da Morte em São Paulo ou na Baixada.

O Massacre de Caaporã — No dia 30 de outubro foram encontrados numa fazenda do município de Caaporã, no agreste paraibano, seis cadáveres já em adiantado estado de decomposição. O caso foi noticiado inclusive pela BBC de Londres, em detalhes. Os mortos foram identificados como sendo conhecidos marginais procurados em Pernambuco e na Paraíba. Na região, houve grande indignação popular ante o massacre, sobretudo depois que se soube que os mortos eram jovens de 18 a 25 anos, todos filhos de trabalhadores rurais.

O Crime de Timbó — Dias depois, a 20 de novembro, outra cena de violência viria provocar estarrecimento na população ainda abalada pelo episódio de Caaporã. Mais dois corpos foram localizados semi-enterrados no sítio de Timbó, perto da Praia da Penha. «A diferença consistia apenas no requinte mais acentuado de crueldade como os assassinos os eliminaram: segundo apurou a perícia, as vítimas foram retalhadas antes de morrer: os seus algozes mutilaram seus dedos, braços, pernas e sexos» (O Momento, 31/12/78, pág. 12). Novamente, constatou-se que as vítimas eram registradas como marginais e ex-presidiários.

As Mortes de Mumbaba — Francisco Pedro da Silva (Cabo Chiquinho) e Arnaldo Antonio Santana, ex-soldados que deixaram a farda para assumir a sina de pistoleiros profissionais por conta própria, acabaram se desentendendo com seus ex-colegas policiais. No dia 21 de junho, foram então surpreendidos e assassinados numa emboscada na localidade de Mumbaba. O caso passou a ser também conhecido por «Operação Queima-Arquivo», pois os dois sabiam demais e muito poderiam revelar sobre suas empreitadas, envolvendo seus mandantes e seus ex-colegas de trabalho. Logo, para a polícia, eles precisavam «calar o bico».

D. Marcelo Carvalheira, Bispo-Auxiliar da Paraíba, deslocou-se da sede de sua diocese — em Guarabira — viajando até João Pessoa, no último dia 4, a fim de denunciar tudo o que viu na Delegacia de Polícia de Alagoinha.

Aqui, em depoimento exclusivo ao EM TEMPO, o Bispo-Auxiliar analisa as causas e consequências do caso de Alagoinha:

«Episódios como esse de Alagoinha, permitem constatar o resultado do modelo econômico, político e social vigente, que marginaliza a maior parte da população. Em nossa região, encontramos frequentemente jovens e adultos que não conseguindo na zona rural um trabalho digno para sobreviver — muitas vezes porque são despejados das propriedades onde são obrigados a vir vegetar sem emprego na periferia das cidades.

O caso de José Gomes da Silva, cidadão casado, cerca de 35 anos, e assassinado na prisão da Delegacia de Polícia de Alagoinha, sugere uma análise através da qual se poderá ver claramente os efeitos da situação de marginalização do povo. José fazia parte do grupo de pessoas que, não tendo como sobreviver, envereda pelo caminho do roubo e mesmo do homicídio. Isto é terrível, mas não é simples!

José havia cometido o homicídio de um soldado na véspera de Natal. Que lhe aconteceu então? Foi preso e muito torturado. A própria juíza da cidade, no dia de sua prisão, dirigiu-se ao delegado local e chamou atenção pelo que viesse a acontecer com o preso dentro do cárcere, chamou atenção dos policiais antecipadamente.

No entanto, o pior de fato ocorreu. Na noite do dia 3, entre 23 e 24 horas, José Gomes da Silva foi abatido dentro de sua cela e ali — entre as quatro paredes — foram encontradas 12 balas de arma calibre 38, seis das quais atingiram seu corpo:

Aí se caracteriza o tipo de ação que tem ocorrido na Paraíba. Eu diria: que tem ocorrido no País inteiro. Fatos como esse têm sido registrados com uma frequência impressionante. Isto é, pessoas que procuram praticar uma forma de suposta justiça por conta grapria, tendo cobertura parapolicial para executar tais atos.

O papel da polícia

No caso mencionado, ninguém de bom senso irá duvidar que não tenha havido responsabilidade, ao menos por omissão, por parte da polícia de Alagoinha. Se o preso estava nas mãos da polícia, na prisão, era obrigação da polícia protegê-lo, tratá-lo como gente, introduzi-lo na fase judicial de modo correto.

Pois bem. Que houve? Como foi possível alguém entrar na cela de José Gomes e baleá-lo? Que diz a polícia? A explicação que eles têm é esta: dizem que o soldado que fazia guarda na cadeia naquela noite havia se ausentado no momento, e então apareceram ali pessoas desconhecidas que arrombaram a porta da cadeia, abriram a janela da cela da vítima e através da grande alvejaram o rapaz!

Estive lá na cadeia para observar tudo de perto. Os soldados, inclusive o cabo, procuraram se isentar de qualquer culpa. O soldado que deveria estar de plantão naquela noite do assassinato disse simplesmente que, na hora do tiroteio, estava no centro da cidade, pois — diz ele — havia sido chamado para atender um problema.

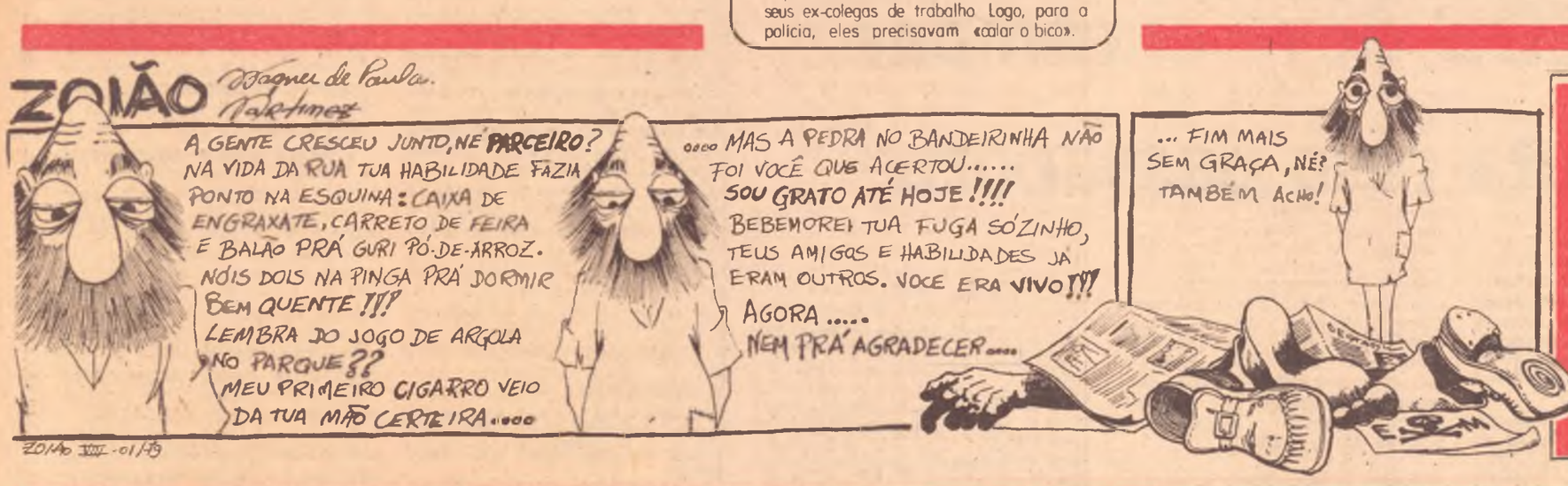
Tal fato, por si mesmo, fala de maneira tão gritante que nenhum de nós — que não seja ingênuo — poderá deixar de levantar suspeitas quanto ao papel da polícia. Evidentemente, não podemos apontar quem foi o assassino ou quais foram os assassinos de José Gomes da Silva. Mas o fato sugere gravíssimas suspeitas quanto ao sistema policial repressivo. Suspeitas, sobretudo, frente a tendência generalizada aqui na Paraíba e também em todo Brasil.

Eles, os Esquadrões da Morte, se multiplicam não apenas nos Estados do Sul, mas pelo País afora. Esta é a realidade: o sistema gera miséria, a miséria gera criminalidade, a criminalidade suscita uma repressão que ultrapassa toda medida e que procura fazer uma suposta justia pelas próprias mãos! Pra onde vamos?

Hoje mesmo, uma autoridade da área judicial aqui em João Pessoa me afirmava: — É preciso apagar tudo para começar tudo de novo. Quer dizer: há tanta coisa básica errada que fatos repressivos deste tipo levantam questões de maior gravidade, questões fundamentais. Os erros estão na própria organização da vida nacional, na não possibilidade de participação do povo na sociedade, enfim, existe toda uma estrutura que determina as atitudes e comportamentos.

Temos que refletir sobre a própria dignidade da vida humana numa hora dessas; pois o povo trabalhador não tem oportunidade sequer de sobreviver. Assim, através de um fato como o de Alagoinha, nós precisamos pensar mais longe, refletir, analisar a sociedade brasileira como ela é, como ela está. Analisar o modelo político, o modelo econômico-social em que vivemos, fazer a interpretação disso tudo — do contexto.

Não podemos ficar só na casca dos acontecimentos, achando, talvez, que até se trata de algo razoável essa atitude de alguém ou de algum grupo que elimina um marginal preso, essa atitude de Esquadrão da Morte».



EM TEMPO

ANISTIA

A luta no exílio

Ruth Escobar, atriz de teatro e membro da coordenação do CBA de São Paulo, recém-chegada do exterior, conta aqui as últimas do exílio. Na primeira quinzena de abril será realizada em Roma uma Conferência Internacional pela Anistia no Brasil. Ao mesmo tempo os brasileiros lá fora discutem como responder às investidas do regime no campo da anistia e relatam seus dramas depois de quinze anos de exílio.

Entrevista a Flávio Andrade

— Neste momento em que o regime começa a ceder na questão da anistia, revogando o banimento e lançamento balão de ensaio sobre uma eventual anistia parcial, qual o clima lá fora entre os exilados?

Eu estava com o Flávio Tavares em Lisboa quado chegou a notícia de que o governo brasileiro havia «banido» o banimento. Nesta mesma noite, ele e muitos outros exilados receberam vários telefonemas eufóricos do Brasil sugerindo que eles deveriam começar a preparar a volta. Mas, em seguida o STM deu declarações de que o tempo de banimento não contava para a pena a que estavam condenados. Com isto o otimismo inicial se arrefeceu muito.

Voltar em massa?

— Como se encontra hoje a questão da volta coletiva dos exilados, criando com isto um fato político diante da vacilação do regime?

— Existe uma tendência geral de que cada um tem o direito de decidir sobre o momento propício de sua volta porque cada caso é muito diferente, inclusive por questões não só políticas como também pessoais e psicológicas. Então no momento, a idéia da volta conjunta está afastada.

— Entre outras razões você foi à Europa para estudar a ossibilidade de uma Conferência Internacional pela Anistia no Brasil. O que você traz de notícia nesta questão?

— De fato, muita coisa. Iclusive esta questão da volta conjunta pode ser retomada na Conferência. A idéia desta Conferência foi levantada inicialmente pelo Lélio Basso quando do Congresso Nacional do ano passado aqui em São Paulo. Em seguida o CBA discutiu a proposta e achou interessante levar adiante as negociações a fim de se ter maiores dados. Mas com a morte de Lélio ficamos bastante em dúvida quanto às possibilidades concretas de sua realização. A minha viagem teve um sentido de sondagem em relação ao problema. E para meu espanto quando cheguei em Paris, o pessoal do CBA de lá já estava pensando, sem saber da idéia surgida aqui no Congresso, em organizar um encontro internacional pela anistia na Europa. Então a idéia somou.

A solidariedade internacional

— Mas concretamente qual o apoio que se tem para esta iniciativa?

— Em Portgal foi muito bem aceita. O Mário Soares ofereceu Portugal para ser o país sede da Conferênca, onde o Partido Socialista assumiria uma parte da infra-estrutura para sua realização. Já na Itália encontrei um grande apoio por parte dos partidos Comunista, Socialista e Democrata Cristão de vários setores da Igreja e das grandes centrais sindicais. Além disto há na Itália um clima muito propício e um grande interesse pelo tema da anistia no Brasil.

— Já há uma definição pelo local?

— Uma vez aceita a idéia da Conferência, a questão do local deve ter sido decidida agora em Paris, a partir de uma reunião entre os vários CBAs da Europa. Eu creio que a decisão deve ter sido por Roma, pois antes da minha partida esta era a posição do pessoal de Portugal, Itália e Suécia, alegando a importância da proximidade do Vaticano e do apoio de setores da Igreja.

Jesus Carlos

— E para quando esta Conferência?

— Antes ou depois da posse de Figueiredo era a discussão. Por várias razões achou-se mais viável que ela se realizasse depois. Primeiro, por uma questão de tempo. Era quase impossível que se conseguisse articular tudo até final de fevereiro. Em segundo lugar porque todos os generais presidentes fazem discursos de posse istriônicos, o que poderia esvaziar o impaco da Conferência. E finalmente a realização posterior ganha um sentido adicional de cobrança e pressão sobre as promessas de início de governo. Assim, em princípio a data ficou entre 15 e 20 de abril.

Cobrar Figueiredo

— Como serão os encaminhamentos para a realização da Conferência?

— Na medida em que ela vier a ser patrocinada pelo Tribunal Russel e por uma coligação de partidos europeus, estes partidos, em contacto com uma comissão nomeada pelos CBAs da Europa, definiriam a direção política da Conferência e os convites que deverão ser feitos a todos os partidos e centrais sindicais da Europa e América Latina. E no Brasil, a Executiva Nacional do CBA terá que se definir em relação à Conferência e Decidir quais setores da sociedade serão convidados a participar.

— Neste momento de investida do regime no campo da anistia, como os exilados se situam diante do caráter amplo, geral e irrestrito da bandeira?

— A posição não se alterou. Não há posição de mediação, no sentido de se aceitar como satisfatória a anista que está sendo estudada pelo governo. Há plena clareza da intenção do governo em esvaziar a luta, e a partir daí todos estão de acordo em reforçar as demais bandeiras que vêm dentro da luta pela anistia tais como o direito de greve, a plena liberdade partiária etc.

A Anistia tem que ser total

— Num momento destes, como está o ânimo do pessoal acusado de participação em ações armadas contra a ditadura, diante da eventualidade de um isolamento a partir de uma anistia parcial do regime?

— Existe este re E a meu ver ele se soma também à autocrítica que tais setores fazem hoje sobre a sua experiência passada. Mas o clima geral é de uma grande solidariedade e uma preocupação sobre o que fazer diante desta eventualidade Além disto, há uma grande preocupação no exterior no sentido de estar se dando uma importância exagerada aos exilados, na luta pela anistia, quando o problema fundamental é dos que se encontram presos aqui dentro. Estes sim, estão em condições muito piores do que os piores no exílio.

Brizola volta em abril

— Você esteve com Brizola e Arraes. Quando eles voltam?

— Brizola está disposto a voltar a qualquer preço; são alavras textuais dele: «até abril». No entanto qualquer mudança, aqui pode fazer com que ele volte antes. Este é o limite que ele mesmo se deu. Já Arraes me disse que só voltará ao Brsil pelas mãos do povo. Eu acho isto muito bonito, mas me parece que até lá vamos ter uma grande caminhada pela frente. Ou talvez, brincando, quem sabe o Brizola voltando em abril, ele proporcione que o povo dê as mãos para o Arraes voltar...

— E a declaração de porta vozes do governo no sentido dos oito «personanon grata» — Brizola, Arraes, Julião, Márcio Moreira Alves, Paulo Schilling, Prestes, Paulo Freire e Gregório Bezerra — como repercutiu lá fora?

— Entre os exilados isto soou mais como uma manobra do governo, porque dá a impressão de que na medida em que os oito não podem voltar, então os outros 110 banidos poderão. E isto é mais uma malandragem porque qualquer um dos oito teria muito mais cobertura nma volta do que um anônimo jovem banido. Ou seja, o governo tenta fazer com que os oito sejam o limite da sua tolerância na questão da anistia, assim tentando simplesmente ignorar o grande número de casos que estão além dos oito.

Um drama interminável

— Finalmente, como você descreveria o clima no exílio, para muitos num momento meio de final de martírio?

— Dramático. De um lado se cria um clima de euforia em cima da idéia de uma volta imediata mas sem dados concretos para tal. E psicologicamente isto é mal, porque ganha corpo a idéia de voltar a qualquer preço. Muitos deles me disseram que só aguardam até julho. Outros já começam até mesmo a adquirir eletrodomésticos com voltagem adaptável ao Brasil. Já há um ano que a idéia da volta ganha corpo. E esta situação se prolongar é algo terrivelmente dramático.